

ANAIS DA XI SEMANA DE GEOGRAFIA
CAMPINAS 2018

**POR UMA
GEOGRAFIA
MESTIÇA:
AMÉRICA
LATINA NO SÉC.
XXI**



**Comissão de Organização da XI Semana de Geografia
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Geociências**

**ANAIS DA 11ª SEMANA DE GEOGRAFIA
POR UMA GEOGRAFIA MESTIÇA: AMÉRICA LATINA NO SÉC. XXI
13 A 18 DE AGOSTO de 2018**

Organização Comissão da XI Semana de Geografia, 2018

1ª Edição
Campinas
Edição Comissão Organização XI Semana de Geografia de 2018
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP

Se51a Semana de Geografia da UNICAMP (11. : 2018 : Campinas, SP)
Anais da XI Semana de Geografia da UNICAMP por uma
geografia mestiça : América Latina no século XXI, 13 a 18 de
agosto de 2018 / Caio Gusmão Ferrer de Almeida
(coordenador) . -- Campinas, SP : IG/UNICAMP, 2018.
XX p.

1. Geografia. I. Almeida, Caio Gusmão Ferrer de. II. Título.

ISBN: 978-85-85369-22-4

CDD 910

Índice para catálogo sistemático:

1- Geografia

910

**Comissão de organização da XI Semana de Geografia
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Geociências**

**ANAIS DA 11ª SEMANA DE GEOGRAFIA
POR UMA GEOGRAFIA MESTIÇA: AMÉRICA LATINA NO SÉC. XXI
13 A 18 DE AGOSTO de 2018**

Diagramação Mayra Abboudi Brasco

Revisão Aline Oliveira, Caio Gusmão Ferrer, Guerby Sainté e Mayra Brasco

Capa Caio Gusmão Ferrer

Agradecimentos:

A todas que contribuíram para a realização da XI Semana de Geografia, em especial, ao grande apoio dos professores Raul Reis e Rafael Straforini, a Secretaria de Graduação, o Setor Financeiro, o Centro Acadêmico de Ciências da Terra (CACT), a AGB-Campinas, ao Pró Reitoria de Graduação, Faepex, a todas as pessoas convidadas que nos proporcionaram experiências riquíssimas nas mesas, a todas que enviaram apresentaram trabalhos, as que desenvolveram minicursos e principalmente a todas que participaram ativamente do evento e fizeram uma semana de reflexões e debates valiosíssimos para nós.

Comissão da XI Semana de Geografia da Unicamp

Aline Jane Oliveira Campos, Bismarc Teixeira, Caio Gusmão Ferrer, Danilo Depieri, Guerby Sainté, Mayra Abboudi Brasco e Vanessa Juliana da Silva.

Comissão Científica

Ana Carolina Torelli Marquezini (UNICAMP), Ana Carolina Torelli Marquezini (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), André Buonani Pasti (UNICAMP), Carlos Eduardo Nobre (UNICAMP), Cintia dos Santos Pereira Silva (UNICAMP), Débora Assumpção e Lima (UNICAMP), Edson Antonio Mengatto Junior (UNICAMP), Everton Vinícius Valezio (UNICAMP), Fabricio Gallo (UNESP), Fábio Tozi (UFMG), Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu (UNICAMP), Joseli Maria Silva (Universidade Federal do Paraná), Linovaldo Lino (IFF), Livia Cangiano Antipon (UNICAMP), Luciano Pereira Duarte Silva (UNICAMP), Maico Diego Machado (UNICAMP), Maycon Fritzen (UNICAMP), Melissa Maria Vesolo Steda (UNICAMP), Pedro Michelutti Cheliz (UNICAMP), Rafael Straforini (DGEO - UNICAMP), Raul Reis Amorim (DGEO - UNICAMP), Regina Célia de Oliveira (DGEO - UNICAMP), Saulo de Oliveira Folharini (UNICAMP), Suelí Almeida dos Santos (UNICAMP), Thiago Manhães Cabral (UNICAMP), Tânia Seneme do Canto (DGEO - UNICAMP) e Vicente Eudes Lemos Alves (DGEO - UNICAMP).

Universidade Estadual de Campinas

Marcelo Knobel (*Reitor*), Teresa Dib Zambon Atvars (*Coordenadora Geral da Universidade*), Eliana Martorano Amaral (*Pró-Reitora de Graduação*), Nancy Lopes Garcia (*Pró-Reitora de Pós-Graduação*), Munir Salomão Skaf (*Pró-Reitor de Pesquisa*).

Instituto de Geociências

Sergio Luiz Monteiro Salles Filho (*Diretor*), Márcio Antonio Cataia (*Diretor Associado*), Wanilson Luiz Silva (*Coordenador de Graduação*), Emilson Pereira Leite (*Coordenador de Pós-Graduação*), Rafael Straforini (*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia*), Raul Reis Amorim (*Chefe do Departamento de Geografia*).

SUMÁRIO

Apresentação	7
EIXO 1 - Geografia Latino-Americana no século XXI	8
Brasil E China: Oportunidades E Riscos	9
EIXO 3 - Exploração dos recursos naturais no século XXI	18
Exploração do Nióbio no Brasil no contexto do Novo Imperialismo	19
Usos do território e agentes do setor sucroenergético no Estado de São Paulo. Um estudo sobre COPLACANA, um agente do setor sucroenergético, no município de Piracicaba – SP	26
EIXO 6 - Luta LGBTTT e Feminismo	34
PreparaNem – Niterói: práticas pedagógicas de enfrentamento LGBTQI+ ao sistema educacional brasileiro	35
A CIDH e as pessoas transexuais: uma questão de hegemonia?	44
Migração Forçada de Mulheres no rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG	49
EIXO 7 - Análise espacial (SIG), geotecnologias e suas aplicações	59
Os dados dos censos demográficos como base para análise de problemas complexos: uma avaliação dos países Latino-Americanos	60
EIXO 8 - Geografia Urbana e Urbanização nos contextos latinos	67
Regularização fundiária e o direito à moradia: uma abordagem sobre ocupações urbanas na cidade industrial de Curitiba, Curitiba-PR	68
Produção do espaço e da moradia: um olhar a partir do déficit habitacional e da produção da habitação nas ocupações urbanas em Curitiba/PR	77
Direito à cidade e ocupações urbanas: uma crítica ao planejamento urbano de Curitiba (PR)	85
Contrarracionalidades pela sobrevivência: O planejamento ascendente no cotidiano da Ocupação Vila Soma (Sumaré/SP)	93
Políticas de inovação, parques tecnológicos e a importância do território: o caso do Parque Tecnológico de São José dos Campos	101
EIXO 9 - Geografia Política, contextos sociais e interações espaciais	108
O Estado e a política da urbanização: nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Porto Príncipe	109
A Parceria Estratégica Sino-brasileira E A Inserção Chinesa Na Região Do Matopiba	118
A integração na América Platina: uma análise das disparidades regionais	128
Geopolítica contemporânea e temas socioespaciais: a atuação do Brasil nas Conferências socioespaciais das Nações Unidas	138
Território usado e economia política: Dinâmicas do ordenamento espacial	146

Apresentação

A **XI Semana de Geografia** ocorreu entre os dias 13 e 18 de agosto de 2018 com o objetivo de trazer à superfície a necessidade de maior visibilidade do estudo de uma Geografia Mestiça para a América Latina. O tema levantado sobre a mestiçagem da Geografia faz referência à abertura do pensamento das diferentes correntes teóricas dando conta do emaranhado de conflitos, contradições e valores pertinentes a nossa parte do continente, conforme apresentado pela Profa. Dra. Amália Lemos na última edição do Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL - 2017).

Em sua conferência, Profa. Dra. Amália apontou também a necessidade de compreender a transformação da Geografia para considerar a mestiçagem étnica e cultural e o compromisso cidadão de uma ciência transformadora, que se apresenta como uma plataforma para reflexão e debate.

Acreditamos que os trabalhos que serão apresentados a seguir conseguem retratar em grande medida as discussões que atravessaram uma semana inteira de intensos debates e reflexões acerca da Geografia e a sua obrigação de analisar e questionar a ordem vigente em todas as suas formas e manifestações de homogeneização do espaço.

Agradecemos a todos os que enviaram trabalhos, contribuíram e apostaram na XI Semana de Geografia como uma atividade válida para a comunidade acadêmica.

Coordenadoria Organizadora da Publicação

EIXO 1

Geografia Latino-Americana no século XXI

Brasil E China: Oportunidades E Riscos

Caio Marcelo Wolf
caiomwolf@gmail.com - UNESP

Introdução

Neste início de século muito se debateu sobre a nova divisão internacional do trabalho em função da ascensão econômica da China. No caso brasileiro, as relações com a China estreitaram bastante, o país asiático é hoje o principal parceiro comercial do Brasil e nos últimos anos tem expandido investimentos diretos no país, processo de estreitamento de relações em meio ao qual tem se fortalecido o papel da China como exportador de produtos industrializados e grande importador de commodities.

Não nos é possível afirmar se a ascensão chinesa neste início de século implica em uma transição hegemônica e declínio do poder norte-americano como defendem alguns autores (como ARRIGHI, 2008, e, em menor dimensão, HARVEY, 2004) ou se o “casamento China-EUA” fortalece a hegemonia norte-americana (FIORI, 2008, 2014). Iremos apenas indicar riscos e oportunidades implicados nessa relação, abordando o expansionismo chinês na América Latina, com foco no Brasil, com vistas a elaborar um balanço a respeito. A ascensão chinesa e o estreitamento de relações com o Brasil têm sido encarados ao mesmo tempo como oportunidades e riscos, concentrados nos governos Lula interessa-nos apontar que o estreitamento das relações com a China e o *boom* das commodities favoreceram o crescimento econômico nesses governos, mas também a especialização produtiva, segundo estudiosos, provocando mudanças na estrutura produtiva no sentido da desindustrialização e reprimarização da economia.

Quer dizer, a demanda asiática por commodities representou uma oportunidade aproveitada por governantes na região para adoção de políticas um tanto na contramão do receituário neoliberal ortodoxo, contudo também se traduziu em especialização da pauta exportadora e, ao menos no caso brasileiro, provavelmente em danos para políticas industriais. Certamente o pior legado desses tempos de bonança internacional, aproveitados pelos governos Lula para promover crescimento econômico, ativação do mercado interno e políticas de inclusão social - por meio de aumentos salariais e crédito ao consumo, expandindo gastos sociais e programas de transferência de renda aos mais pobres.

Por sua vez, o controle da inflação estaria diretamente relacionado à apreciação cambial, favorecendo a importação de produtos da Ásia e, assim, barateando o custo de vida dos trabalhadores e o consumo capitalista. Conforme Medeiros (2015:66), tanto quanto para a cesta básica como para a de bens industriais de consumo, a valorização do câmbio foi central para a contenção no custo de vida e, por conseguinte, aumento do salário real.

Entretanto, dólar baixo e juro alto afetariam a produção industrial, sendo que propostas interessantes foram formuladas no início do governo Lula, com destaque à

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada no início de 2004, com foco em setores tecnológicos dinâmicos e inovadores (fármacos, medicamentos, semicondutores, softwares, biotecnologia e nanotecnologia, bens de capital). Algumas medidas do PITCE seriam implementadas nos anos seguintes e o foco nos setores tecnologicamente dinâmicos reafirmado em 2008, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Porém, como escreveram Cano e Silva (2010), não bastam “políticas industriais explícitas”, são necessárias “políticas macroeconômicas compatíveis” a fim de se aproveitar conjunturas externas favoráveis. Neste sentido, a manutenção do tripé metas de inflação, câmbio valorizado, superávit primário e a política de juros altos inerente, num contexto internacional de elevação dos preços das commodities, pode ter efetivamente atrelado esforços de política industrial.

Mas neste texto apresentamos apenas os resultados de uma primeira iniciativa de pesquisa sobre um tema que pretendemos tomar como objeto de estudo acadêmico na área de Geopolítica: as relações Brasil-China. Para tanto abordamos brevemente a emergência da China e nova divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil, supostamente, poderia vir delineando uma posição de país meramente exportador de commodities. Todavia, apresentaremos a seguir muito mais questões que gostaríamos de seguir estudando sobre nosso objeto de estudo que resultados de uma pesquisa concluída, como dissemos trata-se apenas de uma primeira iniciativa, um mapeamento do objeto de estudo.

O interesse pelo tema China-Brasil se justifica tendo em vista que a emergência da China é o tema principal em estudos de geopolítica mundial neste início de século e refletir sobre as implicações da ascensão chinesa para a inserção do Brasil na nova ordem mundial constitui objeto de estudo fundamental no campo da Geopolítica, e igualmente importante à abordagem da problemática do desenvolvimento nacional, sendo que o projeto se articula estreitamente ao da orientadora, sobre política econômica e política externa nos governos do Partido dos Trabalhadores.

Antecedentes E A Ascensão Chinesa Nete Início De Século

Nesta seção discorreremos brevemente sobre a ascensão chinesa, enfocando as relações com os EUA, abordando primeiro aspectos fundamentais da história recente do país asiático a fim de compreender a conjuntura atual de avanço mundial da China, que ao longo do século XX passou pelos mais bélicos e sangrentos anos de toda sua história. (CUNHA, 2008, p. 71).

A desoladora guerra sino-japonesa entre 1937-1945, motivada pelas pretensões japonesas de anexação do território chinês, juntamente com sua guerra civil sob o comando do governo nacionalista Kuomintang na figura de Chiang Kai-chek contra o partido comunista, liderado por Mao-Tse-tung, constituem momentos decisivos para o rumo do país. Após a junção de forças dos Kuomintang e dos comunistas para combater as forças do Japão em território chinês, a China mergulhou em uma grande guerra civil, da qual as forças lideradas por Mao-Tse-Tung saíram vitoriosas para implantar o socialismo em

território chinês. Para Hobsbawn (1995, apud CUNHA, 2008, p. 71) a invasão japonesa teve papel fundamental na vitória da guerra civil pelos comunistas, antes em desvantagem.

No comando da República Popular da China (1949-1976), Mao-Tse-tung foi de suma importância para as transformações subsequentes. Ao se deparar com um país em colapso após seu maior período de guerra, assumiu a responsabilidade de gerir o desenvolvimento nacional sob a ideologia socialista (estatização da economia, igualdade social) e anticapitalista. Segundo Cunha (2008) com o êxito do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), aliado à União Soviética (URSS), a China oficializou a socialização da sua economia, implementando a reforma agrária e um plano de industrialização, chegando ao final do plano com uma crescente indústria pesada, no âmbito urbano a modernização e a infraestrutura alcançaram desenvolvimentos de impacto.

Entretanto, Kissinger (2011) considera que os consecutivos planos de Mao-Tse-tung - O Grande Salto Adiante (1958-1960) e A Revolução Cultural (1966-1976) - foram erros decisivos para que surgisse no gigante asiático uma nova forma de lidar com o mercado mundial, deixando de lado sua afeição radical pela diplomacia da URSS para, de forma modesta, se abrir às relações econômicas internacionais. A inserção da China como país-membro das Nações Unidas em 1970, substituindo Taiwan¹ seria, neste sentido, um sinal evidente dos propósitos de abertura às relações multilaterais.

Mas foi de fato com os governos de Deng Xiaoping (1978-1991) que o país obteve a concretude dessa mudança. Xiaoping mudou o eixo central de governo para um eixo de mercado não centralizado, onde determinou os setores a serem modernizados: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional, criando as conhecidas Zonas Econômicas Especiais (ZEE). A intenção chinesa era provocar uma internacionalização de si própria, gerar emprego, incorporar novas tecnologias e transformar o país em um polo de desenvolvimento de padrões mundiais através de uma melhor adaptação da conhecida “economia de mercado socialista”. (CUNHA, 2008, p. 94).

Para Arrighi (2008) o desenvolvimento da China, foi sábio e gradativo:

Reconheceu que, para manter a estabilidade social, ela precisava evitar o desemprego em massa. A criação de empregos teria de andar de mãos dadas com a reestruturação. Quando a China se liberalizou, foi gradualmente, de modo a assegurar que os recursos humanos deslocados fossem reaproveitados em uso mais eficiente e não deixados num desemprego infrutífero. (ARRIGHI, 2008, p. 30).

Algumas das ideias e pensamentos do então presidente Deng Xiaoping teriam sido ditas em conversa relatada por Kissinger (2011: 232), em uma de suas passagens pela China, em 1979: “O povo, dizia, precisava receber uma cota do que produzia. Os bens de consumo tinham de ter prioridade sobre a indústria pesada, a engenhosidade dos agricultores chineses precisava ser liberada, o Partido Comunista devia se mostrar menos intrusivo e o governo tinha de ser descentralizado”.

¹ Por tempos, sede da República da China, opositora do então governo da República Popular da China.

Discutiremos na próxima seção a conjuntura contemporânea da maior potência emergente da Ásia, como a mesma surgiu no cenário mundial e suas estratégias de, cada vez mais, se firmar e até mesmo se expandir no cenário político e econômico atual.

China No Tabuleiro Mundial

Na primeira década deste novo século o principal responsável pelo surgimento chinês foi justamente a potência que até então demonstrou interesse em retardar o avanço do dragão asiático, os Estados Unidos da América (EUA), como mostra Arrighi (2008). Na segunda era dos governos Bush (2001 – 2009) com a intitulada Guerra ao Terror, o presidente estadunidense se viu obrigado a deixar sob segundo plano retardar a economia chinesa para sustentar a guerra emergente. Arrighi (2008:214) advoga como os EUA agora precisavam da China, contrariando John Mearsheimer²: “Contudo, quanto mais os Estados Unidos se enredavam na Guerra ao Terror e dependiam de crédito e de mercadorias estrangeiras baratas, mais a China conseguia impor um tipo de ‘imperialismo estrutural’ diferente daquele vislumbrado por Mearsheimer”. Neste mesmo cenário o EUA deixou de ser o principal parceiro comercial de Japão e Coreia do Sul para dar lugar à China, relativizando as parcerias com seus principais aliados estratégicos.

Um dos marcos da convergência econômica entre China e EUA no início deste século é demonstrado por Krugman:

[...] O sr. Bush precisa da ajuda da China para lidar com a Coreia do Norte. [...] Além disso, a compra de títulos do Tesouro norte-americano pelo banco central da China é uma das principais maneiras de os Estados Unidos financiarem seu déficit comercial. [...] Apenas quatro meses depois da Operação Flight Suit [Macacão de Piloto], a superpotência transformou-se em pedinte das nações que costumava insultar. Missão cumprida! (KRUGMAN, 2003, apud ARRIGHI, 2008 p. 214).

À similaridade com os EUA, no campo de seu desenvolvimento científico-tecnológico e inovação através do poderio militar a China possui o segundo maior orçamento mundial, com cerca de 30% de seus gastos voltados para este campo, como aponta Fiori (2014). Ainda sobre a relação entre esses dois países é compreensível a preocupação dos estadunidenses com relação ao crescimento do gigante asiático, pois a China os substituiu como grande economia que mais cresce no mundo.

No ano de 2005 os EUA se questionaram a despeito da liberdade comercial concedida aos chineses com a exportação e seus investimentos, preocuparam-se seriamente quando a China National Offshore Oil Company – CNOOC - entrou na briga pela compra da Union Oil Company of California – UNOCAL -, que acabou sendo comprada pela também estadunidense Chevron, porém, as autoridades do EUA viram a proposta da CNOOC como um risco à segurança nacional do país. Como defende Arrighi (2007: 287): “A China, ao contrário do Japão, parece mesmo estar surgindo com rival estratégico dos

² Professor ligado à Universidade de Chicago de ciência política e teórico das relações estadunidense.

Estados Unidos e concorrente no acesso a recursos escassos. Isso fez do lance chinês pela compra da Unocal, empresa de energia de alcance global, mais do que mera proposta de negócios”.

A concretude da atual relação entre os dois países se intensificam à medida que a China é credora da dívida pública estadunidense e, ao mesmo tempo, dependentes do Investimento Direto Estrangeiro – IDE - dos EUA em terras chinesas. O conhecido milagre econômico chinês em 2008 serviu para expandir as influências asiáticas sobre os EUA e, obteve como consequência, uma revalorização da moeda norte-americana e uma globalização do dólar, com o capital financeiro. Enquanto o PIB dos Estados Unidos passou de 0%, em 2008, para -2,6% em 2009, o da China teve incríveis 9,6% e 9,1% respectivamente, contrariando a lógica mundial que caíra drasticamente. A crise de 2008 acelerou o processo de integração do eixo sino-americano e os tornou competitivos, pela acumulação do poder global (PINTO, 2010 p. 26).

Os investimentos da agora potente China não se limitariam ao estreitamento das relações com os EUA ou às relações comerciais regionais, sua ambição era maior. Para Arrighi (2008) a entrada da China na Organização Mundial do Comércio – OMC - no ano de 2001 provou que o país deixou de ser um negociador de influência regional para se tornar um de âmbito mundial. No ano de 2003 aliou-se a Brasil, África do Sul e Índia para liderar a frente do G20 na OMC contra a imposição de países do Norte, que sempre buscaram impor a abertura do mercado sulista com dois pesos e duas medidas diferentes.

China E América Latina

As relações geopolíticas entre China e a América Latina neste início de século foram progressivamente proporcionando desenvolvimento para ambos os lados, ainda que de forma assimétrica. Em 2006 a China representava 10% das exportações mundiais de manufaturados, dos quais 4% eram voltados para a América Latina e, se inicialmente, os manufaturados chineses estavam associados a noção de baixa qualidade, o perfil das exportações chinesas foi mudando de produtos de baixo valor agregado para os bens de capital e consumo mais elaborados, sendo considerado pela OMC, em 2008, de alta e média tecnologia. No entanto, nos anos 2000, enquanto a China foi aprimorando sua produção e exportação manufatureira, na América Latina houve uma racionalização produtiva, devido a rápida abertura ao processo de liberalização dos anos 1990, que, como consequência, levaria a região a voltar-se para a exportação de produtos intensivos em recursos naturais e para as empresas maquiladoras, que se destacam pela exportação de manufaturados de baixo valor agregado (BARBOSA, 2011, p. 270-271).

A divergência entre China e América Latina é exposta por Barbosa (2011):

A diferença essencial entre as duas regiões econômicas parece residir no nexos entre exportações e investimentos que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, contribuindo inclusive para o fortalecimento do mercado interno, enquanto na América Latina a volatilidade cambial – em virtude da rápida

abertura comercial e financeira – impossibilitou a viabilização deste nexos, trazendo uma brusca oscilação nas taxas de crescimento e investimentos. Segundo as categorias traçadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003), a China pode ser classificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma transformação estrutural de sua base produtiva em direção aos setores de maior produtividade relativa. Já a América Latina compõe a periferia capitalista em processo de desindustrialização precoce, ainda que o caso brasileiro não se encaixe perfeitamente nessa tipologia. (BARBOSA, 2011, p.272)

As discrepâncias entre a China e América Latina são classificadas por Fiori (2014) segundo o tipo de economia a que ambas pertencem, a China está inserida no grupo que não aceita a ordem hierárquica e adota estratégias para manter o crescimento acelerado, tendo como objetivo maximizar sua participação no poder mundial. Já a América Latina, e o Brasil não escapa à contextualização, possui fortes indústrias e ciclos de crescimento, porém, não possui condições de desafiar a ordem estabelecida e tem se conformado a posição de fornecedor de bens específicos e commodities. Partindo deste pressuposto, o pós-crise de 2008 foi uma concretude da condição periférica da América Latina, que se transformou na maioria de seus países, numa região primário-exportadora, orientada pelo mercado externo de commodities.

Com a crescente demanda interna por recursos naturais, os recursos energéticos chineses em 2006 contavam majoritariamente com o carvão mineral como sua maior fonte energética, 69%, seguido pelo petróleo com 21%, gás natural 3% e 1% de energia nuclear. Assim, os interesses do país asiático na região latino-americana estão diretamente ligados à compra de algumas commodities no campo energético e agrícola, consideradas fundamentais para o desenvolvimento da China, simultaneamente interessa a conquista de mercados para os produtos industrializados chineses. E muitos dos investimentos diretos chineses em infraestrutura e agricultura foram realizados com tecnologia chinesa para viabilizar as exportações dos países latino-americanos para a Ásia.

Quer dizer, a relação entre China e América Latina está concentrada em um número pequeno de países, com um número limitado de commodities. Em 2008, segundo Ferchen (2011) dez commodities em apenas seis países representavam 74% das exportações locais para a China e 91% das exportações mundiais de commodities para o mesmo destino.

Tabela 1 - Exportações da América Latina para a China por setor – 2008

	Exportações da América Latina para a China (US\$ bilhões)	Participação de cada setor no total das exportações da América Latina para a China (%)	América Latina no total das importações chinesas por Setor (%)
Produtos agrícolas	21,71	32,2	25,0
Combustíveis e minério	39,88	59,1	13,0
Produtos manufaturados	5,89	8,7	0,80

Fonte: Texto do IPEA (2011, p. 277)

De maneira geral, os textos reunidos na produção do IPEA (2011), *A China na Nova Configuração Global – Impactos políticos e econômicos*, do qual retiramos a tabela acima, destacam que as relações sino-latino-americanas se caracterizam pela exportação de recursos energéticos e agrícolas e demais produtos primários para a China, ao mesmo tempo em que o país asiático exporta seus bens industrializados, de alta, média e baixa tecnologia para a região.

Conclusão

Neste texto apresentamos os resultados de uma primeira iniciativa de pesquisa sobre um tema que pretendemos tomar como objeto de estudo acadêmico na área de Geopolítica: as relações Brasil-China. Para tanto abordamos aspectos que parecem centrais a continuidade da pesquisa sobre a emergência da China e nova divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil, supostamente, poderia vir delineando uma posição de país meramente exportador de commodities. Efetivamente, apresentamos a muito mais questões que gostaríamos de seguir estudando sobre nosso objeto de estudo que resultados de uma pesquisa concluída, como já dissemos trata-se apenas de uma primeira iniciativa, um mapeamento do objeto de estudo. O interesse pelo tema China-Brasil se justifica tendo em vista que a emergência da China é o tema principal em estudos de geopolítica mundial neste início de século e refletir sobre as implicações da ascensão chinesa para a inserção do Brasil na nova ordem mundial constitui objeto de estudo fundamental no campo da Geopolítica, área a qual pretendemos nos dedicar, e igualmente importante à abordagem da problemática do desenvolvimento nacional, sendo que o projeto se articula estreitamente ao da orientadora, sobre política econômica e política externa nos governos do Partido dos Trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ACIOLY, L. (2011). China e Brasil: Oportunidades e desafios. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 307-349). Brasília: IPEA.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. ‘A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda’, in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BARBOSA, A. d. (2009). O ciclo da economia global e as relações comerciais entre Brasil e China. In: H. A. Oliveira, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 193-220). Curitiba: Juruá Editora.

BARBOSA, A. d. (2011). China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 269-302). Brasília: IPEA.

BARCENA, A. Prólogo. In: ROSALES, O. et al (2012). *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*. Publicado no site da CEPAL. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3070/S1200524_es.pdf?sequence=1, acesso em 11 de novembro de 2015.

BECARD, D. S. (2009). Cooperação e comércio entre Brasil e China durante o governo Lula. In: H. A. OLIVEIRA, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 163-192). Curitiba: Juruá Editora

BECARD, D. S. (Julho de 2010). Presença da China na América Latina: contribuição para o desenvolvimento da região. *Ciência & Letras*, 77-96.

BEKERMAN, M. (Abril de 2013). Transformações recentes na economia chinesa: impactos sobre suas relações comerciais com a América Latina. *Revista Tempo do Mundo*, pp. 5-43.

CABRAL, S. (2009). As relações comerciais entre Brasil e China de 1979 a 2008: lições de estratégia política e econômica. In: H. A. Oliveira, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 245-254). Curitiba: Juruá Editora.

CANO, W.; Silva, A. L. G. Política industrial do governo Lula. Campinas: IE/Unicamp, Texto para Discussão, n.181, julho 2010. Disponível em http://horia.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf

CINTRA, M. R. *China na América Latina: suas estratégias, interesses e as implicações dessa aproximação sino-latino-americana no relacionamento triangular China-América Latina-EUA*. 2011. 16 f. Programa de mestrado em economia política internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

CINTRA, M. R. (Janeiro de 2015). Revista de economia política, vol. 35, nº1. *Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos*, pp. 28-42.

CUNHA, I. J. (2008). *China: o passado e o futuro de um gigante*. Florianópolis: Visual Books.

FERCHEN, M. (Novembro de 2011). Revista de sociologia e política. *As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?*, pp. 105-130.

FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 5-30, 2012.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IBRE, I. B. (Janeiro de 2015). *Revista de conjuntura econômica*. Acesso em 22 de Junho de 2016, disponível em As perdas nas exportações brasileiras para a China: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028818B37A00A200137A4099DA13ADA&contentId=8A7C82C54ADE6252014ADFB36CC61A96>

KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.

PEREIRA, L. V.. O efeito china nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do *constant market share*. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, agosto de 2014. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3161/1/TD_2002.pdf, acesso em 08/11/2015.

PINTO, E. C. (2011). O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades, comerciais, produtivas e financeiras. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *A china na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 19-78). Brasília: IPEA.

SOUZA, A. M. BNDES, campeões nacionais, expansionismo e integração regional. *III Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. Bariloche, Argentina, 2012. Disponível em <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Matos%20Souza.pdf/view?searchterm=None>, acesso em 05/11/2015.

SOUZA, A. M. (2011). Desenvolvimento, expansionismo e integração regional. *Anais do I circuito de debates acadêmicos*.

SOUZA, A. M O novo imperialismo: território e finanças. In *Anais do 6º CIETA*. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Angelita%20Matos%20Souza.pdf> acesso em 10/11/2015.

SOUZA, A. M. Crítica à noção de subimperialismo. *Revista Crítica Marxista*, n 36, São Paulo, Ed. UNESP, 2013.

EIXO 3

Exploração dos recursos naturais no século XXI

Exploração do Nióbio no Brasil no contexto do Novo Imperialismo

Giovanna Queiroz Moscatiello
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro
email: giovanna.qmoscatiello@hotmail.com

Introdução

A fim de compreendermos a manutenção da situação periférica-dependente do Brasil no sistema capitalista mundial, faz-se necessário a análise histórica da vinculação da economia nacional aos agentes e interesses internacionais. Desde o período colonial, a formação territorial brasileira combina expansão territorial com espoliação dos recursos naturais, da terra e da mão de obra, mecanismos de exploração que se acentuaram sobretudo a partir da virada do século XIX para o século XX, onde a lógica capitalista (com o imperialismo capitalista) se impõe ao país a partir da articulação entre interesses dominantes internamente e interesses estrangeiros.

Caracterizada pela concentração da produção em instâncias máximas e a constituição de monopólios financeiros, a fase mais recente do capitalismo é resultado da geografia histórica pela qual permeia o desenvolvimento do sistema, sua constituição, crises e reorganizações. Portanto, a atual lógica de acumulação e exploração capitalista nos demonstra como o Imperialismo surge como possível solução para as crises estruturais, ainda que limitada, para a impossibilidade de acumular mediante reprodução ampliada. Assim sendo, o Imperialismo falará sobre a conquista de novos mercados pautada na adoção de práticas colonialistas como forma de propagação do poder monopolista sob o espaço.

De todo modo, a quantia historicamente sobreacumulada em alguns grandes centros necessitaram de investimentos para que fosse possível viabilizar a retomada da taxa de lucratividade. Investimentos, porém, que perpetuassem formas de acumulação futuras, normalmente no estrangeiro ou áreas ainda não dominadas por essa lógica. Têm-se, então, uma das contradições do Imperialismo: relação dialética de dependência entre os países inseridos na lógica de acumulação mediante exploração capitalista e países reorganizados através da exploração colonial/imperialista, cenário em que se insere a economia política do território brasileiro.

A acumulação por esse pequeno grupo de nações ricas exigiu o que Harvey (2004) atribui aos “ajustes espaço-temporais”, firmados na transferência de excedente de capital para outro local cuja finalidade é a perpetuação da concentração do capital e da produção pelos centros e países investidores, se transformando em mecanismo associado às políticas neoliberais pós 1970 e traço inerente do que o autor denomina Novo Imperialismo, conjuntura em que predomina a obtenção de lucratividade na periferia através da exploração de terras, mão de obra, mercado de matérias primas e relativa escassez de capital.

Visto que as práticas mencionadas acima, previamente apresentadas por Marx como primitivas, estiveram presentes durante todo o desenvolvimento do modo de produção

capitalista, Harvey (2004) discorrerá sobre o conceito de Acumulação por Espoliação, processo que reafirma práticas de exploração jamais superadas e que se acentuam em períodos de crises estruturais. Desta forma, retomaremos a abordagem teórica de Harvey e Lênin sobre as transformações do capitalismo mundial, a era do *imperialismo capitalista*, para que a problemática deste trabalho possa ser investigada de maneira qualitativa. Sobre a permanência do Brasil como produtor e exportador de matérias primas utilizadas para fomentar a indústria nos países centrais, abordaremos o conceito de Reversão Neocolonial (SAMPAIO, 1999) como processo expressivo da manutenção da economia como subalterna e dependente às vicissitudes do capital internacional.

Deste modo, apresentado o viés teórico, a escolha do objeto desta pesquisa é resultado da percepção pela qual enxergamos a atividade que abarca o nosso estudo de caso: o monopólio exercido pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) - empresa majoritariamente privada, associada à grupos estrangeiros e com participação estatal de 25% - no mercado mundial de Nióbio. Ou seja, compreender através da análise qualitativa, o monopólio privado na exploração de um recurso natural estratégico, em que 98% das reservas mundiais se encontram em solo brasileiro, distribuídas nos estados de Minas Gerais, Goiás, Amazonas e Roraima (MME, 2010). Precisamente estudaremos a exploração no depósito *barreiro* em Araxá-MG, realizada desde 1955 pela CBMM.

O Nióbio (nb) ou Colômbio (cb) é um elemento químico de número atômico 41 e massa atômica 92,9u, pertencente ao grupo 5b dos metais de transição na Tabela Periódica dos Elementos. Consegue resistir à ação de ácidos de diversas ordens (clorídrico, sulfúrico, nítrico, fosfórico, crômico, acético, fórmico e cítrico) e tem a propriedade de supercondutividade em baixa temperatura (SILVA, 2001). Seu nome deriva da palavra *Níobe*, que na mitologia grega representa a deusa filha de *Tântalo* e Dione. A descoberta desse metal ocorreu no século passado pelo químico inglês Charles Hatchett e foi denominado por ele como *colombium*, em referência a América do Sul, continente de origem do mineral.

A maior parte do Nióbio extraída no Brasil é transformada em uma ferro-liga denominada Liga Ferro-Nióbio (Fe-Nb), consistindo uma liga metálica com teor médio de 66% de nb que adiciona Nióbio aos aços (principal aplicação do mineral) (MME, 2010). Desde o início da produção da liga em 1965, a CBMM não exporta minério para a fabricação da liga Fe-Nb no exterior, intensificando o monopólio da empresa na cadeia de produção do mineral.

O crescente interesse pelo Nióbio é resultado de sua versatilidade (diferentes usos e aplicações), vantagens econômicas e disponibilidade a longo prazo. A partir do Perfil de Mineração do Nióbio de 2010, o MME (Ministério de Minas e Energia) aponta que, em muitos casos, a quantidade de Nióbio necessária para produzir melhorias significativas em propriedades mecânicas do produto é mínima. Aproximadamente 0,1% de nb é suficiente para a fabricação de ligas leves capazes de suportar altas temperaturas e resistir à processos corrosivos. Ainda que o principal uso do Nióbio se destine à siderurgia, a vasta

aplicabilidade do material dispersa sua gama de utilizações para as indústrias de engenharia civil, tecnologia, bélica, eletroeletrônica, aeronáutica, aeroespacial, automotiva, química e energética, além de incluí-lo na discussão sobre a classe dos *materiais estratégicos*.

A discussão acerca do conceito de material estratégico iniciou-se nos Estados Unidos, em um cenário predominantemente de guerra, pelo âmbito militar do país. Devido a importância da cadeia de extração mineral para a produção de insumos bélicos, a inserção do conceito de mineral estratégico data do fim da primeira grande guerra, originalmente estudado por engenheiros e economistas envolvidos. Por isso, considera-se que a evolução do conceito ocorre no decorrer do tempo histórico e caminha paralelamente com a economia de guerra e a necessidade de estoques para a perpetuação de atividades de cunho armamentista.

Mesmo que o debate sobre os condicionantes para classificar algo como estratégico pareça limitada ao que se refere um panorama de guerra, a Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) produziu em 1987 um folheto advertindo a presença do Nióbio em um provável grupo de materiais estratégicos. Precisamente o objeto de estudo vem sendo analisado na perspectiva do conceito estratégico por participar de relações que envolvem a disponibilidade e posse do metal, como visto o interesse justificado pelos Estados Unidos (EUA) como assunto de preocupação nacional de cunho militar e preservação da indústria. A qualidade de estratégico atribuída ao Nióbio brasileiro se dá na vasta quantidade do mineral encontrada nas maiores reservas mundiais localizadas no Brasil, unida ao uso do material em indústrias de ponta e escassez significativa de reservas no estrangeiro.

Objetivos

O presente trabalho propõe analisar a lógica contraditória da acumulação capitalista pautada em moldes de exploração imperialista/colonialista, precisamente a extração de um recurso natural localizado majoritariamente em território brasileiro por uma companhia privada. A escolha do objeto de estudo, à luz das contribuições de Harvey, Lênin e Sampaio, é resultado: 1) Pelo fato do Nióbio ser insumo fundamental para o desenvolvimento de indústrias consideradas de ponta em países estrangeiros e permanecer em um mercado de estabilidade de preços; 2) Pelo fato do Brasil, através da propriedade privada acerca dos recursos naturais, entrega seu patrimônio nacional e permanece na condição histórica de país exportador de *commodities*.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos da pesquisa dizem respeito à investigação de fontes primárias e secundárias. A investigação sobre a exploração e exportação do Nióbio pela CBMM recorrerá às fontes primárias, dos dados governamentais (quantidade exportada, preços, países compradores, regulamentação da atividade mineral) a matérias na mídia impressa/online. As fontes secundárias, mormente os estudos dos autores

mencionados, Harvey, Lênin e Sampaio Jr., deverão orientar a análise qualitativa sobre o objeto de estudo: o monopólio exercido pela CBMM na exploração do Nióbio no Brasil.

Resultados

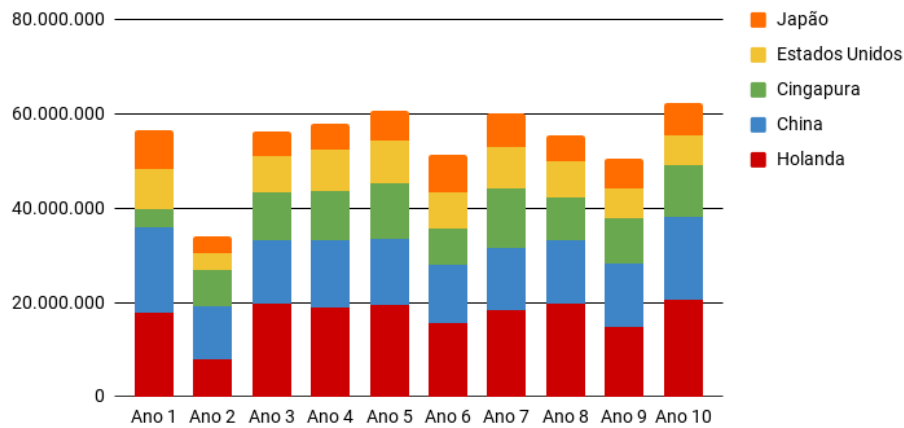
A CBMM, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, fundada em 1955 e sediada em Araxá-MG, é considerada a única empresa de extração mineral (no caso do Nióbio) que abarca todos as etapas do processo produtivo, operando desde a mina até a produção de derivados, como a liga Ferro-Nióbio e o Óxido de Nióbio. A empresa opera desde 1962, pertencente ao grupo Moreira Salles, com associação à estatal CODEMIG em 1973, compreendendo uma sociedade (COMIPA), em que a CODEMIG recebe 25% de lucro, direcionados para o estado de Minas Gerais. Em dados publicados pelo Balanço Mineral Brasileiro de 2001, a empresa já teria extraído aproximadamente 15,5 milhões de toneladas de Nióbio bruto, com lavra anual estimada em 800 mil toneladas.

Historicamente, além da participação da estatal mineira, têm-se a multinacional Molycorp, Inc (Molybdenium Corporation - EUA), maior proprietária de terras raras no mundo. Em 1965, a união entre os Moreira Salles e a empresa estadunidense marca o início do que viria a ser o mercado multi milionário do Nióbio. Na época, a mineradora Molycorp, Inc havia adquirido direitos de lavra sobre o depósito em Minas Gerais, fato que ocasionou a união com a família de banqueiros após a venda de participação majoritária na mina. Atualmente, a CBMM adquiriu as parcelas da Molycorp na extração em Araxá, o que intensificou ainda mais o monopólio da empresa em todas as etapas da produção.

A CBMM atua como maior produtora mundial de Nióbio desde 1988. A partir do mesmo ano, além da produção de Fe-Nb, a empresa passou a investir na modernização da produção e em novas oportunidades de aplicação do metal, como os produtos de terceira geração derivados do Óxido de Nióbio, utilizados majoritariamente na fabricação de superligas e supercondutores. Além disto, a produção de Óxido em grau ótico se tornou necessária frente o avanço das indústrias de lentes óticas japonesas. Em 1999 já eram registradas relações comerciais com cerca de 330 clientes em 45 países distintos, predominantemente nos países asiáticos, o que explicaria, na mesma época, a união da CBMM com a empresa japonesa Nissho Corporation (SILVA, 2001).

Além de suprir mais de 90% do consumo mundial, o Brasil também é autosuficiente em relação à demanda interna, atendida 100% pela CBMM. Em 2014, apenas 10% da produção de Ferro-Nióbio STD (liga padrão, com 65% de Nióbio e 30% de ferro) foi suficiente para satisfazer as empresas metalúrgias nacionais. De acordo com Sumário Brasileiro de Mineração (2015), a exportação de Ferro-Nióbio se distribuiu da seguinte maneira: Holanda (25%), China (23%), Cingapura (16%), Estados Unidos (14%) e Japão (11%). É vista uma clara inserção de países asiáticos como consumidores em potencial do Nióbio brasileiro, ainda que a Holanda apareça como principal consumidora da ferro-liga.

Gráfico 1 - Quantidade de Ferro Nióbio exportada (em KG) para o grupo dos cinco principais países consumidores entre os anos de 2008 e 2017



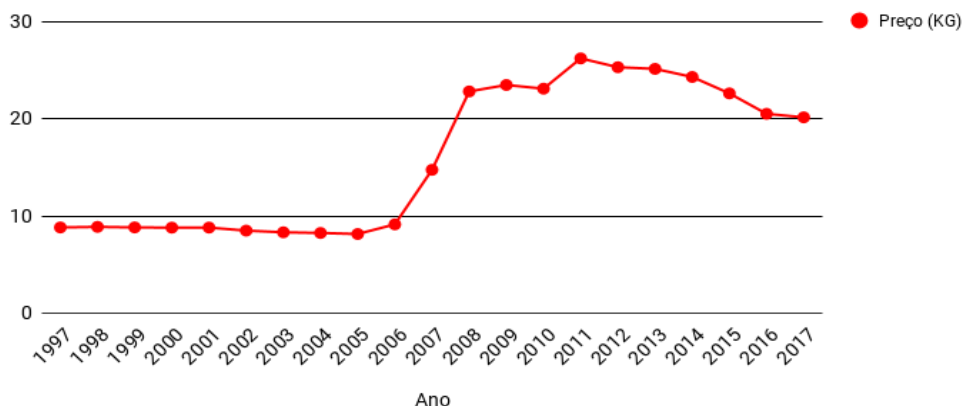
Fonte dos dados: MDIC – AliceWeb. Código do produto: 72029300. Autoria própria.

O interesse externo fez com a empresa investisse de maneira acelerada em alianças internacionais, como pode ser visto pela presença de escritórios em países como Holanda (CBMM Europe Br – Amsterdan), Cingapura (CBMM Ásia Pte), Suíça (CBMM Technology Suisse - Genebra) e Estados Unidos (Reference Metals Company Inc – Pittsburgh), além da aquisição de capital da empresa em 2011 (na ordem de 30% e no valor de US\$ 4bi) por parte de grupos asiáticos. Em questão de armazenamento, a CBMM possui estoque de produtos em nove países, todos localizados na Ásia, Europa e América do Norte

Como apontado por Rodrigues (2015), é visto um cenário de claro interesse internacional pelo Nióbio, em que há a presença de grandes multinacionais envolvidas na luta pelo controle e pela facilidade de acesso a este recurso estratégico. É importante salientar o interesse pelos EUA sobre as minas de Nióbio brasileiras, que segundo um documento do Departamento de Estado vazado pelo WikiLeaks em 2010, aponta os locais e recursos como imprescindíveis para o desenvolvimento das indústrias do país.

O mercado do Nióbio, mais precisamente a comercialização da ferro liga, tem como característica a manutenção e estabilidade dos preços. Como observado através da coleta de dados na plataforma AliceWeb, não foi constatada grande variação do preço no período que compreende os últimos 20 anos (1997-2017). A CBMM é responsável pela política de estabilidade comercial, que envolve contratos de longo prazo, assim como a garantia de preços relativamente baixos, estimulando o aumento e a perpetuação do consumo em um cenário de surgimento de ligas substitutas.

Gráfico 1 - Valor (em US\$ FOB) do quilograma da Ferro Liga entre os anos de 1997 e 2017



Fonte dos dados: MDIC – AliceWeb. Código do produto: 72029300. Autoria própria.

A posse e controle da CBMM pelo Grupo Moreira Salles desde 1965 faz a família ser considerada a mais rica do Brasil, com uma fortuna estimada em 27 bilhões. Por ser o maior complexo minero-industrial de nióbio do mundo, que extrai, processa, fabrica e comercializa, sua receita anual supera o valor de US\$ 600 milhões. A empresa é mais lucrativa que a parcela da família de US\$ 7,1 bilhões no Itaú Unibanco, considerado o maior banco da América Latina em valor de mercado. Além disso, os dividendos da CBMM atingiram taxas de lucro que excederam 50% do rendimento líquido anual.

A alta arrecadação pela CBMM é resultado da atuação da empresa em todas as etapas que envolvem a extração e processamento do nióbio e derivados, principalmente a liga ferro-nióbio. Segundo os dados coletados, no período que compreende os anos de 1997 a 2017, o total arrecadado (em US\$ FOB) foi de aproximadamente 28 bilhões em mais de 950 mil toneladas exportadas.

Devido a diferença de quantidade extraída e quantidade comercializada, há indícios de que o Nióbio brasileiro seja contrabandeado. Segundo o Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE), a CBMM vende o quilo do produto em valor menor do que a cotação, além da omissão de informações em relação a exportação e faturamento. Nesse sentido, presume-se que uma significativa parcela do mineral seja comercializada ilegalmente.

Em abril deste ano, o governador Fernando Pimentel do Partido dos Trabalhadores (PT), direcionou para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais um projeto de lei que consiste no desmembramento da CODEMIG, ou seja, privatização parcial da estatal. Em suma, o projeto intenciona a divisão da empresa em duas: CODEMG, responsável por continuar com o papel já exercido pela estatal e a CODEMIG, que terá capital aberto e parte vendida. A justificativa para a privatização e venda de 49% da CODEMIG se baseia na recessão em que o estado de Minas Gerais se insere, em que os recursos seriam distribuídos para a manutenção de serviços públicos, quitação de dívidas e pagamento de salários, o que não se mostra condizente com as reformas e construções que o estado já realizou. Coincidentemente, os principais interessados na manobra seriam o Banco Itaú e a

CBMM, reduzindo, assim, a necessidade de repasse de lucros para o setor público, enquanto a concentração da fortuna gerada através da exploração e comercialização do nióbio se intensifica.

Considerações Finais

De todo modo, a pesquisa nos demonstra que analisar o processo pelo qual os agentes empresariais atuam é aplicar a lógica de acumulação a partir de práticas predatórias de exploração, sempre presentes na economia política do território brasileiro, em escala ambiental, social e política. Portanto, os atuais mecanismos de acumulação capitalista, ou como fizeram-se ricos os países ricos, qualificam o molde da exploração de matérias primas no Brasil, precisamente o caso do Nióbio.

Referências

- ALICEWEB. *Alice Web*. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br/>.
- ARENDRT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). *Sumário Mineral*, 2015.
- FREDERICO, S.; BUHLER, E. A. *Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia.*, p. 199 - 226, 2015.
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GUIMARÃES, J. R. C. *Nióbio em perspectiva: materiais estratégicos*. Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, CBMM, 1987.
- HARVEY, D. *O “Novo” Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LÊNIN, V. *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Edição Eletrônica (e-book) com apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, 2011.
- LUXEMBURGO, R. *A Acumulação do capital. Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). *Perfil de mineração do Nióbio*, 2010.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *A Geografia Crítica. A valorização do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- PINTO, M. S. *A situação dos minerais estratégicos*. Fundação Salim Farah Maluf, 1987.
- RODRIGUES, S. B. *Geopolítica dos recursos naturais estratégicos na América do Sul*. Perspectivas, São Paulo, v. 45, p. 63-87, jan./jun, 2015.

Usos do território e agentes do setor sucroenergético no Estado de São Paulo. Um estudo sobre COPLACANA, um agente do setor sucroenergético, no município de Piracicaba – SP

Amanda Gadotti
amanda_jrg@yahoo.com.br
Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro

Introdução

O cooperativismo é uma forma de organização social, que tem como princípio os interesses sociais e econômicos de uma parcela da sociedade – parcela essa que se uniu por um motivo mútuo, e que tem como base de suas ações a solidariedade e igualdade entre seus envolvidos. Segundo muitos estudiosos (PINHO, 2004; REISDORFER, 2014; DE OLIVEIRA, 2017; MARRA, 2008) o ato de cooperar não é uma criação contemporânea, e sim, um ato antigo tão quanto à própria humanidade. Há indícios de que essa forma de organização social surgiu com os índios³ e foi se aprimorando ao longo dos anos. Sabe-se que a gênese do cooperativismo se deu na Europa, em um contexto de exclusão social causado pela grande Revolução Industrial, com seus avanços, mecanização e desenvolvimento acelerado que não atingiram a todos. Já no Brasil, as cooperativas surgiram na década de 1930, em meio a duas motivações: 1) o estímulo do poder público ao cooperativismo, principalmente para o fortalecimento das elites agrária, onde as mesmas estavam vivenciando uma crise; e 2) a promulgação do Decreto 22.239 de 1932, onde o Estado passa a regular as cooperativas no território nacional. Desta forma, a cooperação manifestou-se como uma necessidade e um meio de sobrevivência dos agrupamentos sociais que compartilhavam das mesmas necessidades, lutas, trabalhos, objetivos, propósitos e ideias, tornando-se assim, uma forma de organização social e de relações entre pessoas que visam alcançar um objetivo comum de forma solidária⁴.

A economia solidária, modelo econômico de organização das cooperativas e de tantas outras empresas, é uma forma de produção, consumo e distribuição que tem como princípio a valorização do ser humano, os interesses do social e a base de ação nos valores da solidariedade e cooperação, sendo a base de seu funcionamento as pessoas e não o capital, de forma auto-gestiva. Essa forma econômica tem fortes relações com o cooperativismo, pois é nesse modelo econômico que as cooperativas centralizam suas ações, tornando, desta forma, vertentes da economia solidária, tanto quanto as associações,

³ Segundo Marra (2008), o modelo de vida das tribos indígenas, tanto no passado quanto nos dias atuais, é um claro modelo de uma sociedade cooperativa e solidária, pois, na tribo o bem-estar do indivíduo e da família sobrepõe qualquer interesse econômico de produção. Além disso, nas tribos indígenas há a presença da maloca, como dormitório comum, da caça, como instrumento de sustento de todos e praticado por todos, e a alimentação em grupo, para melhor vivência em comunidade. Sendo assim, pode-se considerar que o ato de cooperar já se fazia, e faz, muito presente nos primórdios das sociedades presente no continente

⁴ Predomina-se a “lei da sobrevivência; enquanto unidos e participativos entre si, e cooperando mutuamente, a tribo se mantinha e evoluía”. (MARRA, 2008, p. 33).

onde a fundamentação é a liberdade, o humanismo, a democracia, a solidariedade, a igualdade, e a justiça social, isto é, mesmo princípios e valores.

Um dos pontos centrais, e mais importante, das discussões que circundam a temática do cooperativismo é o seu viés inovador, isto é, as corporações cooperativas são também consideradas empresas, como as demais corporações privadas, porém ambas se destoam em origem, valores e princípios, por conseguinte, as corporações cooperativas são empresas solidárias, que tem sua organização pautada em seu capital social, o que se torna um grande desafio para as mesmas, isto é, o desafio de manter seu sistema produtivo centrado no homem. Já as corporações privadas são empresas individuais, centradas no capital monetário e na arrecadação, cada vez maior, de lucros. Desta forma, as cooperativas são organizações burocrática-operacionalmente autônomas, onde o cooperado representa, dentro desta sociedade, o proprietário, gestor, administrador e colaborador, ou seja, a autogestão das cooperativas, tema que ao longo da história do cooperativismo já acarretou muitas mudanças e discussões, hoje, demonstra um “papel empreendedor”⁵ dessa prática social. E é nesse ponto que surge o principal desafio do cooperativismo, já mencionado acima: o de manter-se como sistema produtivo centrado no homem, sendo que tal desafio se encontra nas mãos dos gestores dessas corporações cooperativas, que devem saber a diferenciação, na hora de gestar, entre propriedade e controle⁶.

Para essa função tão importante, o presidente da cooperativa não está sozinho, as cooperativas são compostas, em sua estrutura funcional e administrativa, por uma Assembleia geral, órgão de maior importância da cooperativa, onde toda e qualquer decisão é tomada em conjunto com demais cooperados; Assembleia Geral Ordinária (AGO); Assembleia Geral Extraordinária (AGE); Conselho de administração; Conselho fiscal; Comitê educativo, Núcleo cooperativo ou conselhos consultivos; Estatuto social e Capital social. Essa estrutura administrativa é apoio para toda e qualquer decisão, e, principalmente, para o funcionamento solidários e em conjunto da sociedade cooperativa.

Assim, após as discussões realizadas na XI Semana de Geografia (Por uma Geografia Mestiça: América Latina no século XXI), optou-se por trabalhar neste artigo apenas com um agente do setor sucroenergético do município de Piracicaba, sendo que o mesmo tem grande relevância, influência e importância tanto para o setor econômico brasileiro, quanto para o município, além de ser uma forma de organização social consolidada no mundo inteiro e ativa localmente e nacionalmente. Contudo, pretende-se neste artigo trazer discussões sobre o cooperativismo, seus princípios e ramos, retratando um estudo de caso da Cooperativa dos plantadores de cana do estado de São Paulo (COPLACANA), que tem sua sede matriz no município de Piracicaba-SP, um município especializado no setor sucroenergético, composto por muitos agentes importantes deste setor.

⁵ DE OLIVEIRA (2017, p. 80).

⁶ “ Considerando o caso das corporações cooperativas, a escolha de um gerente-cooperado implica ter este direito sobre o resíduo, resultando na não-separação entre propriedade e controle.” (ZYLBERSZTAJN, 2005, p. 3).

Objetivo geral

Compreender, a importância do sistema cooperativo para os setores da economia brasileira e, a partir da consolidação da empresa COPLACANA no município de Piracicaba-SP, analisar como esta se configura em um agente de uso do território atuando e reorganiza parte do processo produtivo canavieiro na região.

Objetivos específicos

- Discutir teoricamente na Unesp – Campus de Rio Claro, juntamente com o professor orientador, o processo de consolidação da empresa Raízen no município de Piracicaba-SP, dando especial atenção ao seu relacionamento com os produtores e fornecedores locais;
- Compreender a definição de cooperativismo;
- Realizar uma análise sobre os princípios, virtudes e objetivos que regem o sistema cooperativo;
- Entender o funcionamento da cooperativa estudada, COPLACANA, e sua relação com os demais agentes que compõem o Centro Canagro “José Coral”;
- Preparar um conjunto de tabelas, quadros, gráficos e mapas com os dados obtidos no decorrer da pesquisa.

Metodologia

Na busca de compreender o processo de atuação da COPLACANA em Piracicaba-SP, pretende-se seguir alguns passos metodológicos:

- Levantamento e leitura de materiais bibliográficos específicos do tema e do método geográfico;
- Realização de trabalhos de campo (para a obtenção de dados estatísticos) e entrevistas (qualitativas) com os principais agentes envolvidos no processo de produção de cana-de-açúcar na região de Piracicaba;
- Entraremos em contato com a COPLACANA – Cooperativa dos Fornecedores de Cana do Estado de São Paulo (localizada no Centro CANAGRO “José Coral”, em Piracicaba - SP) para obter informações sobre os benefícios prestados aos cooperados, além de viabilizar possíveis trabalhos de campo em fazendas plantadoras de cana-de-açúcar;
- Visitaremos a COCREFOCAPI – Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de Cana e Agropecuaristas da Região de Piracicaba para entender os processos de financiamentos fornecidos por esta instituição e para buscar informações sobre os trâmites burocrático-financeiros para obtenção de recursos para modernização dos processos produtivos e compararemos as informações obtidas com os modelos de financiamento para a produção viabilizados pela Raízen aos associados ao Programa Cultivar;
- Tabulação dos dados, construção de tabelas, gráficos e mapas visando evidenciar a discussão desenvolvida ao longo da pesquisa

Resultados preliminares

O cooperativismo pode ser considerado uma prática social ou um movimento social, que tem a capacidade de unir, em suas condutas, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Entretanto, vale ressaltar, que essa forma de organização da sociedade tem como princípio fundamental a união de pessoas e não de capital, isto é, o interesse dos envolvidos nessa sociedade são muito mais importantes e essenciais para o funcionamento da cooperativa do que o capital em si. Segundo Reisdorfer (2014, p. 16) o cooperativismo é uma “escolha de um modo de vida, uma doutrina, um sistema, no qual as pessoas com atitude ou disposição consideram as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas no ambiente em que vivem”.

Essa forma de organização social fundamentou seus princípios em Manchester, no ano de 1995, tornando-os vigentes até atualmente, sendo os mesmos: i) adesão voluntária e livre; ii) gestão democrática realizada pelos membros; iii) participação econômica dos sócios; iv) autonomia e independência (na gestão, no financeiro e nas tomadas de decisões); v) prover a educação, a formação e a informação aos cooperados; vi) inter-cooperação entre as cooperativas e vii) interesse pela comunidade local. Além disso, a Organizadas das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão responsável pela representação do cooperativismo brasileiro, classificou em 1993, treze ramos que teriam a função de “viabilizar a economia de escala e a competitividade das cooperativas no mercado”. (PINHO, 2004, p. 270). Assim, esses treze ramos buscam englobar os setores da econômica brasileira, sendo os mesmos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, mineral, produção, infraestrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte (de cargas e passageiros). Os treze ramos acima descritos, hoje, representam em torno de 6,6 mil cooperativas, tendo em seu interior mais de 13,2 milhões de cooperados dando sustento ao setor cooperativo.

Para este estudo, destaca-se o ramo agrícola que segundo a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB)⁷, reúne as cooperativas que tem como cooperados produtores rurais, agropastoris e de pesca, e desempenham a função de auxiliá-los na diminuição dos custos de produção, receber, comercializar, armazenar e industrializar suas produções.

COPLACANA

A COPLACANA (Cooperativas dos Plantadores do estado de São Paulo) é uma cooperativa voltada em atender as demandas de insumos da produção de seus associados, seguindo os moldes do sistema cooperativista de solidariedade e cooperação. Esta cooperativa foi fundada em 1948 com a união de 57 produtores rurais que visavam garantir ao plantador uma segurança produtiva e o seu desenvolvimento no setor sucroenergético. Após a fundação dessa cooperativa, vários outros agentes foram se constituindo, com o intuito de complementar a ação da COPLACANA no território piracicabano e no setor, em que a mesma se tornou um dos agentes essenciais para o circuito produtivo da

⁷ <http://www.ocb.org.br/ramos>

cana-de-açúcar. Desta forma, atualmente, a matriz da Cooperativas dos Plantadores de cana está localizada no município de Piracicaba – SP, com sede matriz instalada no conhecido Centro Canagro “José Coral”, um lugar com 46 mil m² que é composto pelas instituições AFOCAPI (associação), o SINDIRPI (sindicato), a CROCREFOCAPI (banco) e a COPLACANA (cooperativa), que visam atender as necessidades de seus cooperados.

A COPLACANA (Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo) é composta por uma equipe de funcionários disponíveis a atender toda e qualquer demanda dos cooperados, desde maquinários até insumos de diversificados tipos, buscando sempre a diminuição dos custos de produção desses cooperados (pequenos e médios produtores), além disso, a mesma contém em sua sede uma loja especialidade em produtos agrícolas, que vão desde roupas, calçados, rações, fertilizantes, produtos veterinários, até maquinários de diversos tipos e escalas e produtos variados. A AFOCAPI (Associação dos Fornecedores de cana de Piracicaba) é a associação é uma entidade que contempla as ações de defesa dos direitos de seus associados no setor sucroenergético. Tal associação tem o dever de garantir o cumprimento dos direitos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos dos plantadores de cana. Sendo uma de suas conquistas a mudança na legislação canavieira (Lei nº 4.870/65), que assegurou ao agricultor e trabalhador à assistência médica, odontológica e técnica⁸, além do mais, a AFOCAPI cuida de toda parte burocrática do plantador e de seus funcionários, buscando mantê-lo em dia com seus deveres. A SINDIRPI (Sindicato Rural de Piracicaba e Região) teve sua fundação em 1949, e tem como principal função a de ser um órgão regulador das regras, direitos e deveres da sua classe trabalhadora e sindicalizado, tendo como sua área de jurisdição Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, Águas de São Pedro e São Pedro. A SICOOB COCRE (Cooperativa de Crédito Rural dos Fornecedores de cana e agropecuária da região de Piracicaba) foi inaugurada em 19 de maio de 1969, é considerado uma das mais importantes fontes de subsídios aos produtores rurais da COPLACANA; a intercooperação entre ambas cooperativas é uma estratégia visada pelos conselheiros eméritos da COPLACANA, Srs. José Coral, José Benedito Massarutto e Arnaldo Antonio Bortoletto, que objetivavam oferecer amplas opções diferenciadas do mercado convencional aos seus cooperados, para que pudessem, assim, solucionar questões financeiras importantes, em meio a uma fase de circunstâncias precárias e instabilidades econômicas, melhor qualidade de vida financeira aos seus cooperados.

Ademais, todos esses agentes e aparatos que a COPLACANA englobou em seu sistema e em sua matriz, são parte importante de uma estratégia para oferecer ao cooperado melhores opções para solução de problemas, sempre buscando diminuir os custos, dar ao cooperado melhor condição de vida e de sobrevivência, garantir seus direitos, ajudar no cumprimento dos deveres e agir com sabedoria no meio competitivo e hegemônico. Por fim, a união desses quatro elementos, COPLACANA, AFOCAPI, SINDIRPI E SICOOB

⁸ Tanto a assistência médica como odontológica são serviços oferecidos pelo Hospital dos Fornecedores de cana aos cooperados da AFOCAPI, tanto como a assistência técnica, que vai desde engenheiro agrônomos especialista na área, até contadores e o próprio banco.

COCRE, fazem do Centro Canagro um agente importante do território do setor sucroenergético, pois é nele que se concentra uma parcela importante da sociedade, os plantadores, organizados em uma forma consolidada de organização social, impactando de modo concreto na economia nacional e especificando cada vez mais o território piracicabano, além de ser um “porto seguro” para os pequenos e médios produtores desarticulados e enfraquecidos.

Considerações finais

O cooperativismo é uma forma de organização social consolidada e importante para todos os ramos da economia em diversificadas escalas. Surgiu como uma forma de sobrevivência, perpassou por momentos de distorção de seus objetivos, e, atualmente, é considerada um modelo de correção de problemas sociais. Para o meio agrícola é uma forma essencial de sobrevivência, diante da competitividade, do poder monetário de muitos detentores de terras e das grandes corporações mistas (*joint-venture*), principalmente para o pequeno e médio produtor rural que perde sua importância na produção, resultando em entrega de suas terras ou lavouras aos poderosos do setor.

Tratando-se neste estudo do setor sucroenergético do município Piracicaba, e partindo do conhecimento de que tal município carrega em sua configuração agrícola canavieira a peculiaridade de ainda, ter em sua maioria, a composição de pequenos e médios proprietários e produtores rurais (cana-de-açúcar), sabe-se a COPLACANA, como fonte de união e a maior força de barganha dos mesmos, é um agente muito importantes para os mesmos, pois é esta cooperativa que cuida da diminuição dos custos de produção do produtor, fator principal para garantia de sua sobrevivência e de sua família. Sendo que, além disso, é no Centro Canagro, união de demais agentes com a COPLACANA, que se encontra as instituições que se preocupam com os direitos e deveres dos cooperados e plantadores de cana-de-açúcar do município e região.

Referências bibliográficas

ANTAS JR, R. M. O complexo industrial da saúde no Brasil: uma abordagem a partir dos conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço. **GEOgraphia (UFF)**, v. 16, p. 38-67, 2014. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/580/482>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 15 abril de 2018.

CASTILLO, R. A. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: Júlia Adão Bernardes; Catia Antonia da Silva; Roberta Carvalho Arruzzo. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina. 1 ed. 2013.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & natureza (UFU)**.

Online), v. 22, p. 461-474, 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/11336/pdf_10. Acesso em: 02 jun. 2018.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 1, p. 63-72, 2014.

DE OLIVEIRA, E. D. **Cooperativismo e Responsabilidade Social como Estratégia de Crescimento Local**. PRODUÇÃO ACADÊMICA, v. 3, p. 78-91, 2017.

FARIAS, C. M. G; GIL, M. F. Cooperativismo. 1. ed. Santa Maria - RS: **Fundação Biblioteca Nacional**, 2013. v. 1. 92p. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifsul/tecnico_biocombustivel/cooperativismo.pdf. Acesso em: 16 fev. 2018.

HENRIQUES, Z. S. et al. Estratégias de inovação das empresas metalúrgicas no setor sucroalcooleiro de Piracicaba. RAI (USP). **Revista de Administração e Inovação (Online)**, v. 5, p. 292, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79112>. Acesso em: 02 maio 2018.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **O comportamento sócio trabalhista da Raízen na colheita da cana-de-açúcar nas Fazendas: Da Serra UnidadeIbaté/SP, Usina da Serra e Santa Rosa, Unidade Ipaussu/SP, Usina Ipaussu**. São Paulo. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cartas e Mapas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 04 de maio de 2018

MARRA, A. V. **Associativismo e cooperativismo**. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila).

MATOS, V. A. MELO, P. C. L. de, MATOS, P. J. A Teoria dos Custos de Transação e a Coordenação no Sistema Canavieiro. **Anais: ENEGEP 99, 1999**, Rio de Janeiro. Enegep 99 - Horizontes da Engenharia da Produção. Rio de Janeiro: RJ, 1999. v. 01. p. 73-93.

OCB. Agenda Institucional do Cooperativismo. Brasília: OCB, 2018.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao Cooperativismo**. 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – Material Didático).

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. Circuito espacial da produção: um comentário. In. SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel. 1986. P. 121-134.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto **Anais: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 12. 2000. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Campo - Território**, v. 08, p. 06-37, 2013.
- SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos-UNIRCOOP**, 2003.
- SOUZA, A. M. et al. A evolução histórica do cooperativismo. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais. Maringá**. v. 4, n. 1, p. 35-42. 2007.
- XAVIER, C. V; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. "**Monopólio na produção de etanol no Brasil: A fusão Cosan-Shell.**" Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 2011. Disponível em: <https://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- ZYLBERSZTAJN, D. **Organização de cooperativas: desafios e tendências**. Teoria e Prática da Administração. 01ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2005, v. 01, p. 23-42.

EIXO 6

Luta LGBTTT e Feminismo

PreparaNem – Niterói: práticas pedagógicas de enfrentamento LGBTQI+ ao sistema⁹ educacional brasileiro

Lais Volpe Martins¹⁰
laisvolpemartins@gmail.com - UFF
Tainá-Can Barboza¹¹
tainabarboza@id.uff.br - UFF

“[Corpos] de despejo trans*(bordam) pelo mundo.” – Carolina Maria de Jesus

Introdução

O presente texto é resultado das pesquisas realizadas ao longo da nossa licenciatura em Geografia, aliadas a nossa prática pedagógica desenvolvida no projeto PreparaNem – Niterói, desde o início de sua fundação, em 2016, até os dias atuais. Nesta introdução resumimos nossa trajetória de pensamentos e inquietações acerca dos processos educativos incidentes sobre nossos corpos sapatonas e não binários latino-americanos, orientados, teoricamente, pela metodologia transfeminista. Apoiados nos pensadores Viviane Vergueiro, Jaqueline Gomes de Jesus, J. Mombaça, Joubert Assumpção, Tertuliana Lustosa e Indianara Siqueira; e nos teóricos da educação Bell Hooks, Ana Mae Barbosa, Jorge Larrosa e Paulo Freire, além da prática docente em primeira pessoa, elucidamos aqui a necessidade de construção coletiva das epistemologias LGBTQI+ para alcançarmos práticas pedagógicas emancipatórias de fato.

Por se tratar de uma leitura a partir de corpos LGBTQI+, o foco deste trabalho é refletir sobre como a atual conjuntura sociopolítica estruturada pelo sistema-mundo moderno-colonial¹ opera por meio da instituição escolar na construção de um padrão de normatização que (re)produz suas relações assimétricas de poder. Cada vez mais apartado da natureza, esse modo de vida se materializa pela “civilização” euro-norte-americanocêntrica através da construção da cis-hetero-normatividade careta. (VERGUEIRO, 2014). O espaço escolar, de desenvolvimento social e intelectual humano, influencia de maneira direta no comportamento dos educandos (BOURDIEU, 1989) e é capaz de moldar a realidade ao naturalizar processos sociais de opressão, tais como os racismos e cissexismos, enraizados e corporificados em nossos cotidianos. Nossa sociedade nos ensina a invisibilizar e silenciar narrativas subalternizadas, não brancas e

⁹ “Utilizo ‘sistema’ para enfatizar o caráter cis-supremassista do “[c]istema-mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal” (GROSFOGUEL, 2012:339). Este sistema-mundo também produz “hierarquias epistêmicas” em que perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas ou silenciadas.” (VERGUEIRO, 2014.)

¹⁰ Lais Volpe Martins, sapatona mestiça, graduanda de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

¹¹ Tainá-Can Barboza, bran(cu) não binária, Graduada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

não cisgêneras, colocando à margem outras percepções, conhecimentos e epistemologias decoloniais que estas carregam.

O PreparaNem - Niterói, entendido como movimento social¹², é uma ferramenta de trans*(formação) sócio-educativa, pois apresenta e promove, a partir do protagonismo LGBTQI+, prioritariamente trans, outras narrativas produtoras de saber, desnaturalizando as estruturas hegemônicas do sistema-mundo ao mostrar outros caminhos possíveis a serem trilhados para emancipação coletiva. O empoderamento, a inserção nas Universidades, a representatividade, a melhora da autoestima, a criação de redes de apoio, a difusão de imagens positivas acerca da população LGBTQI+, a afetividade trans*, a pedagogia do cuidado, a ocupação de lugares de poder, são algumas das estratégias usadas para quebra do estigma e dos estereótipos negativos socialmente construídos que marginalizam os corpos periféricos.

Nossa prática pedagógica é potencializada pelo exercício de percepção e imaginação geográficas (CORREA, 2012), pois busca compreender as relações entre a sociedade e o espaço a partir das referências des próprias educandes. Defendemos que debates relativos a transversalidade de percepções que nos cercam devem estar no centro das atividades curriculares, tais como questões de gênero, raciais e o multiculturalismo¹³, por exemplo, destacando o fato de que outras metodologias de aprendizagem, não violentas, não totalitárias e não homogeneizantes, são necessárias para a reconstrução e valorização desses múltiplos saberes e realidades (VERGUEIRO, 2014). Além disso, também discutiremos a posição des professories em tal geometria de poder (LACOSTE, 1989).

Devido aos altos índices de violência de gênero na sociedade brasileira é de extrema urgência que nossas vivências sejam reconhecidas, respeitadas e legitimadas. Por isso, estamos aqui, para reafirmar que outras vozes (re)existem, outros cotidianos tecem a história e constroem o espaço. A ciência pensada *desde abajo*¹⁴ deve tensionar o sistema e tomar o protagonismo às narrativas subalternizadas capazes de revelar a infinitude dos universos que compartilhamos. Nossa escolha política pelo uso da linguagem neutra (REZ; GAIGAIA, 2014) na escrita deste trabalho é uma forma de contemplar a multiplicidade de identidades de gênero existentes, inserir nossos corpos na (re)produção do debate e evidenciar o caráter colonial binário do gênero na linguagem portuguesa.

¹² JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. Revista Psicologia e Saber Social, v. 1, nº 2, p. 163-186, 2012.

¹³ Parâmetros Curriculares Nacionais - Pluralidade Cultural. Ministério da Educação do Brasil. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>>. Acessado em 06 set. 2018.

¹⁴ Conceito decolonial que centraliza as referências e epistemologias no hemisfério Sul do planeta. (SANTOS & MENESES, 2009)

Sobre o Sistema-Mundo Moderno-Molonial

Na realidade ocidentalizada cristianocêntrica (GROSGOUEL, 2008) em que estamos inseridos, o sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais nos condiciona à manutenção da cis-heteronormatividade, pois o gênero do indivíduo se vê norteado por um ideal binário de masculino e feminino que corresponde ao seu sexo designado ao nascimento - macho e fêmea -, bem como aos respectivos padrões comportamentais referentes a este ideal (VERGUEIRO, 2014). A reprodução cotidiana destes padrões, ditos universais, se incorpora às pessoas à medida que elas se relacionam com o mundo e aprendem a se significar a partir dele. Deste modo, aquelas que não se enquadram a cis-heteronorma sofrem com a patologização de suas vidas¹⁵, muitas vezes levadas à culpabilização e inferiorização enquanto indivíduo num corpo inconforme (VERGUEIRO, 2015. p. 72-76.), eliminando assim, suas possibilidades de existência.

Temos que pontuar que o início deste processo de socialização se dá nas escolas e isso nos faz refletir no quão difícil é para muitas crianças que não se identificam com o sistema sexo/gênero fazer o uso de banheiros, por exemplo, quando muitas vezes não se sentem confortáveis ao ter que corresponder a uma escolha que lhes foi imposta antes mesmo da vontade de urinar. Entretanto, assim como as identidades culturais, apontadas por Stuart Hall (2006) como fluidas e descentralizadas, as identidades de gênero também se apresentam como outras formas de problematização do indivíduo e da sociedade a respeito de si mesmas, formas transitórias, nômades e não totalitárias, que contestam o absolutismo da ideia linear de verdade ocidental eurocêntrica, pois variam de acordo com o contexto sociocultural e suas próprias construções e cosmogonias (OYĚWŪMÍ, 2004)¹⁶.

Nesta conjuntura, a universidade é a instituição responsável por legitimar como verdade-verdadeira¹⁷ as múltiplas narrativas, mas, historicamente, serviu para a manutenção da hegemonia branca heterossexual masculina. Mais recente e lentamente suas vagas vêm sendo disputadas e ocupadas também por esses corpos inconformes¹⁸. Destacamos a dimensão política corporificada na produção do conhecimento científico, pois são entendidos aqui não apenas como território do saber/poder, mas também, como nos aponta Mombaça (2016), do prazer/saber, na medida em que seus processos de produção, fundamentalmente resultam da experiência corpórea localizada no mundo e quando esta experiência parte de LGBTQI+, ela atravessa outros pontos de sensibilidade corporal que nos levam ao (re)conhecimento mutuo.

A educação é ferramenta necessária para transformação social, nesse sentido, o intuito do trabalho realizado no PreparaNem - Niterói é ressignificar ideias que perduram

¹⁵ Apenas no ano de 2018 a transexualidade foi retirada do Código Internacional de Doenças da OMS.

¹⁶ Oyèrónké Oyèwùmí reflete sobre a inadequação dos conceitos de gênero feministas eurocêntricos às realidades e epistemologias africanas, o que demonstra a variação dos conceitos de acordo com as diferentes territorialidades

¹⁷ WACHOWSKI, Lana; WACHOWSKI, Lilly. A Viagem. 172'. 2012. Irmãs cineastas trans*

¹⁸ Matéria sobre cotas para pessoas trans em universidades públicas brasileiras. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/arco/sitenovo/?p=3867> Acessado em 10/09/2018

séculos em nossa sociedade e que sempre colocam lésbicas, gays, bissexuais, travestigeneres, transexuais e intersexuais, além de negros, indígenas, mulheres e não ocidentais à margem da sociedade organizada pelo sistema-mundo, sem perder de vista a interseccionalidade moderno-colonial entre gênero e raça.

Para a maior parte dos indígenas das Américas as relações [homoeróticas] constituíam parte normal das suas práticas sexuais cotidianas. Foi a colonização europeia que patologizou essas relações como parte da estratégia de racialização para mostrar a inferioridade racial das populações indígenas e da necessidade de convertê-los ao cristianismo para torná-los sujeitos dóceis à sua incorporação nas formas capitalistas de trabalho forçado. (GROSGUÉL, 2008, p.344)

Breve História Do Prepara Nem

O PreparaNem surge no Beco do Rato, Lapa – Rio de Janeiro, 2015. Após a ocupação da Casa Nem - espaço que funciona até hoje como residência, ponto de apoio, acolhimento e afetividade de pessoas trans* - foi percebida a necessidade da promoção da educação como ferramenta de empoderamento das pessoas que ali se encontravam. O PreparaNem é:

Um coletivo formado por amigos e parceiros, que possuem como principal foco a abertura de espaço de voz e de visibilidade de pessoas trans - que são, de fato, as fundadoras e sustentação do grupo. Não cabe na proposta localizarmos um único fundador, organizador ou responsável. Reafirmamos, assim, que o protagonismo, a fundação, a organização e gestão do curso são EXCLUSIVAMENTE das pessoas trans. (Descrição da página <<http://www.facebook.com/PreparaNem>> Acessada em 2015.)

Em descrição tirada da página da rede social do coletivo, pois é de extrema importância o direito de se autonear; também retiramos o trecho:

O curso PREPARA NEM não instrui transgêneros. Somos um coletivo no qual profes e alunes buscam transformar seus modos de exercício nos respectivos espaços políticos e engajado na luta e na resistência pelo protagonismo trans. Alunes, que devido à evasão escolar carecem de um conteúdo específico exigido para a conclusão do segundo grau, bem como para a entrada na universidade. Profes (não necessariamente professores) familiarizados com as hostilidades do ambiente educacional e das pedagogias tradicionais, que sentem a necessidade política de aprender e agregar às próprias práticas o que diferentes modos de vida podem trazer a nosso modelo atual de educação: patriarcal, heteronormativa, cisgênera, binária, etc. (Descrição da página <<http://www.facebook.com/PreparaNem>> Acessada em 2015.)

Em Niterói, o projeto teve início em 2016 e é apoiado pelo Grupo Diversidade Niterói (GDN) e Grupo Transdiversidade Niterói (GTN) sendo as aulas realizadas no espaço das suas sedes no centro da cidade. As aulas acontecem de segunda à sexta-feira, das 18h30 as 21h30. As disciplinas que compõe o currículo são: Biologia, Português, Redação, Literatura, Inglês, Espanhol, Geografia, História, Sociologia, História da Arte, Física, Química e Matemática. Cada disciplina conta com pelo menos três professorias

voluntaries que organizam seu cronograma com foco no ENEM e com os devidos cuidados para não reprodução de LGBTQI+fobia nos conteúdos exigidos. São realizadas reuniões periódicas entre todes para organizar e avaliar o funcionamento do curso, e os conteúdos que podem ser trabalhados de maneira interdisciplinar.

Outra estratégia é explorar os diversos espaços de aprendizagem que compõem o nosso cotidiano para que as pessoas se habituem a presença LGBTQI+ e aprendam a conviver positivamente com a diferença, para tal, são realizadas aulas abertas em espaços públicos como praças, shoppings, teatros, câmaras municipais, universidades, além da promoção audiovisual de documentários, entrevistas, conteúdos nas redes sociais, calendários, ensaios fotográficos e manifestações políticas, como por exemplo, participação na Parada do Orgulho LGBTQI+ de Niterói. Por isso, cabe destacar que a educação não se restringe apenas ao espaço formal onde ocorre a escolarização, ela está presente em cada fazer exercido por nossos corpos e tal prática valoriza os saberes dos educandos, uma vez que muitos de seus conhecimentos são adquiridos nas ruas, longe das escolas que lhes foram negados o direito de estar. (ASSUMPÇÃO, 2017)

A todo tempo o objetivo do PreparaNem é o desenvolvimento da autonomia (FREIRE, 1996), logo, os educandos são incentivados a participar da gestão do projeto, ao cuidado de si, de outre e do espaço compartilhado. Eles colaboram com a manutenção e limpeza do espaço, organização do lanche, abertura e fechamento da sede, promoção e produção de eventos culturais, entre outros. O PreparaNem - Niterói conta com uma média entre 10 e 30 educandos por ano, dos quais 70% foram aprovados em universidades nos anos de 2016 e 2017. O projeto é autogestionado, independente, apartidário e conta com ajuda de colaboradores, doações e financiamento coletivo na internet.

Sobre A Prática Pedagógica Emancipatória Corporificada

A prática pedagógica desenvolvida no PreparaNem - Niterói, apresenta-se como uma das formas de enfrentamento ao sistema-mundo e de construção de um sentido comum para a sociedade que preze pelo respeito às pessoas LGBTQI+ e toda a diversidade que nela se manifestam. Se considerarmos a subjetividade criada a partir da educação como um processo de construção sócio-histórico, a educação de indivíduos para a diversidade resultará em uma sociedade mais tolerante (SANTOS, 2001). Porque da mesma forma que a LGBTQI+fobia e as outras opressões sistêmicas foram aprendidas e incorporadas ao longo da história elas podem ser transformadas e ressignificadas (BENTO, 2011).

Utilizamos o exercício da imaginação geográfica (CORREA, 2012) como instrumento pedagógico que orientou nosso trabalho no PreparaNem. Percebe-se que a ocupação do espaço, de *per si*, é um instrumento de enfrentamento político-social e deve ser utilizado para ensinar de maneira crítica e estratégica, pois reafirma nossa diversidade e direito de (re)existência. Por meio dos conceitos geográficos buscamos a compreensão dos conceitos interseccionais de gênero, priorizando na centralidade dos debates os temas

como, por exemplo: corpo território (FARIA, 2005), lugar de fala (RIBEIRO, 2017), espaços de pertencimento, transformações na paisagem, direito de ocupação (SOARES, 2017); evidenciando as discriminações cotidianas e como, muitas vezes, as interiorizamos e reproduzimos até mesmo de forma inconsciente.

Entre as inúmeras abordagens possíveis, recai-se a atenção para aquelas que colocam les educandes no centro do prazer/saber/fazer no processo educativo para que seu desenvolvimento ocorra da relação entre os saberes que cada um carrega e aqueles acumulados pela sociedade num geral, em permanente (re)construção e disputa político-histórico-cultural. Uma educação que fortaleça os laços de pertencimento des educandes com a escola e a sociedade, a partir da diversidade de problemas e questionamentos sociais a serem transformados por uma ação reflexiva, crítica e consciente, problemas estes urgentes a serem trabalhados por nossa sociedade, como o racismo, a LGBTQI+fobia, o machismo, o classismo, o bullying e etc.

Como exemplo prático, gostaríamos de apontar aqui uma atividade desenvolvida durante as aulas a fim de demonstrar outras de formas de posicionamento des professories que evidenciam a horizontalidade nos processos de aprendizagem. Ao abordar conteúdos relacionados às culturas de matriz africanas, convidamos a participar da aula amigas negres para compartilhar narrativas em primeira pessoa e que fogem a lógica racista de (re)produção do conhecimento colonial, nos colocando, também como educandes e destacando a importância das culturas africanas na construção da identidade brasileira. Uma vez que a população negra LGBTQI+ é o principal alvo das violências coloniais.

Considerações Finais

Atualmente, pensar os processos educativos que ocorrem nas escolas e fora delas é buscar compreender como se dá a (re)produção de valores e sentidos de mundo opressores, socialmente construídos pela colonialidade do prazer/saber/poder, e como les agentes envolvidos – educandes, educadories, funcionáries, familiares, comunidade, poder público – atuam nos processos de aprendizagem, sem perder de vista que a dimensão política do processo inserido num sistema educacional desigualmente estruturado deve ser central. O modo como educamos nossa sociedade é excludente e discriminatório, pois nos ensina a inferiorização do outro a partir da diferença e da homogeneização ocidentalizada dos corpos que leva a marginalização e ao homicídio de pessoas LGBTQI+.

No âmbito da micropolítica, o papel de professorie que se propõe a descolonização do pensamento/prática pedagógica consiste não só na transmissão e compartilhamento dos conhecimentos acumulados, mas também na construção coletiva de novos saberes a partir dessas múltiplas realidades periféricas em movimento, atuando como mediadorie do processo educativo/emancipatório e se deslocando do lugar de dono da verdade universal hierárquica ocidental. Devemos nos desprender do medo de não saber, romper a hierarquia que nos autoriza a ensinar, pois todos os lugares são lugares de aprendizagem. É de extrema importância a autocrítica constante e atenção ao teor opressor dos conteúdos

trabalhados, sem perder de vista os processos culturais localizados nos corpos e subjetividades daqueles com os quais compartilhamos os processos de aprendizagem e ensino mútuos.

Enquanto acadêmiques, estamos inseridas na instituição responsável pela produção e legitimação das hierarquias epistemológicas que configuram o sistema-mundo. Por mais difícil, emocional e psicologicamente, que seja ocupar esses espaços sendo corpos estranhos (PASSARELI, 2018), as disputas pelas narrativas que constroem o imaginário social se apresentam como um dever político, para romper com os estereótipos discriminatórios que reproduzem preconceitos como: gordofobia, racismo, LGBTQI+fobia, classismo, machismo e outros; autorizando o genocídio desses corpos estranhos. Cabe ressaltar também a necessidade de produção de conhecimentos contra-hegemônicos que superem o binarismo metodológico entre sujeito e objeto, ou seja, que os lugares de fala sejam respeitados para que os próprios sujeitos possam contar suas histórias.

Corpos trans* ainda estão nas bordas pelo mundo. Trans*(bordam) e ao mesmo tempo que são despejados da sociedade costuram suas entranhas. Trans*(formam) a realidade e nos ensinam sobre a infinitude de possibilidades do ser. Somos grates a todes irmanes que nos trouxeram até aqui e com quem compartilhamos esses cotidianos marginais, transviados, sapatones, não-binaries, traveco terroristas. (LUSTOSA, 2016) Talvez, este seja o principal desafio na construção deste pensamento emancipatório, a manutenção e continuidade de práticas e prazeres/saberes cotidianos que nos libertem da condição de dominades que querem se tornar dominadores de um mundo sem dono.

Referências

- ASSUMPÇÃO, Joubert. Viver não cabe no Lattes. 2017. Monografia do curso de Pedagogia da UFF. Niterói. 2017.
- A Viagem. Direção: WACHOWSKI, Lana; WACHOWSKI, Lilly. Alemanha. X-Film Creative Pool Anarchos Production. 172 min. 2012.
- BARBOSA, Ana Mae (org). Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez. 2008.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-ago. 2011.
- BOURDIEU, Pierre et al. O poder simbólico. 1989.
- BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília. 2008.
- BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Volume 10. Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília. 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e Simbolismo. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. CORREA, R. L. (org.) Olhares Geográficos, Modos de Ver e Viver o Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

FARIA, Anna Amélia de. O corpo território. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/AnnaAmeliadeFaria.pdf>> Acesso em: 04 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. v. 1. A vontade de saber. In: História da sexualidade. v. 1. A vontade de saber. 1985.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1974.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p 115-147. 2008

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. TupyKurumin. 2006.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo. 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. In: Revista Psicologia e Saber Social, v. 1, nº 2, p. 163-186. 2012.

LACOSTE, Yves. A Geografia Isso Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra. 2ª edição, Editora Papyrus, São Paulo. 1989.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. Revista reflexão e ação, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27. 2011.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto Traveco-Terrorista. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, p. 384-409. 2016.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar? Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, p. 1-8. 2004.

PASSARELI, Matheusa. Corpo estranho e outros. Disponível em <<http://sxpolitics.org/ptbr/corpo-estranho-por-matheusa-passareli/8349>>. Acesso em: 4 set. 2018.

REZ, Cari; GAIGAIA, V. Guia para linguagem oral não binária ou neutra. Disponível em: <http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Linguagem_n%C3%A3o-bin%C3%A1ria_ou_neutra> Acesso em: 03 set. 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Letramento, São Paulo. 2017.

SANTOS, Boaventura Sousa dos; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra. Edições Almedina. 2009.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Editora Record. 2000.

SOARES, Nana. Orgulho e resistência: o percurso LGBT pelo direito à cidade. Disponível em: <<http://cidadeseeducadoras.org.br/reportagens/orgulho-e-resistencia-o-percurso-lgbt-pelo-direito-a-cidade/>> Acesso em: 04 set. 2018.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Tese de doutorado da UFBA. Salvador. 2015.

_____. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: Transfeminismos: teorias e práticas. Org: JESUS, Jaqueline Gomes de. Metanoia Editora. Rio de Janeiro. 2014.

A CIDH e as pessoas transexuais: uma questão de hegemonia?

Caio Alves de Figueiredo

caioalvesfig@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Introdução

A inquietação que deu origem a este trabalho surgiu ao notar-se que em diversos âmbitos da vida no Brasil e no mundo a hegemonia estadunidense atua de maneira intensa e é responsável por mudanças de tradições locais, que são substituídas por hábitos ditos cosmopolitas, ou americanos. Aliado a isto está o fato de que, no Brasil, diversas pessoas transexuais têm seus direitos humanos violados de maneira explícita cotidianamente. Desta maneira, considerando a existência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão que tem a função de proteger e promover os direitos humanos nas Américas, indaga-se se os pareceres emitidos por esta organização seriam uma expressão da hegemonia estadunidense, conseqüentemente minando a soberania brasileira.

Para este trabalho foi definido como objeto de estudo a CIDH em detrimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte) devido à forma de petição, que naquela é passível de ser efetuada por qualquer indivíduo, além do fato de aquela estar sediada na capital dos EUA. O tratamento dado especificamente às pessoas transexuais foi definido devido ao conhecimento preliminar da existência de um caso que foi peticionado e aceito perante a CIDH. Desta forma, partiu-se da indagação: visto que a relatoria LGBTTI da CIDH nunca teve uma petição protocolada contra os EUA, seriam os relatórios emitidos por esta acerca de casos de violação dos direitos humanos de pessoas transexuais uma expressão da hegemonia estadunidense?

Tal indagação baseia-se no fato de que a sede da organização em questão é na capital estadunidense, além de saber-se que nunca houve um caso protocolado contra o Estado americano na CIDH motivado pela violação dos direitos humanos de pessoas transexuais, mesmo sabendo que tais violações ocorrem recorrentemente (HRC, 2018). Neste sentido, Costa (1991) aponta que não há consensos universais ou uma maneira única de considerar o mundo, suscitando a dúvida de qual a origem dos valores defendidos pela CIDH.

Objetivo geral

- Este trabalho pretende investigar se há uma expressão de hegemonia que pode ser vinculada ao tratamento concedido às pessoas transexuais pela CIDH e como tratá-la.

Objetivos específicos

- Entender como funciona o sistema interamericano de proteção e promoção de direitos humanos, focando na CIDH.
- Esclarecer o que é uma pessoa transexual e qual a situação em que vive essa parcela da população no Brasil e no mundo.
- Compreender como se deu o processo motivado por Luiza Melinho que foi protocolado junto à CIDH.
- Colaborar com a discussão de como fortalecer a soberania brasileira frente a hegemonia exercida mundialmente pelos Estados Unidos da América.

Metodologia

Foi realizada revisão bibliográfica acerca de conceitos chave para este trabalho. Em seguida, pesquisou-se quanto à CIDH e sua inserção no sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos e na Organização dos Estados Americanos (OEA). Posteriormente, foi feito um levantamento acerca dos dados referentes ao único caso brasileiro de uma petição levada à CIDH motivada por desrespeito aos direitos humanos de uma pessoa transexual.

Minserção da cidh na oea e o seu papel

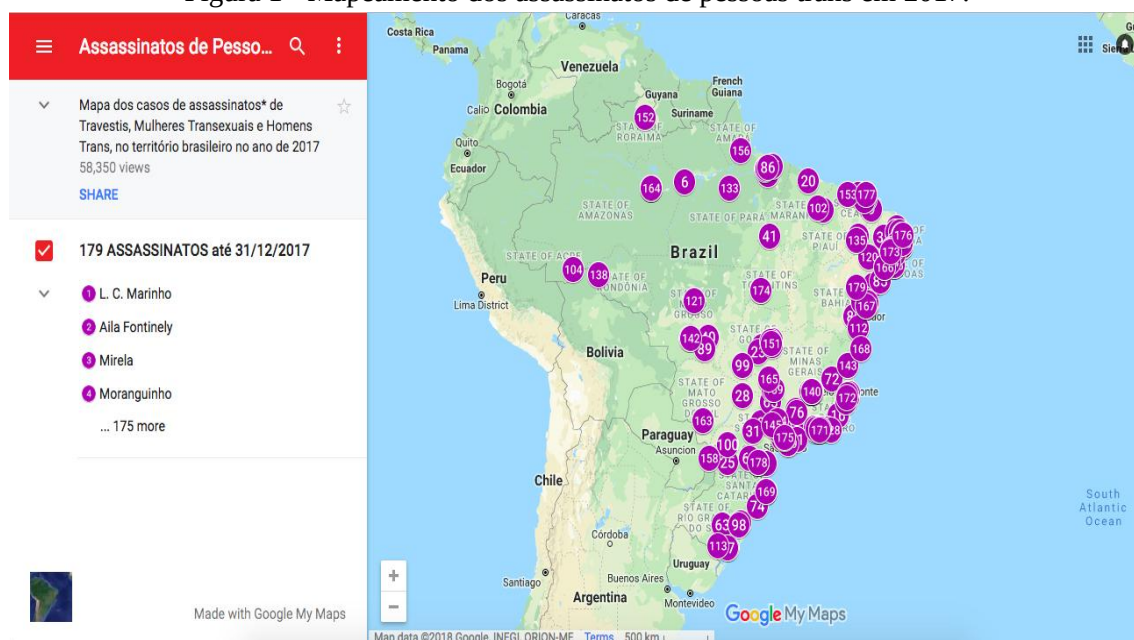
A CIDH e a Corte integram o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos. A CIDH é, dentre estas duas entidades, a que tem sede na capital dos Estados Unidos, além de ter um modo mais abrangente de aceitação de petição, que pode partir de qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos. A Corte, por sua vez, tem sede em San José, capital da Costa Rica, e tem um processo mais excludente quanto à aceitação de casos.

A formação da CIDH se deu, além da carta da OEA, pela criação da Convenção Americana de Direitos Humanos, assinada hoje pela maioria dos Estados da OEA, e criada em 1969. Para que haja a aceitação da petição submetida a esta entidade é necessário que tenha havido o esgotamento das instâncias internas, de maneira que não tenha restado outra opção, senão o acionamento da CIDH. Coimbra (2013 apud RIOS, 2017) diz que os relatórios emitidos pela CIDH fazem com que demandas de grupos vulneráveis não atendidas no plano interno sejam atendidas no plano internacional.

A situação das pessoas transexuais

A organização não governamental europeia *Transgender Europe* (TGEU), que realiza o monitoramento dos assassinatos de pessoas transexuais através do projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM), destaca que o Brasil é o país que mais mata a população travesti e transexual no mundo. Foram contabilizadas 868 mortes entre os anos de 2008 a 2016. Corroborando os dados da TGEU, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) através da ferramenta *Google Maps* mapeou os assassinatos ocorridos no ano de 2017 no território brasileiro com o objetivo de dar visibilidade a este tipo de crime, como pode ser visto na figura 1. Foram contabilizados 179 assassinatos.

Figura 1 - Mapeamento dos assassinatos de pessoas trans em 2017.



Fonte: ANTRA, 2018.

Apesar do expressivo número de mortes, outras violações de direitos humanos podem ser observadas junto à população transexual. Nogueira (2017) afirma que esta população também se encontra em situação de miséria, exclusão social, falta de acesso a educação, saúde e qualificação profissional, exclusão do mercado de trabalho formal e de políticas públicas eficazes. A ANTRA estima que 90% da população transgênera encontra-se em situação de prostituição. Há que se pensar que devido ao não reconhecimento das identidades transgêneras, estes sujeitos são empurrados para a marginalização. Para tanto, Oliva (2015) pontua que cabe aos governos dos estados e países a tarefa de facilitar a inclusão desta população, reprimir o ódio e construir políticas afirmativa para as minorias sexuais e de gênero.

Lanz (2014) afirma que "transgênero" é um termo guarda-chuva utilizado para conceituar e descrever o comportamento gênero-divergente de um indivíduo, isto é, quando a identidade e/ou a expressão de gênero diverge, descumpra, viola, fere, afronta, conflita ou não está em conformidade com as determinações binárias de gênero aceito nas normas sociais referentes aos gênero que foi determinado ao indivíduo durante o nascimento. Uma das identidades de gênero que compõe a transgeneridade é a transexualidade que, como afirma Bento (2008), pode ser considerada uma experiência identitária que conflita as normas de gênero e que permite a ruptura da causalidade entre sexo/gênero/desejo. Isto coloca em xeque os limites do sistema binário assentado no corpo-sexuado quebrando a concepção da corporalidade vagina-mulheres-feminino e pênis-homem-masculino como as únicas configurações possíveis.

Para Bento (2008) a transexualidade é uma das diversas expressões identitárias que surgiram e surgem como uma resposta ao sistema que organiza a vida social de acordo com sujeitos "normais/anormais" e que legitima as identidades em consonância com as estruturas corporais. Entretanto, é a transexualidade que demonstra que "não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas" (BENTO, 2008, p. 38). Jesus (2012) ainda define a transexualidade como uma questão de identidade em que as pessoas transexuais "lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero ao qual se identificam" (JESUS, 2012, p.14).

Em 2017 nos EUA foram registradas 28 mortes de pessoas transexuais por razões violentas, o maior número já registrado. De acordo com HCR (2018), tais mortes não necessariamente tiveram uma clara motivação pelo fato de as vítimas serem transexuais, mas em outros casos a condição de transexual da pessoa pode tê-la colocado em situação de risco, como a situação de rua. É importante ressaltar que a contagem de casos pode ser prejudicada pelo gênero contido nos registros oficiais. Até o dia 8 de setembro de 2018 já foram reportados 20 casos, que considera-se um número alarmante.

O caso de Luiza Melinho na CIDH

O único caso referente ao desrespeito dos direitos humanos de pessoas transexuais no Brasil, até o momento, é o de Luiza Melinho, intitulado "Luiza Melinho vs Brasil", petitionado em 2009. Este caso, o único contra o Estado brasileiro envolvendo uma pessoa transexual, ocorreu pelo fato de que houve a negação de realização de cirurgias de afirmação sexual, após diversas promessas, por parte do hospital universitário da Unicamp. Luiza procurou atendimento em outro hospital, o que teve que ocorrer em outro município, na capital paulista, recebendo recusa de atendimento naquele momento.

Foram efetuadas tentativas legais por parte de Luiza para conseguir as cirurgias, mas todas as tentativas foram frustradas. Isso acarretou, no ano seguinte, em uma mutilação genital praticada por ela, o que pôs sua vida em risco. Após tantas tentativas frustradas, a cirurgia foi feita em um hospital particular, tendo sido paga por Luiza uma grande quantia, endividando-se. Foi então feita tentativa judicial para que o valor gasto na cirurgia fosse reembolsado, além de que fossem pagos danos morais e aquilo que foi gasto com transporte para São Paulo, por exemplo, o que foi novamente recusado.

Com isto, a CIDH foi procurada com uma petição que foi aceita, mesmo o Estado brasileiro tendo tentado alegar inadmissibilidade do caso. Por fim, a CIDH julgou o Estado brasileiro culpado da maioria das acusações, devendo este pagar Luiza por sua cirurgia e danos morais. Não foi aceita, entretanto, a acusação em nome das demais pessoas transexuais que passaram pelo mesmo que Luiza, visto que não haviam informações suficientes acerca das informações deste grupo. Desta maneira, em 2016 houve o parecer final da CIDH acerca do caso.

Considerações finais

Para que um caso chegue à CIDH ele deve ser petitionado, o que pode ser feito por qualquer um, mas, para tanto, é essencial que haja o esgotamento das vias internas, o que observou-se que, muitas vezes, não é feito pelas pessoas transexuais por medo ou por falta de confiança na justiça. Desta maneira, é importante que a população transexual, assim como outros grupos vulneráveis, estejam cientes de seus direitos e de como reivindicá-los. Assim, a ausência de denúncias motivadas pelo desrespeito aos direitos humanos de pessoas transexuais no Brasil e nos outros Estados americanos apresenta-se não como um sintoma de falta de problemas, mas de um problema tão profundo, que não chega sequer à superfície.

Com isso, chega-se à crença de que, apesar de em diversos outros aspectos da vida serem repletos de influências estadunidenses devido à expressão da sua hegemonia, os pareceres da CIDH não mostram tendências explícitas a favor dos EUA. Para chegar a tal ponto, considerou-se que mesmo que não hajam casos protocolados junto à CIDH de direitos humanos de pessoas transexuais que tivessem sido feridos, há diversos outros tipos de violação de direitos humanos que foram protocolados. Além disso, considera-se que para que um caso seja aceito pela CIDH ele deve ter chegado ao esgotamento das instâncias internas e que casos relatados na mídia acerca de crimes

contra pessoas transexuais ocorridos em território estadunidense contam com sanções, mesmo que insuficientes, em benefício da pessoa que sofreu o crime. Desta forma, crê-se que o sistema de justiça interno funcione o suficiente para não haver necessidade de tais pessoas recorrerem a meios externos. Outro dado que corrobora tal teoria é o de que no ano de 2017 os EUA foram o país com o sexto maior número de petições protocoladas na CIDH.

Considera-se que o Estado brasileiro, por ser signatário espontaneamente da convenção, esteja de acordo com a intervenção externa. Ainda há a afirmação de Jennings (1963 apud GOTTMAN, 1975, p. 524) de que “a missão e o propósito tradicional do direito internacional foram o de delimitar o exercício da soberania numa base nacional”. Neste sentido, clama-se para que hajam denúncias por parte de pessoas transexuais quando estas sofrerem em alguma situação que seus direitos humanos sejam feridos, mesmo que pareçam em vão. Quanto ao Estado, entende-se que há necessidade de atenção aos direitos humanos de pessoas transexuais para que não haja interferência externa e para que o Brasil possa, desta forma, exercer sua soberania.

Referências bibliográficas

- ANTRA. Agência Nacional de Travestis e Transexuais. **Assassinatos de Pessoas Trans** - 2017. 2018. Disponível em <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1yMKNg31SYjDAS0N-ZwH1jJ0apFQ&ll=-14.973115587037281%2C-46.561022185396155&z=4>>. Acesso em 10 ago. 2018.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1991.
- GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, nº. 3, 2012 [1975].
- HRC. Human Rights Campaign. **Violence Against the Transgender Community in 2018**. 2018. Disponível em <<https://www.hrc.org/resources/violence-against-the-transgender-community-in-2018>>. Acesso em 10 set 2018.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2.ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em 2 out. 2017.
- LANZ, Letícia (Geraldo Eustáquio de Souza). **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a agressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.
- NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. N. B. Travestis no limbo: violações de direitos humanos. In: NOGUEIRA, S. N. B.; ARAÚJO, T. A.; CABRAL, E. A. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. 1. ed.: Rede Trans Brasil, v. I, 2017, p. 37-41. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org/dossiecirc2016.html>>. Acesso em 18 jul. 2018.
- OLIVA, Thiago Dias. **Minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão: o discurso do ódio e a segregação dos indivíduos LGBT no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2015.
- RIOS, Roger Raupp et al. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a discriminação contra pessoas LGBTTI: panorama, potencialidades e limites. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2017, p. 1545-1576.

Migração Forçada de Mulheres no rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG

Beatriz Silva de Oliveira
beatriz.oliveufrj@gmail.com
UFRJ

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo endossar o debate acerca da presença feminina nos deslocamentos forçados. Embora a migração seja uma prática comum na sociedade contemporânea, é evidente que existem migrações que não são planejadas e que podem ser provocadas por agentes externos aos indivíduos, por exemplo, o Estado e forças paralelas, e isso, por muitas vezes, coloca em risco a vida dos migrantes. Os conflitos armados, a edificação de usinas hidrelétricas e mais recente, o rompimento de barragens de mineração, são algumas das condições para o deslocamento forçado de pessoas.

Diversos deslocamentos forçados ocorrem no Brasil anualmente, principalmente por conta da instalação de barragens de hidroelétricas. Entretanto, neste trabalho será apresentado o recente desastre promovido pelo conglomerado composto pela Samarco, Vale e BHP Billinton ao longo da bacia do Rio Doce e que, em novembro de 2015, gerou centenas de deslocamentos forçados em poucas horas. Ressalta-se que, apesar de ser um rompimento de barragem, este é distinto, pois trata-se de uma barragem de resíduos de minério de ferro e acabou por afetar a vida dos atingidos, de diversas formas.

Objetivos

O questionamento principal que rege este trabalho está em torno da participação feminina diante da tragédia-crime ocorrida em Mariana em 2015, é necessário compreender qual é a participação dessas mulheres que foram obrigadas a migrar forçadamente de seus subdistritos para o centro de Mariana, principalmente. Como objetivos específicos, este trabalho possui alguns questionamentos que buscam entender se existe alguma organização entre as mulheres atingidas, se ainda (re)existem relações com o território atingido e ainda se ocorre alguma percepção de violência sobre os corpos femininos após o desastre. Esses são alguns questionamentos que surgiram após a vivência e percepção da atuação das mulheres atingidas especialmente pós-desastre de novembro de 2015.

Metodologia

Metodologicamente, este trabalho busca promover uma reflexão sobre as variadas formas de percepção de desastres, especialmente os conduzidos por grandes empresas mineradoras, a partir da perspectiva da população atingida, com ênfase na categoria

gênero. A bibliografia e os autores selecionados dialogam positivamente com temáticas geográficas e possibilitaram a construção coesa do texto. Destaco também a leitura sistemática de um periódico *A Sirene* (impresso e disponível digitalmente), como principal ferramenta para a construção do discurso dos atingidos e a principal fonte secundária aqui utilizada. Este jornal é produzido a partir da parceria dos atingidos com o coletivo “Um minuto de Sirene” e outras instituições, como a Arquidiocese de Mariana e o Ministério Público de Minas Gerais. Sua publicação é mensal e a distribuição é prioritária para os grupos de atingidos de diversas comunidades de Mariana. Os relatos apresentados foram retirados de edições do Jornal *A Sirene* e para manter o sigilo dos entrevistados optamos por não identificá-los nominalmente e visualmente; para tanto utilizamos iniciais, gênero e localização para produzir uma identificação suficiente para a construção do texto.

A experiência da migração (forçada)

A migração é vista, na maioria dos casos, como um ato voluntário associado a liberdade de ir e vir. Mas existem indivíduos que não são permitidos essa possibilidade, a partir disto é importante de inserir a necessidade de discussão sobre as migrações forçadas, visto que a sociedade contemporânea tem convivido diariamente com este assunto, especialmente o dos refugiados. A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2006) define migração como:

Movimento de população para o território de outro Estado ou dentro dele mesmo, que englobe todo o movimento de pessoas, independentemente de seu tamanho, sua composição ou suas causas, inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas, migrantes econômicos . (Glosario sobre migración, 2006 – tradução própria)

A experiência da migração é percebida de formas diferentes pelos indivíduos, para muitos ela pode chegar a ser traumática devido aos fatores que o influenciaram a gerar o movimento de deslocamento. Ainda junto a OIM (2009) podemos encontrar três definições que serão essenciais para a consolidação de nosso pensamento em relação aos indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana- MG, seguem abaixo a definição de migração forçada, deslocamento e pessoas deslocadas:

Migração Forçada Termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coacção, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais quer em causas provocadas pelo homem (por ex., movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projectos de desenvolvimento). (Glossário sobre migração, 2009, p. 41).

Pessoa Deslocada Pessoa que abandona o seu Estado ou a sua comunidade por ter medo ou por correr perigos diferentes daqueles que lhe confeririam o estatuto de refugiado. Uma pessoa deslocada é, com frequência, forçada a fugir

devido a conflitos internos ou a desastres ambientais, naturais ou *provocados pelo homem*. (Glossário sobre migração, 2009, p. 54).

Com isso é possível inferir que a experiência migratória é por muitas vezes não agradável para os que são obrigados a tal ato, visto que é na esfera da migração que se encontram os indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Na tarde de novembro de 2015, os atingidos realizaram o movimento migratório sob ameaças à vida e a sua sobrevivência devido a um desastre promovido pelo projeto de extração de minério da Samarco/Vale/BHP, os principais subdistritos estudados são Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, devido à forte participação dos mesmos na elaboração do jornal *A Sirene*.

É importante ressaltar que utilização do termo atingido como a nomenclatura que possui maior adesão pelo grupo estudado além desta ser entendida por Vainer (2008) como reconhecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação pecuniária, que é justamente a situação em que se encontra a população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão.

A tragédia-crime

No dia 5 de novembro de 2015 ocorreu o maior desastre tecnológico, social e ambiental do Brasil. Tecnológico, pois foi provocado pela incapacidade do conglomerado Samarco/Vale/BHP em lidar com os rejeitos produzidos pela sua mineração levando ao rompimento a barragem de Fundão. Desastre social, pois afetou várias comunidades ao longo do trajeto da lama, interrompeu o abastecimento de água de cidades e ambiental, pois alterou a fauna e a flora da bacia do Rio Doce, dizimou cardumes de peixes, destruiu a vegetação ribeirinha até chegar ao oceano”, onde também afetou negativamente o equilíbrio marinho costeiro do Espírito Santo, portanto um desastre de grande escala. Em Mariana, o rompimento da Barragem de Fundão atingiu em torno de 236 famílias no subdistrito de Bento Rodrigues, 108 famílias no subdistrito de Paracatu de Baixo, mas a lama chegou também em Camargos, Campina, Ponte do Gama; na sede municipal de Barra Longa e seu distrito Gesteira e outras localidades ao longo da bacia do Rio Doce.

Território e territorialidade

Embora os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo tenham perdido seu território físico e material, suas memórias e a suas noções de pertencimentos não foram perdidas ou mesmo abandonadas. O uso do território entendido neste trabalho é o apresentado por Haesbaert (2004) que apresenta as relações de poder como formas de construir um território: “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação” (HAESBAERT, 2004). Após o rompimento os territórios físicos, materiais, de Bento Rodrigues e Paracatu

de Baixo precisaram ser esvaziados de sua população e conseqüentemente isso significa a ausência de uso físico e material destas localidades e isto está alinhado à ideia de território por dominação, concreto e funcional do valor de troca que é proposto por Lefebvre (apud HAESBAERT, 2004). E o território por apropriação, proposto pelo mesmo autor (apud HAESBAERT, 2004) é carregado de simbolismo, tem marcas do “vivido”, do valor de uso, e é essa ideia de território simbólico que tem sido utilizada pelos atingidos como uma forma de manter viva a memória das localidades atingidas.

O território simbólico e o funcional não são realidades distintas; torna-se difícil e/ou mesmo impossível analisar um território sem considerar esses dois elementos. O fortalecimento da ideia de pertencimento e noção territorial, funcional e simbólico tem sido feito através de iniciativas dos atingidos, com intervenções funcionais nos subdistritos, por exemplo a visita regular as comunidades atingidas e a realização de limpeza de casas ou mesmo manutenção dos cemitérios das comunidades. A isto é possível reconhecer como territorialidade, Sack diz que a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (apud HAESBAERT, 2004), portanto as intervenções realizadas pelos atingidos nos subdistritos, particularmente as organizadas pelas mulheres, manifestações culturais no centro de Mariana e outros são formas de expressão da territorialidade do grupo atingido.

Os graus e os elos de pertencimento das gentes com o território é que nos fazem utilizar esta noção geográfica e também a necessidade de destacar o chamado “território-cultural” apresentado por Haesbaert (2003) que “prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço”. Partindo desta reflexão, é possível entender a relação de pertencimento que as comunidades atingidas têm com seus respectivos territórios. Este sentido do território, dado pelo pertencimento, expressa-se por um conjunto de relações. Estas relações não são explicadas somente por características físicas e pelos equipamentos materiais (escolas, igrejas, bares, praças e outros), mas pelo arranjo e uso social que se faz mediado por estes equipamentos, que é a territorialidade (HAESBAERT, 2004). A perda dos convívios sociais, tão comum e presente na fala dos ex-moradores de Bento e de Paracatu de Baixo, são um dos causadores da profunda tristeza que assolam os relatos dos atingidos. Reforçando a importância da construção dessa territorialidade o jornal *A Sirene* possui uma seção dedicada a memória das localidades atingidas, cujo nome é “Cultura e Memória”, e com isso as pessoas são convidadas a não esquecer a ligação simbólica com suas antigas áreas de ocupação territorial.

As principais manifestações de territorialidades remetem a usos anteriores ao rompimento da barragem, como por exemplo as festas religiosas e os ritos fúnebres, mas as relações de vizinhança também podem ser entendidas na mesma lógica, embora sejam estritamente locais são lembradas pelos atingidos como necessárias e devem ser utilizadas na construção dos reassentamentos. A importância da realização destas intervenções nos

territórios atingidos pode ser vista nos relatos a seguir, o primeiro de uma mulher afetada de Bento Rodrigues e o seguinte de uma mulher atingida de Paracatu de Baixo, ambos retirados do jornal *A Sirene*:

LM – Mulher, afetada de Bento Rodrigues

“A festa de São Bento e o sepultamento no território de Bento Rodrigues são formas de continuar uma tradição e de mostrar a quem pertence aquele chão e o que dever ser feito dele. Manifestações de esperança, resistência e força.” (Jornal *A Sirene* – edição 5, agosto de 2016)

LQ – Mulher, moradora de Paracatu de Baixo, atualmente na condição de “atingida”

“O cenário ainda é triste, mas também é nosso, e a celebração da festa do menino Jesus neste ano serviu para reforçar os nossos laços de pertencimento com Paracatu de Baixo.” (Jornal *A Sirene* – edição 7, outubro de 2016)

As festas religiosas como a festa de São Bento e a festa do Menino Jesus em Paracatu são destacadas por possuírem maior adesão e participação dos atingidos e maior relevância das mulheres na organização desses eventos. A territorialidade não é expressa somente em monumentos históricos ou festas, como citado anteriormente os ritos fúnebres também são um exemplo de uso territorial de um dado espaço. As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo possuíam cemitérios próprios e os velórios por muitas vezes eram realizados nas residências dos falecidos, a relação de pertencimento com o território pode ser vivenciada novamente através do pensamento proposto por Ratzel (1988 *apud* Haesbaert, 2003), pois, o laço com o território onde jazem os restos de gerações anteriores se fortalece assim como o enraizamento identitário dessa população atingida. Embora os atingidos encontrem dificuldades para utilizarem o espaço físico das localidades atingidas, devido as inúmeras sanções de impedimentos propostas pela Fundação Renova/Samarco, é evidente que há esforço para a (re)criação de símbolos e modos de resistências com intuito de não perder a ligação com o território atingido, isso significa fortalecer as relações de memória e territorialidade (HAESBAERT, 2004) e também a importância da dimensão simbólico-cultural (HAESBAERT, 2003) para a manutenção dos elos de pertencimento.

Violências nos corpos femininos

As mulheres atingidas pela mineração estão vulneráveis devido à imposição opressora dos conflitos causados pela instalação de grandes projetos mineradores ou mesmo pelo rompimento de estruturas desse projeto, que é o caso das mulheres atingidas pela Samarco/Vale/BHP. Com análise de alguns casos é possível perceber que a violência de gênero produzida por esse setor industrial econômico acaba seguindo um padrão, composto por violência estrutural de gênero, insegurança econômica, alterações nas dinâmicas alimentares, dentre outros.

Violência estrutural de gênero

A violência nos corpos femininos está presente nos locais onde são instalados os projetos de extração de minério, na realidade toda infraestrutura da mineração foi construída por e para homens (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017), e por isso a violência faz parte desta estrutura, especialmente a violência de gênero. Em seu livro sobre as corpografias femininas na América Latina, Viteri, Ceja e Yépez (2017) nos mostram que

“violência estrutural são as formas sistemáticas a partir do qual as estruturas sociais criam desvantagens para os seres humanos ou os prejudica diretamente. A violência estrutural é sutil e muitas vezes invisível - por ser naturalizada - e não recai sobre uma pessoa específica, mas vai contra as instituições - composta por pessoas - que a produzem.”

Com isso ficou evidente práticas que são consideradas formas de violência estrutural de gênero nas mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, se tornou evidente a falta de suporte empreendida pela empresa com as mulheres viúvas, cerca de 13 mulheres perderam seus companheiros na tragédia-crime e ainda tem de reivindicar reconhecimento como atingidas e não tiveram acompanhamento psicológico contínuo oferecido (*A Sirene*, edição 5, 2016). Por outro lado, mulheres que foram atingidas em seus sustentos também não são reconhecidas como atingidas pela Fundação Renova/Samarco, que é o caso de três mulheres que garimpavam ouro em Santa Cruz do Escalvado, além de fonte de sustento o garimpo era um espaço de convivência e troca de saberes (*A Sirene*, edição 20, 2017) . Essas três mulheres representam a participação feminina numa atividade reconhecidamente masculina, (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017). A participação de mulheres em atividades extrativas é inviabilizada em todas as esferas, na pequena mineração suas funções são limitadas a alimentação, a auxiliares dos homens, geralmente seus companheiros.

Os grandes projetos de mineração promovem grandes impactos na estrutura social da localidade escolhida, pois este tipo de indústria condiciona a economia da área para girar em torno de si. E isto ocorre no município de Mariana, com isso muitos homens dos subdistritos atingidos eram, ou já foram em algum momento, funcionários deste ramo. Com esta infraestrutura consolidada para homens é possível afirmar que a mão de obra feminina nesse setor não é absorvida em sua maioria, restando assim para as mulheres os empregos subalternos, de serviços gerais, limpeza e alimentação, em sua maioria terceirizada e com baixos salários, em condições precárias, turnos intensos e sem previdência social (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017). No jornal *A Sirene* é possível encontrar relatos de mulheres que atualmente precisam complementar a renda com trabalhos subalternos e que perderam autonomia financeira após o desastre, pois antes do rompimento conseguiam retirar renda da comercialização de pequenos produtos, como

pães e biscoitos, nos subdistritos mas hoje não consegue fazer o mesmo residindo no centro de Mariana, devido ao grande custo de produção.

Outro reflexo da violência promovida pelo desastre está na alimentação dos atingidos, antes do desastre mulheres dos subdistritos atingidos relataram atuar em atividades que envolviam agricultura, pecuária e também em serviços de alimentação. Em Bento Rodrigues estava a sede da Associação de Hortifrutigranjeiros (AHOBERO), que em sua maioria é composta por mulheres e que produzem geleias de pimenta biquinho, estas mulheres estão organizadas para tentar reaver o que perderam no rompimento, mas assim como o relato anterior, tiveram de buscar outros meios de sustento financeiro na sede municipal. Além da insegurança financeira é possível perceber a insegurança alimentar como uma forma de violação dos direitos das mulheres, pois anteriormente elas possuíam garantia da procedência de seus alimentos além de produzi-los em seus terrenos e fazerem trocas com seus vizinhos, o que também reforça a importância da articulação social existente anterior ao desastre, que foi perdida visto que os atingidos foram pulverizados no centro de Mariana e não conseguem mais estabelecer o contato anterior.

No documento produzido no *Encuentro Latinoamericano Mujer y Minería* (2011) é apresentada a forte participação da mulher na agricultura, na qual garantia segurança alimentar através do plantio, cultivo de hortaliças e a criação de pequenos animais. A degradação dos solos e dos recursos hídricos promovidos pela mineração, que faz um intenso uso de ambos os recursos, é certamente um grande problema para a reprodução das comunidades atingidas. Isso na escala do desastre se evidenciou problemático da mesma maneira, com agravante da impossibilidade de recuperação do uso do solo e dos recursos hídricos das comunidades atingidas. Ainda existem cinco mulheres atuando na agricultura de Paracatu de Baixo, elas trabalham numa plantação de hortaliças em uma propriedade que não foi completamente destruída pela onda de lama de rejeitos, elas deslocam-se de Mariana para Paracatu e acreditam que manter a atividade é uma forma de manter contato com a localidade. A organização destas mulheres é uma forma de uso da territorialidade e resistência das mulheres atingidas a seus modos de vida atuais pós-desastre.

A alteração na saúde da população atingida é uma das pautas mais presentes nas comissões de atingidos no desastre estudado. E não obstante é uma das pautas levantadas em estudos e encontros sobre os impactos da mineração na vida das mulheres atingidas. A concentração de agentes contaminantes nas zonas de exploração de minério causa problemas na população residente nas proximidades, assim como pode afetar as gerações futuras (má formação, mutação genética e diversos tipos de câncer) (ENCUENTRO LATINOAMERICANO MUJER Y MINERÍA, 2011). A contaminação dos atingidos pelo rompimento tem sido negada pela Fundação Renova/Samarco mesmo com a apresentação de laudos médicos que comprovam a contaminação por níquel, é possível destacar os casos apresentados por mães de Barra Longa, que desde a edição 3 do jornal *A Sirene* buscam reconhecimento e o tratamento médico adequado para seus filhos, o relato a seguir pertence a uma delas:

Além dos problemas de saúde físicos existem os traumas psicológicos que este grupo de atingidas carrega. Um relatório sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento de Fundão produzido pelo grupo Prismma (UFMG) com apoio da Cáritas Arquidiocesana revela que mulheres têm maior predisposição a desenvolver transtornos mentais entre as pessoas atingidas por desastres, nesta pesquisa foram entrevistadas 225 pessoas adultas (acima de 18 anos), a maioria dos entrevistados eram mulheres, no total foram 144 mulheres adultas (64%), os resultados confirmaram a predisposição anteriormente citada pois 35,4% das mulheres têm depressão, 13,9% tem algum transtorno de estresse pós-traumático, 20,8% tem algum risco de cometer suicídio, estes dados demonstram a fragilidade na qual as mulheres atingidas se encontram pós-desastre. É possível inferir também que a Fundação/Samarco ao optarem por entregar os auxílios financeiros preferencialmente aos homens corroborou para a manutenção da violência estrutural de gênero vigente, visto que a orientação do governo federal brasileiro é que auxílios socioeconômicos sejam cadastrados pelas mulheres para reforçar a autonomia financeira feminina. Atualmente o trabalho da rede CONVIVER é essencial para o cuidado da saúde mental dos atingidos, a rede é ligada a Secretaria de Saúde de Mariana e promove encontros, oficinas com os atingidos com intuito de ajudá-los neste momento delicado de reestruturação na cidade de Mariana.

A invisibilização de todas as dimensões em que a mineração impacta as vidas das mulheres faz com aquelas que se engajam nas lutas por direitos e em defesa de suas vidas e seus territórios, e sejam consideradas contra o progresso e o desenvolvimento (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017). Apesar das inúmeras violências que cercam os corpos das mulheres atingidas é possível perceber um estímulo de resistência entre elas, no contexto do desastre.

Considerações Finais

Este trabalho buscou evidenciar a participação feminina diante de desastres provocados pela mineração, especificamente no desastre tecnológico, social e ambiental da Samarco/Vale/BHP, que ocorreu em 05 de novembro de 2015 em Mariana, Minas Gerais. Mulheres são condicionadas a serem alvo de violência todos os dias na nossa sociedade, o que torna as mulheres atingidas pela mineração bastante frágeis diante disso. Mulheres atingidas pela mineração estão suscetíveis a violências físicas, sexuais, verbais, políticas e consideravelmente mais distantes da equidade social, na qual investimos arduamente.

O termo 'atingido' é um dos mecanismos que as pessoas e/ou movimentos sociais articulados significaram como parte da luta contra opressão promovida pela instalação de grandes empreendimentos de minério (ENCUENTRO LATINOAMERICANO MUJER Y MINERÍA, 2011), e no caso estudado em relação ao rompimento de uma barragem de rejeitos de minério. A necessidade de utilizar a nomenclatura adequada, permite que os grupos de atingidos sejam reconhecidos por suas demandas, e também que não sejam confundidos com outros grupos em situação de migração forçada, como os refugiados. Os

atingidos no desastre tecnológico, social e ambiental da Samarco/Vale/BHP tiveram de se retirar do território dos subdistritos que viviam. E território, como apresentado, é resultado das relações de poder num dado espaço, seja por dominação quanto por apropriação (HAESBAERT, 2004), atualmente os atingidos dos subdistritos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues tem feito uso da memória com intuito de fortalecer os laços de apropriação com os respectivos territórios, embora a dominação pela ocupação física esteja prejudicada.

Em suma é possível dizer que as mulheres atingidas pelo desastre estudado sofreram violências, e atualmente a violência em relação a saúde mental tem sido evidente. É latente que apesar da vulnerabilidade que se encontram, as mulheres atingidas pelo desastre tecnológico social e ambiental da Samarco/Vale/BHP são agentes ativas na construção e reivindicação de seus direitos, seja na organização do movimento, seja nas suas vidas pessoais que atualmente são referências de resistência.

Bibliografia

ENCUENTRO LATINOAMERICANO MUJER Y MINERÍA, 1., 2011, Bogotá. **Ámbitos de análisis e impactos de la minería en la vida de las mujeres: Enfoque de derechos y perspectiva de género.** Bogotá: Publicação Própria, 2011. 32 p. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/03/03/mujer-y-mineria-ambitos-de-analisis-e-impactos-d-e-la-mineria-en-la-vida-de-las-mujeres-enfoque-de-derechos-y-perspectiva-de-genero/>>.

Acesso em março de 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** 2004.

JORNAL A Sirene. Mariana: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br>>.

Acesso em agosto de 2018.

MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO (Rio de Janeiro). Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Mulheres e Mineração no Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/midioteca/publicacoes/publicacoes/>>. Acesso em agosto de 2017.

MILESI, Rosita. **REFUGIADOS E MIGRAÇÕES FORÇADAS: UMA REFLEXÃO AOS 20 ANOS DA DECLARAÇÃO DE CARTAGENA.** 2015. Disponível em: <http://justica.gov.br/central-de-conteudo/estrangeiros/art_irmarosita.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

NEVES, Maila de Castro Lourenço das et al (Org.). PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018. 81 p. (ISBN: 978-85-53069-00-2). Il;14,8 x 21 cm.

OIM (Suíça). Organización Internacional Para Las Migraciones (Ed). **Derecho Internacional sobre migración: Glosario sobre migración.** 7. ed. Ginebra: Organización Internacional Para Las Migraciones, 2006. 92 p. (ISSN 1816-1014). Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_7_sp.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2018.

OIM (Suíça). Organização Internacional Para As Migrações (Ed.). **Direito Internacional da Migração**: Glossário sobre migração. 22. ed. Genebra: Organização Internacional Para As Migrações, 2009. 92 p. (ISSN 2075-2687). Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em 29 de abril de 2018.

VAINER, C. B. Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

VITERI, María Amelia; CEJA, Iréri; YÉPEZ, Cristina. **Corpografias**: género y fronteras en América Latina. Quito: Flacso, Sede Ecuador: Universidad San Francisco de Quito, 2017. 251 p. (ISBN:978-9942-28-572-0).

EIXO 7

Análise espacial (SIG), geotecnologias e suas aplicações

Os dados dos censos demográficos como base para análise de problemas complexos: uma avaliação dos países Latino-Americanos

José Diego Gobbo Alves
jdgobboalves@gmail.com
Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP)

Introdução

Em um contexto de Big Microdata (RUGGLES, 2014) com dados cada vez mais detalhados e sistematizados, pensar em como estes estão sendo coletados e divulgados pelos países torna-se fundamental. As pequenas amostras sobre população não são mais suficientes para uma leitura sobre o comportamento da dinâmica da população ao longo dos anos e, muito menos, para apreender como a população está distribuída no espaço.

O objetivo desse texto é destacar a importância dos dados dos Censos Demográficos para a composição de análises de problemas da realidade cada vez mais complexos e multiescalares. Para isso, questiona as limitações encontradas a partir das diferentes formas de agregação desses dados nos países latino-americanos e como elas se expressam quando aplicado técnica de estatística espacial para análise dos padrões de distribuição da população. Nesse sentido, a hipótese trabalhada nesse texto é que as diferentes unidades geográficas afetam os resultados quanto ao padrão de distribuição da população, bem como outras análises que utilizam os dados censitários.

Ao trabalhar com um grande volume de dados, surgem diversos problemas relacionados com as unidades geográficas de agregação. O conhecido Problema de Unidade de Área Modificável (Modifiable Areal Unit Problem) ou MAUP, foi amplamente discutido por Openshaw (1984) em que “[..] regarded the MAUP as a fundamental geographical problem inherent in all studies of spatially aggregated data because the results of such studies are Always affected by the areal units used.” (JELINKS e WU, 1996, p.138). Isto é, acaba por alterar todo o fenômeno estudado através de uma suavização deste pela unidade geográfica utilizada, podendo gerar distorção nas análises e uma homogeneização na distribuição dos dados, além de interpretações equivocadas dos fenômenos.

O MAUP gera dois principais efeitos: 1) o efeito escala ou de agregação, em que se tem uma perda na resolução espacial dos dados na medida em que estes passam a ser agrupados em unidades maiores (BUENO e D’ANTONA, 2014) e 2) a falácia ecológica, que parte do pressuposto de que os resultados dispostos em unidades geográficas correspondem aos resultados obtidos em nível individual (DIAS et al, 2002).

Metodologia

A metodologia desse trabalho consistiu no levantamento bibliográfico, documental e cartográfico sobre os Censos Demográficos dos países latino-americanos, especificamente, Argentina, Brasil, México e Uruguai. A escolha desses países se deu pelos fatores: disponibilidade dos dados do Censo em arquivos digitais e suas diferenças quanto à agregação dos dados. Buscou-se o menor nível no qual esses países agregavam

seus dados, ou seja, a maior resolução espacial de cada país. As cidades utilizadas para a análise foram: Aguascalientes (México), Buenos Aires (Argentina), Durazno (Uruguai) e Piracicaba (Brasil).

Nesses países foram aplicadas duas técnicas de estatística espacial presentes no *software* ArcGis, versão 10.5, sendo elas: *Standard Distance* e *Directional Distribution (Standard Deviational Ellipse)*. Elas oferecem, respectivamente, medidas da concentração e desconcentração das feições em torno de um centro médio e da orientação da distribuição das feições utilizadas. Nesse texto, as feições utilizadas foram os setores censitários, as quadras (quarteirões) e as células da grade estatística.

A Grade Estatística, lançada em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consiste em um conjunto de células regulares dispostas em formas de grade que agregam dados sobre residentes, domicílios e sexo da população do Censo Demográfico de 2010 (BUENO,2016; IBGE, 2016).

A resolução espacial consiste no maior ou menor detalhamento da representação espacial, isto é, da realidade com base no tamanho das unidades geográficas. É semelhante com o que ocorre com a escala cartográfica, ou seja, é inversamente proporcional: quanto menor a unidades geográfica, maior será o nível de detalhamento. Para calcular a resolução espacial média, usa-se a extração da raiz quadrada do quociente entre a área de uma região e o número de unidades que compõem esta região (TOBLER et al, 1997).

Nesse sentido, comparando duas unidades geográficas de um mesmo município como os setores censitários e a grade estatística por exemplo, a grade oferece uma maior resolução espacial do que os setores censitários, haja vista que as unidades geográficas nas quais os dados estão agregados são menores, salvo exceção nas áreas centrais muito adensadas, onde os limites dos setores e da grade são semelhantes.

Resultados preliminares

Os países pesquisados utilizam diferentes metodologias e bases operacionais para a agregação e disseminação dos dados dos Censos Demográficos. A tabela 1 apresenta a menor unidade geográfica de agregação de dados encontrada para cada país, o ano do último censo disponível e o órgão aplicador.

Tabela 1: Nível de agregação dos dados dos países latino-americanos.

País	Unidade geográfica	Último Censo	Aplicador
Argentina	Radio Censal	2010	Instituto Nacional de Estadística y Censos
Brasil	Grade Estatística	2010	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
México	Manzana Urbana	2010	Instituto Nacional de Estadística y Geografía
Uruguai	Zona Censal (manzana urbana)	2011	Instituto Nacional de Estadística

Fonte: IBGE, 2016. INDEC, 2015; INEGI, 2015; INE, 2015; INE, 2011.

Pensando em como essas bases de dados podem auxiliar o planejamento urbano para cidades mais sustentáveis, observa-se que a agregação dos dados da Argentina, Chile e da Bolívia são as piores para avaliar a forma urbana e a distribuição da população, já que é impossível identificar uma localização mais precisa da população, tendo os efeitos de MAUP mais presentes nessas unidades geográficas.

As Manzanas Urbanas do México e as Zonas Censais do Uruguai, por mais que estejam mais desagregadas em unidades geográficas menores, comparado com a Argentina, não podem oferecer uma garantia espaço-temporal da espacialização dos dados, já que seus limites podem ser alterados nas constantes transformações espaciais, impossibilitando a comparação a longo prazo. Além disso, não há uma padronização no tamanho das quadras.

Em todos os países analisados, com exceção da Grade Estatística brasileira, as áreas rurais são as que mais sofrem com a falta de dados precisos geograficamente. Por terem uma área de agregação de dados bem maior do que na área urbana, há uma significativa distorção da distribuição da população nessas áreas. Do modo como está posto nos censos, apresenta uma homogeneização da população em toda a área de agregação, o que de fato não representa a realidade. Mesmo que a população não esteja concentrada em uma área do setor, ela não está distribuída de forma homogênea por todo ele como os dados apontam.

Figura 1. Apresentação a menor unidade geográfica utilizada por cada país para a agregação dos dados do Censo.

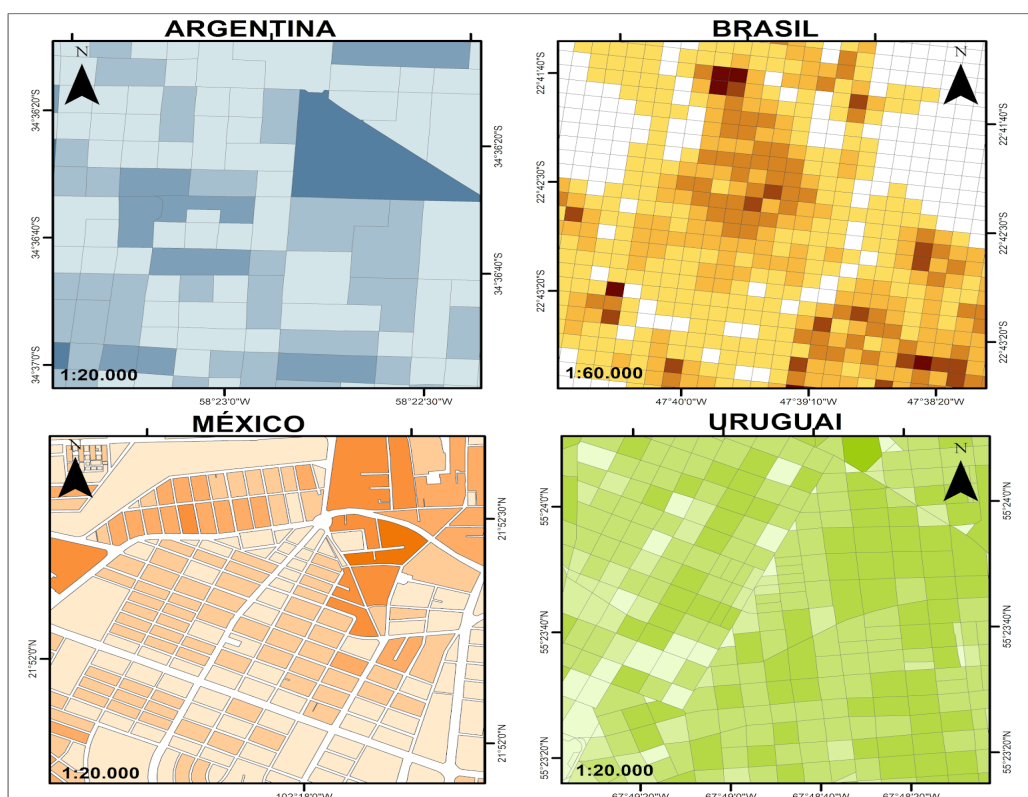


Figura 1: Menor unidade geográfica encontrada para o Censo de cada país. **Fonte:** IBGE, 2016. INDEC, 2015; INEGI, 2015; INE, 2015; INE, 2011;

A aplicação das técnicas de estatística espacial apontou para reafirmar a importância da resolução espacial nas análises da distribuição espacial da população.

Figura 2 apresenta a aplicação das mesmas nos quatro países selecionados.

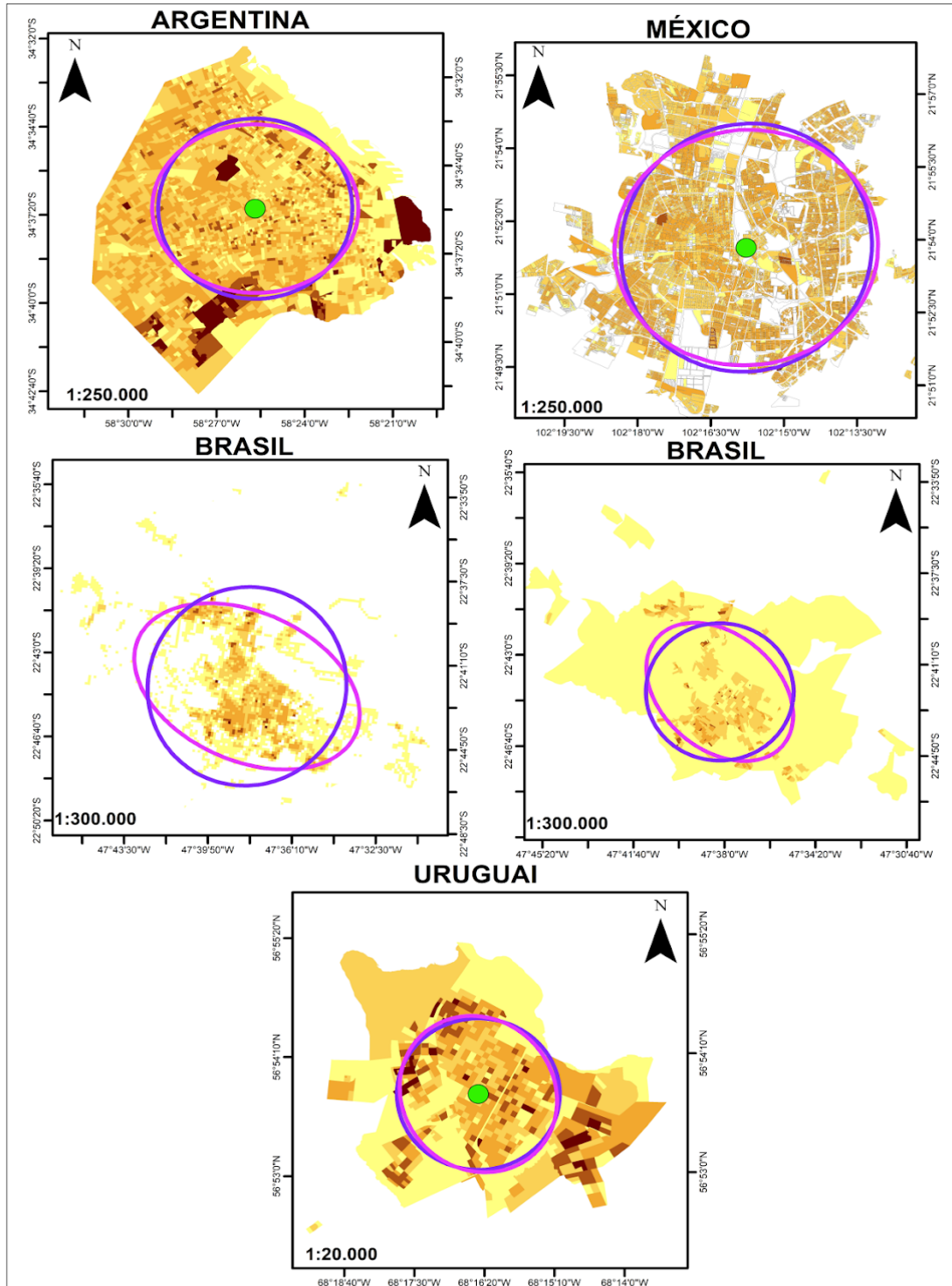


Figura 2: Resultado da aplicação das técnicas de estatística espacial *Standard Distance* e *Directional Distribution (Standard Deviation Ellipse)*. **Fonte:** IBGE, 2016. INDEC, 2015; INEGI, 2015; INE, 2015; INE, 2011; ERSI, s.d.

Partindo da hipótese desse texto de que as unidades geográficas de agregação dos dados interferem nos resultados acerca da distribuição espacial, a Figura 02, apresenta os resultados das técnicas de estatística espacial (*Standard Distance* e *Directional Distribution*). A distribuição da população em setores censitários, *radio* e *zona censal* e *manzana urbana* tarem problemas para analisar a distribuição da população. Dois principais problemas encontrados são: 1) a não regularidade na dimensão das unidades geográficas de análise, com a variação devido a critérios de quantidade de população e os contornos das pistas de rolamento (ruas, avenidas, estradas, etc.) e 2) a suposta continuidade e homogeneização da população.

Esses dois fatores influenciaram nos resultados, indicando que a distribuição espacial da população nas cidades analisadas (com exceção do uso da grade estatística) é mais compacta e contínua do que realmente é. Para justificar tal narrativa, foi feita uma comparação da distribuição da população em grade estatística e em setores censitários, utilizando o Brasil como exemplo. A escolha se deu pela disponibilidade dos dados agregados em dois níveis: os setores censitários e na grade estatística, o que não era possível de ser feito para os outros países.

A figura a seguir apresenta tal comparação.

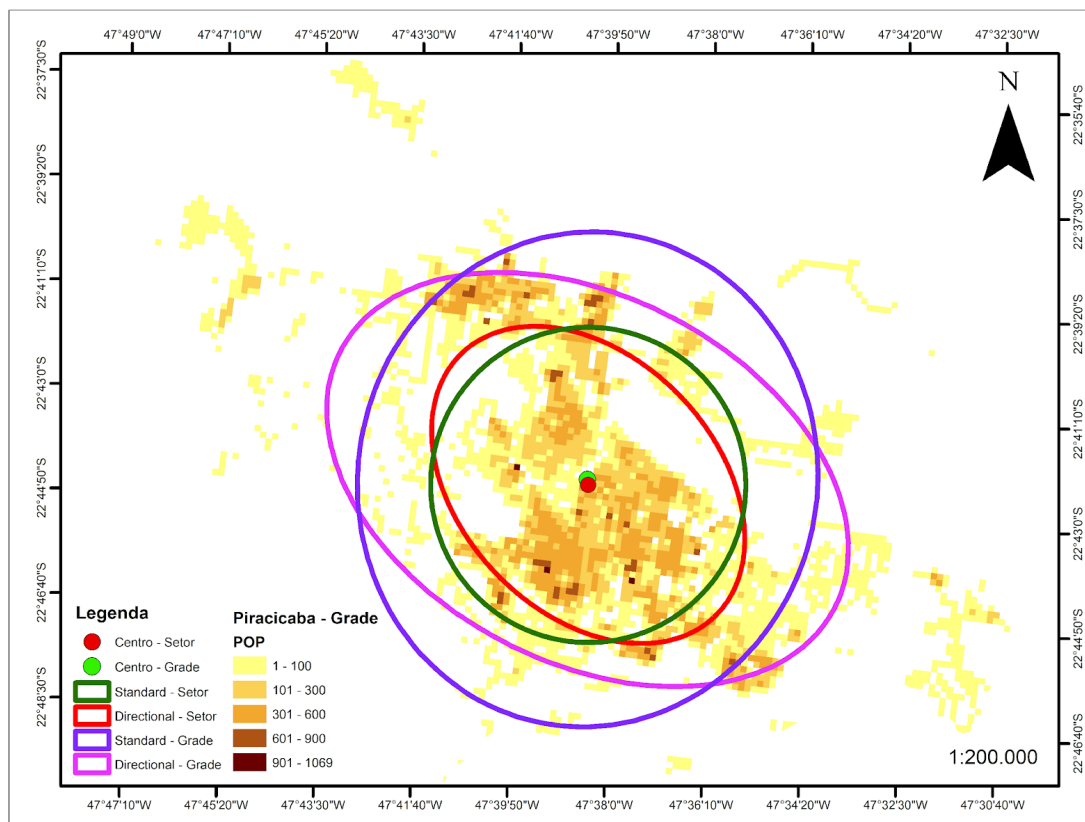


Figura 3: Comparação do resultado da aplicação de técnicas de estatística espacial na grade estatística e em setores censitários em Piracicaba, cidade brasileira. Fonte: IBGE, 2012, 2016; ERSI, s.d.

Nota-se na figura que a aplicação das técnicas de concentração e direção da população diferenciam-se de acordo com a unidade geográfica utilizada. Isso ocorre devido

a dois principais fatores: a regularidade da dimensão das células em detrimento à diversidade de tamanhos do setor censitário e, conseqüentemente, maior precisão da ocupação urbana nas áreas mais distantes do centro da cidade onde a área dos setores censitários são maiores.

Como bem sabido, quanto mais distante da área central e quanto menor a quantidade de população, há uma tendência de que os setores censitários possuam uma dimensão maior, vide a diferença entre os setores rurais e os setores urbanos, por exemplo. A agregação e disseminação dos dados nesses setores sofrem muito com o MAUP e a falácia ecológica, principalmente com o primeiro. Devido sua extensão, a distribuição espacial da população é apresentada de forma homogênea ao longo de todo setor, perdendo as nuances e as descontinuidades internas nessas áreas.

Comparando a distribuição em setores censitários e na grade estatística e, conseqüentemente, a aplicação das técnicas espaciais (Figura 3), observa-se que os setores apresentam resultados que indicam que a população é mais concentrada do que observado na realidade. Para análises populacionais e espaciais sobre a forma urbana ou a distribuição espacial da população, por exemplo, a grade oferece um melhor resultado, se comparada com os setores.

Considerações finais

A análise desse trabalho que está restrita a quatro países pois alguns deles apresentam características semelhantes quanto a forma de agregação dos dados, caso da Bolívia que usa áreas operacionais semelhantes aos setores censitários brasileiros ou argentinos. Há países que não possuem os dados divulgados em bases cartográficas digitais, sequer agregados em unidades geográficas. Além disso, o levantamento desses dados nas plataformas dos institutos nacionais é dificultoso, ponto problemático para pesquisadores de outros países que não estão habitados com sítio.

A dificuldade ao acesso dos dados dos Censos de outros países na plataforma é um indicador relevante como barreira para estudos comparativos entre países, isso porquê, as plataformas de acesso aos dados são confusas para pesquisadores que não possuem contato frequente com as mesmas. Em um período que estimula estudos comparativos entre os países, esse é um entrave significativo para a comparação dos fenômenos.

A complexidade dos problemas contemporâneos, bem como sua simultaneidade em diversas escalas geográficas e cartográficas, exige uma quantidade de dados maiores e agregações de dados com maior resolução espacial. Como as regras de sigilo estatístico impedem que os dados sejam desagregados a nível individual, de todos os países analisados nesse trabalho, a grade estatística brasileira se mostrou como a que melhor possui uma resolução espacial dos dados e respondendo melhor à aplicação de técnicas de estatística espacial.

Refrências bibliográficas

BUENO, M. C. D. **Grade estatística: uma abordagem para ampliar o potencial analítico de dados censitários**. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, 2014.

BUENO, M. C. D.; D'ANTONA, A. O. Avaliação de métodos de desagregação para geração de grades de população. **Revista Espinhaço**, v. 3, p. 127-137, 2014.

DIAS, T. L.; et al. PROBLEMAS DE ESCALA E A RELAÇÃO ÁREA-INDIVÍDUO EM ANÁLISE ESPACIAL DE DADOS CENSITÁRIOS. IP (Belo Horizonte), **Belo Horizonte**, v. 01, n.04, p. 89-104, 2002.

ESRI. ARCMAP. **Directional Distribution (Standard Deviation Ellipse)**. Disponível em <http://desktop.arcgis.com/en/arcmap/10.3/tools/spatial-statistics-toolbox/directional-distribution.htm> S.d (b)

ESRI. ARCMAP. **Standard Distance**. Disponível em <http://desktop.arcgis.com/en/arcmap/10.3/tools/spatial-statistics-toolbox/standard-distance.htm> S.d

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (BRASIL). **Grade Estatística**. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS – INDEC (ARGENTINA). **CENSO 2010**. Argentina, 2015. Disponível em:

https://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema1=2&id_tema_2=41&id_tema_3=135

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA – INEGI (MÉXICO). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - INE (URUGUAI). **Censos 2011**. Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/censos-2011>

JELINKS, D. E.; WU, J. The modifiable areal unit problem and implications for landscape ecology. **Landscape Ecology** vol. 11no. 3 pp 129-140. 1996.

OJIMA, R. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental**. Tese. 2007. UNICAMP –SP. 166p

RUGGLES, S. Big microdata for population research. **Demography**. 2014 Feb;51(1):287-97. doi: 10.1007/s13524-013-0240-2.

TOBLER, W.; DEICHMANN, U.; GOTTSEGEN, J.; MALOY, K. World population in a grid of spherical quadrilaterals. **International Journal of Population Geography**, v. 3, p. 203-225, 1997.

EIXO 8
Geografia Urbana e Urbanização nos
contextos latinos

Regularização fundiária e o direito à moradia: uma abordagem sobre ocupações urbanas na cidade industrial de Curitiba, Curitiba-PR

Heloisa Maldonado Mocelin
helo.mocelin@gmail.com
Universidade Federal do Paraná

Introdução

A crise urbana de modo mais amplo é consequência da propriedade privada, do solo que se torna o insumo para a grande desigualdade socioespacial no Brasil, alicerce de uma crise de sociabilidade urbana baseada na concentração fundiária, movida pelo capital imobiliário. Nesta lógica capitalista o solo urbano é mercadoria de disputa, desenvolvendo uma dinâmica de uso e ocupação pautada no preço do terreno, cujo valor se diferencia de acordo com a localização do imóvel, com a proximidade dos centros de consumo, de prestação de serviço e de fácil transporte, com acesso às infraestruturas- água, luz, energia e saneamento básico, principalmente. Os preços dos imóveis se diferenciam na cidade por esses fatores, levando a uma segregação socioespacial. Para Carlos (2015) essa dinâmica de valorização dos terrenos é resultado da produção das condições gerais de reprodução dos custos desenvolvidos pela aglomeração, assim como do uso do solo, das políticas de zoneamento e do poder aquisitivo da população. Os dois últimos apontamentos são aspectos iniciais da crise habitacional; o poder aquisitivo de uma grande parcela da população faz com que esta se desloque para lugares onde sua renda possibilite o seu acesso à habitação, em geral sendo direcionados para a periferia da cidade, onde as condições de moradia são muitas vezes precárias, com ausência/inadequação de infraestruturas e distantes dos centros de consumo, o que está relacionado ao processo de especulação e produção imobiliária que produz as condições de realização dessa valorização e segregação. O outro aspecto, as políticas de zoneamento urbano, estão relacionadas de modo direto com a ação do Estado. Porém este Estado apresenta instrumentos ambíguos, que auxiliam no planejamento urbano - como as Leis de Zoneamento, Planos Diretores e projetos que buscam diminuir a desigualdade espacial e o déficit habitacional -, entretanto, o mercado imobiliário se nutre das políticas públicas, elas são funcionais a esse mercado pois é através das desigualdades que o mercado imobiliário funciona (o Estado ao garantir a propriedade privada agudiza a segregação). As desigualdades têm como base a renda mas não é a única variável, a condição de classes é outra fundamental. As políticas públicas são uma “saída” a certas contradições mas nunca seu instrumento para sua superação.

Pode-se dizer que a regularização fundiária é a afirmação de que a cidade é desigual e segregada e que há a necessidade de leis para garantir a segurança jurídica sobre a posse da terra para a população segregada. Segundo o Ministério da Cidade (2013) a regularização fundiária é a garantia do direito social à moradia de seus ocupantes, do mesmo modo que a lei estabelece conceitos, cria instrumentos, competências e

responsabilidades visando a efetividade da regularização. Os movimentos sociais urbanos, como o Movimento Popular por Moradia (MPM), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), são a união da parcela socialmente e espacialmente excluídas na busca pela reivindicação do direito à moradia e à cidade, tendo como marco reivindicatório, segundo Ribeiro (2012), a segurança da posse. Essa reivindicação para uma regularização fundiária de interesse social apresenta contradições espaciais na própria política, devido à duplicidade do espaço como uso/troca e apropriação/dominação, deste modo a formação da paisagem urbana se consolida de acordo com o possível:

Na impossibilidade de acesso ao solo urbano para maior parte dos habitantes das cidades, a ocupação se torna a regra, seja por meio dos loteamentos irregulares que constituíram a maior parte do tecido urbano periférico, seja pelas favelas como “formas do possível”, denunciando a precariedade da vida de parcela significativa dos habitantes. (RIBEIRO, 2012, p. 5).

Nesse sentido, com a regularização fundiária de interesse social, manter as famílias onde moram atualmente, mesmo que ocupando em sua maioria a periferia, é reafirmar ainda mais a posse sobre a terra, uma conquista, respeitando todo o trajeto de luta, resistência e organização do espaço, como sujeitos fundamentais para a construção da cidade. A necessidade de ocupar, de acordo com Rodrigues (2016) mostra que o sistema formal (capitalista) não propicia moradias a todos; nesse mesmo contexto de hegemonia neoliberal esconde-se que quem produz a cidade é a sociedade presente na cidade, emergindo as reivindicações de uma justiça espacial para as classes trabalhadoras e outros grupos menos favorecidos, uma vez que a cidade é produzida coletivamente, mas a sua apropriação é particular. A promoção da justiça espacial, ainda segundo Rodrigues (2016), pode ser vista através da regularização fundiária de interesse social, potencializando o direito à cidade, sendo a regularização fundiária não uma alteração da propriedade da terra, mas um consentimento do seu acesso como valor de uso. Entretanto, há uma contradição dentro da regularização fundiária: devido à afirmação da propriedade privada - propriedade fundiária urbana – estaríamos diante da manutenção do capitalismo; “a propriedade fundiária urbana, um dos pilares do avanço do capitalismo, é vital para a produção e reprodução capitalista do espaço e também para entendimento da desigualdade socioespacial.” (RODRIGUES, 2016, p. 45). Segundo Ribeiro (2014), a questão fundiária, delineando a crise urbana, sinaliza para a transformação da propriedade privada da terra em objeto de poder político e econômico.

O Estado, através de políticas públicas, busca desenvolver projetos urbanísticos que visam a melhor distribuição do acesso ao solo; entretanto, esse objetivo ocorre apenas na propaganda, lembrando que essas políticas públicas provocam o aumento do preço da terra e são ações pontuais, visando diminuir os conflitos e tensões, sem que afete a acumulação do capital (RODRIGUES, 2016), como ocorre em Curitiba, cidade modelo de planejamento urbano. Dentre as políticas públicas no âmbito dos instrumentos urbanísticos, o principal marco é o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257/2001. Como aborda Rolnik

(2001), essa lei possui três esferas, sendo elas; um composto de instrumentos de natureza urbanística com o intuito de induzir as formas de uso e ocupação do solo, uma nova forma de estratégia de gestão urbana, com a interação da população - participação direta do cidadão e o aumento da possibilidade de regularização de posse. O Estatuto da Cidade é uma lei que abrange diversas ações que o Estado deve realizar para “promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras” (JUNIOR, 2001, p.11), assim como para promover uma reforma urbana, garantindo acesso à propriedade para a população de baixa renda. Segundo Rodrigues:

A regularização fundiária pode ser considerada como uma política dirigida para uma justiça espacial, pois garante aos ocupantes a permanência nas terras e imóveis ocupados. Não é um processo revolucionário em relação à propriedade da terra e da totalidade da produção e reprodução do espaço urbano; porém, evidencia um potencial transformador em que resistências à remoção qualificam o direito à moradia (RODRIGUES, 2016, p.57).

No histórico de políticas habitacionais de Curitiba, a regularização fundiária aparece pela primeira vez durante a gestão de Maurício Fruet (1985), na qual foi realizada a regularização de 50 unidades no bairro da Fazendinha. Aline Albuquerque (2007) descreve o processo de desenvolvimento das políticas habitacionais em Curitiba, em que só a partir da década de 80 ocorre uma reestruturação das políticas habitacionais, com a criação do Plano Municipal de Habitação (1984) e das Diretrizes para a Política de Habitação (1989). Neles a regularização fundiária surge como uma renovação na gestão de políticas de habitação, e em ambas as ações a regularização fundiária aparece como proposta, junto com a definição de ações de urbanização, levando em conta que até a década de 70 ocorria, segundo Albuquerque, a extinção de favelas. Em 1989, com o Fundo Municipal de Habitação, foram criadas as Diretrizes para a Política de Habitação, as quais

Deram continuidade ao desenvolvimento de uma política municipal voltada à produção de lotes e à regularização fundiária. O que sugere de “novo” em 1989 são as “parcerias” com a iniciativa privada. A necessidade de captação de recursos, tendo em vista a escassez gerada pela extinção do BNH, fez com que a Prefeitura Municipal recorresse às “parcerias” com o setor privado visando garantir a promoção de unidades habitacionais (ALBUQUERQUE, A., 2007, p.82).

Apesar deste processo histórico, as ações no âmbito de legislação urbanística vem apenas em 2001 com o Estatuto da Cidade, modificando algumas dessas diretrizes e trazendo uma modificação como uma nova noção de planejamento urbano, diretamente relacionado com o uso feito sobre a cidade, do mesmo modo que grande parte dos instrumentos dependem do Plano Diretor (ROLNIK, 2001). Para Júnior (2001), o Estatuto da Cidade vem como uma lei inovadora, com grandes possibilidades dentro das políticas urbanas, buscando a efetividade de utilização de instrumentos da reforma urbana destinados a inclusão territorial e social.

O contexto da crise urbana é resultado da política pública, alicerce de todo o processo de moldagem da cidade sobre a perspectiva da segregação social e espacial da

população. Ao trazer a abordagem da regularização fundiária sem falar dos sujeitos sociais e das questões sobre as quais estão implicados (moradia precária, falta de infraestrutura, direito à cidade infligido), é perpetuar o discurso das ações públicas - que ocorrem, em sua maioria, sem a consulta com a população e sem buscar a devida melhora para tal. Nesse sentido, devemos recordar como o espaço urbano se torna uma mercadoria na lógica capitalista, é financeirizado, e o valor do solo é enaltecido por meio da presença de infraestrutura básica, que deve ser garantida por toda a cidade, devido o Art. 17 inciso I, do capítulo de Estrutura Urbana, no Plano Diretor de Curitiba (revisado, 2015).

Neste contexto, a habitação e a função social da propriedade, principalmente em Curitiba, a “cidade modelo”, não parece ser efetivado da mesma maneira em que é apresentado no discurso. Milano e Bonadio (2012) ressaltam a não introdução da maior parte dos instrumentos para a garantia da função social da propriedade e da cidade, que evitaria a especulação imobiliária. Da mesma forma que Maricato (2015) questiona a viabilidade do planejamento urbano, aquele que se compromete, dentre outros, com a justiça espacial, reforçando a luta pela reforma urbana, sendo “a ausência de controle público sobre a propriedade da terra contribui para a carência habitacional, segregação habitacional, aumento do custo a infraestrutura e serviço” (MARICATO, E., 2015, p.96), reforça ainda que o Ministério das Cidades foi um avanço institucional, contudo o direito à cidade permanecerá sobre as lutas sociais. A necessidade de uma função social da propriedade revela um dos pilares da crise habitacional, sendo as ocupações urbanas o cumprimento da Lei; Boulos (2015) reforça a ideia de que ocupar não é um crime, mas deixar a terra para a especulação imobiliária, como muitos empresários fazem, sim. A ocupação exige o cumprimento da função social da propriedade.

Objetivos

Em Curitiba, cidade conhecida como modelo de planejamento urbano, a lógica de produção do espaço urbano não é diferente de outras cidades brasileiras: tem como motor o interesse privado do mercado imobiliário, que através do preço do solo induz uma lógica de organização espacial desigual e segregada, na qual o direito à moradia e à cidade são muitas vezes negados, principalmente à população menos favorecida - aquela que recebe até 3 salários-mínimos e que constitui 90% da população brasileira com déficit habitacional. Partindo desta lógica, a propriedade fundiária, tanto privada quanto pública, produz e reproduz as desigualdades de acesso à terra, à infraestrutura e aos meios de serviços, ditos coletivos. Visando uma análise das ações do Estado, principalmente, mas também das ações do setor privado, este trabalho aborda o debate sobre a regularização fundiária, em seus limites e possibilidades como uma ação de justiça espacial para as quatro ocupações trabalhadas (Dona Cida, Nova Primavera, 29 de Março e Tiradentes). Portanto, o objetivo deste trabalho inclui refletir sobre a política de regularização fundiária, sobretudo no âmbito de habitação de interesse social, como subsídio para pensarmos o direito à cidade e à moradia frente a crise habitacional e quais são as implicações concretas dessas políticas nas ocupações, relacionando-a com o Plano Diretor e Estatuto da Cidade.

Parte de uma análise conceitual e teórica, para compreender o processo histórico-jurídico da lei de Regularização Fundiária, contrapondo com as ações do Estado, mais especificamente as ações realizadas por meio das políticas públicas, trazendo um olhar para as ocupações que são abordadas, localizadas na regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Paraná.

Materiais e métodos

O estudo realizado neste trabalho ocorre nas ocupações localizadas na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que se dividem em dois bairros, sendo elas Nova Primavera e 29 de Março, no bairro São Miguel, e Dona Cida e Tiradentes, no bairro Cidade Industrial de Curitiba.

Aprender a localização e a dimensão das ocupações urbanas, aqui trabalhadas, é o pilar para a análise do zoneamento a qual se pretende inserir as ocupações, mas a compreensão espacial e cotidiana, que nutre diariamente a dinâmica das famílias inseridas nas ocupações só é possível por meio da interação com as pessoas que moram nas ocupações. Para isso, algumas visitas foram feitas aos sábados, sendo realizadas entrevistas com os moradores, essa fase contou com um questionário para analisar as questões de habitação (se possui cadastro na COHAB, qual a situação anterior de moradia, quantas pessoas moram na casa), religião- visto que há uma forte presença de igrejas, buscou-se compreender a sua influência no cotidiano-, e a questão de trabalho dos moradores (se possui carteira assinada, se está trabalhando, se exerce alguma atividade dentro das ocupações). O questionário foi elaborado pelos colegas de pesquisa, mas que foi possível fazer uma análise do contexto aqui abordado, além disso, em uma das visitas, junto com alguns coordenadores das ocupações, foi auxiliado no cadastramento dos moradores para a associação de moradores que está sendo criada, processo que auxiliou nas conversas com moradores, pois conheciam os coordenadores e ficaram mais à vontade para conversar com nós. As visitas fazem parte de uma pesquisa participante, com base no que foi estudado inicialmente através do trabalho da Valéria de Marcos (2006). Com as entrevistas foi possível conhecer melhor a região onde estão localizadas as ocupações e relacioná-las ao zoneamento

A organização da pesquisa partiu inicialmente da compreensão teórica sobre o que compõem a regularização fundiária, para isso foi realizado uma série de leituras de arquivos judiciais- leis, constituição, cartilhas-, principalmente o Estatuto da Cidade e Leis Federais após entender esses instrumentos, foi analisado o Plano Diretor de Curitiba, em função de como é apresentado a regularização fundiária, conjuntamente com a lei de zoneamento e a análise de mapas, adquiridos no site do IPPUC (Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba). As leituras teóricas, contaram também com o conteúdo de análise das políticas públicas, a produção da cidade, e temas relacionados às dinâmicas urbanas e com questões políticas. Para além das discussões em grupo e das leituras, ocorreu a participação na oficina realizada pela frente Mobiliza Curitiba (junho de 2018), onde foi

discutida Lei de Zoneamento. Foi utilizado também documentos da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT).

O projeto contou com reuniões com os moradores, alunos e alunas de arquitetura da UFPR e UTFPR, professores de arquitetura, devido ao projeto de construção de espaços coletivos, como uma pracinha para as crianças, a Casa da Criança (como um espaço para aulas de contraturno) e um galpão, que funcionará como sede da associação dos moradores. Dentre todos os espaços, a praça é a que está se consolidando no momento.

Resultados preliminares

Observando todos os entraves jurídicos, desde o Estatuto da Cidade, até mesmo o zoneamento de Curitiba, se percebe que o mercado imobiliário busca meios para conseguir cada vez mais lucros, seja por outorga onerosa, interferência em projetos, ou apenas pela especulação imobiliária. A exclusão ou a inclusão precária dos moradores urbanos, as dificuldades da garantia do acesso à moradia e às infraestruturas básicas, faz com que a luta pela cidade seja uma constante busca pelos direitos básicos. Do mesmo modo, deve-se ressaltar a ação policial durante as ocorrências de reintegração de posse, como o conflito entre a sociedade e o poder público. Por fim, é preciso apontar as dificuldades referentes à infraestrutura, uma vez que o espaço urbano deve possuir infraestruturas básicas que atendam todos os que vivem na cidade. No processo de acessibilidade nas ocupações não deve ser diferente; entretanto, não é o que se observa, linhas de ônibus são cortadas nos fins de semana, e toda a estrutura de água, luz e esgoto foi realizada pelos próprios moradores – por meio de autoconstrução, característico das ocupações. Com a regularização fundiária de interesse social, toda a infraestrutura básica deve ser adequada, garantindo ainda mais o direito à cidade, à moradia e uma vida digna aos moradores.

Uma discussão que deve ser levantada está relacionada à estrutura interna das ocupações. No momento da ocupação do terreno onde se encontra a ocupação Dona Cida, no ano de 2016, já foi organizado o tamanho dos lotes e das ruas, com o objetivo de garantia de um projeto habitacional ou de regularização fundiária de interesse social. Enquanto as outras ocupações, pelo próprio momento de ocupação, foram se estabelecendo com uma espacialidade mais compacta, com vielas, barracos muito próximos uns dos outros, ruelas tortuosas e estreitas, casas sem tamanho definido, o que dificulta a criação de projetos habitacionais - sendo necessário a realocação das famílias no período de construção, caso houvesse, por exemplo, a construção de um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida na ocupação Nova Primavera.

O planejamento urbano, é sobretudo a estrutura de leis, normas e diretrizes, administradas de tal forma que cria e administra as contradições no espaço urbano, havendo uma contradição no uso da lei na busca pelo direito à cidade. As ocupações urbanas, portanto seriam a consolidação da negação deste direito, organizadas inicialmente como movimentos sociais, pois segundo Souza (2009), movimentos sociais remetem às ações coletivas organizadas, de caráter público, relativamente duradoura e particularmente

ambiciosas, mas que hoje se caracterizam como ações coletivas, por serem relações clientelistas, como caráter reivindicatório.

Considerações finais

O presente trabalho surgiu como uma necessidade de compreender as possibilidades de ocorrer a regularização fundiária nas ocupações da CIC, portanto, analisa a relação do poder público, através do Plano Diretor e Estatuto da Cidade, uma vez que os parâmetros estabelecidos por esses instrumentos também influenciam na forma de organização e (re)produção do espaço. O cumprimento da função social da propriedade é muitas vezes negligenciado pelos proprietários, mas se coloca fortemente nas/pelas ocupações, reafirmando o imperativo tanto da função social da terra quanto exigindo a realização do direito à cidade.

A regularização fundiária se torna o dispositivo que melhor atende a população segregada, garantindo a posse do terreno e mantendo seus ocupantes em suas casas, ou seja, não há o processo de realocação, a permanência no local demonstrando a luta pela reforma urbana e a afirmação dos sujeitos sociais que ali estão presentes. Contudo, o êxito da regularização fundiária passam pelos mesmos entraves vistos com os projetos de habitação social, atraso ao longo de todo o processo, intervenção do setor privado e uma displicência por parte das ações do Estado. As ocupações aqui trabalhadas possuem cada uma sua particularidade, seja pela morfologia interna de cada, por problemas ambientais¹⁹, mas a possibilidade não é descartada, uma vez que outras áreas em Curitiba foram regularizadas.

Percebe-se que há uma possibilidade de se criar novos zoneamentos, de acordo com as necessidades dos sujeitos sociais (suas mobilidades, realidade social) e as condições dos espaços possíveis onde vivem, ou seja, a possibilidade de criar novas categorias para que seja facilitada a regularização fundiárias. Acima de tudo, podemos buscar, através dos instrumentos que já se possuem-zoneamento-, a efetividade da implementação da regularização fundiária. Por fim, apontamos a necessidade de compreender a atuação do mercado imobiliário e a sua influência sobre as transformações urbanas, questionamento sobre a legitimidade deste grupo nas discussões a respeito do zoneamento urbano curitibano. Por fim, como contraponto as leis de regularização fundiária são usadas entre outras, para legitimar a propriedade privada no sujeito como um direito humano, pode resolver alguns conflitos urbanos (interesses pelo solo), mas não superar as contradições (do espaço, da locomoção, do direito à cidade), mas parcialmente sim.

¹⁹ Os principais problemas ambientais encontrados nas ocupações urbanas, estão ligados à falta de infraestrutura básica, neste caso falta de saneamento básico, ou seja, esgoto sem encanamento, sendo usado fossas, ao lado das casas, água não tratada, lixo sem a devida coleta, apesar de haver a coleta fornecida pelo município, os moradores ainda sofrem com o descaso com a coleta. No caso da ocupação Tiradentes, os problemas ambientais são ainda mais evidentes, por estar ao lado do aterro sanitário Essencis.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de, **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**, São Paulo, 2007.
- BOULOS, Guilherme, **Por que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto**, Autonomia Literária, 3ª ed., São Paulo, 2015.
- CARLOS, A. F. A., **A cidade**, 9ª ed., editora Contexto, São Paulo, 2015.
- DIÁRIO OFICIAL, nº 236- ano IV, Curitiba 17 de Dezembro de 2015.
- Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares, Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte : FJP, 2017.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE CURITIBA (IPPUC), Curitiba, 2018.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE CURITIBA (IPPUC), Plano Diretor de Curitiba, revisado, 2014, Curitiba, 2014. Disponível em <<http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/Resumo%20das%20Propostas%20A4.pdf>> Acesso em: 1 de agosto de 2018.
- JÚNIOR, Nelson Saule, Estatuto da Cidade - Instrumento de Reforma Urbana, **Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo, Pólis, 2001
- LEFEBVRE, H.. La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- MARICATO, E., **Para entender a crise urbana**, 1 ed. São Paulo, Expressão Popular, São Paulo, 2015
- MILANO, J.Z. e BONADIO, M.G., Curitiba: onde está a habitação de interesse social? In: III Seminário Internacional Urbicentros, Salvador, Bahia, 2012
- MINISTÉRIO DAS CIDADES, **Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009** - Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.mobilizacuritiba.org.br/files/2014/06/Cartilha-lei-11977-Regulariza%C3%A7%C3%A3o-fundiaria.pdf>> Acesso em: 2 de agosto de 2018.
- MOBILIZA CURITIBA, **O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba**, Organização de Luana Xavier Pinto Coelho, Curitiba: Terra de Direitos, Curitiba, 2015.
- MOBILIZA CURITIBA, 2017, disponível em <<http://www.mobilizacuritiba.org.br/2016/05/09/artigo-regularizacao-fundiaria-politica-publica-ou-negocio-como-curitiba-propoe-a-regularizacao-de-assentamentos-autoconstruidos/>> acesso em 19 de março de 2018.
- RIBEIRO, F. V., A Luta pelo espaço, da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo, Tese (Doutorado em geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012
- RIBEIRO, F. V. Crise Urbana: a expropriação extrema dos cidadãos nas políticas de espaço, **CIDADES: Revista científica/ Grupo de Estudos Urbanos - Vol. 1, n. 1**, São Paulo, 2014

RODRIGUES, Arlete Moysés, Políticas Públicas no Espaço, **Revista Cidades**, volume 13, nº22, 2016

ROLNIK, Raquel, Estatuto da Cidade - Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza, **Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo, Pólis, 2001

SOUZA, M. L., A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a onda de interesse acadêmico pelo assunto”, **Cidades**, v.6, n.9, 2009.

TERRA DE DIREITOS, Curitiba 2017, disponível em <<http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/10-perguntas-e-respostas-sobre-a-nova-lei-de-regularizacao-fundiaria-urbana/22705>> Acesso em: 2 de agosto de 2018

Produção do espaço e da moradia: um olhar a partir do déficit habitacional e da produção da habitação nas ocupações urbanas em Curitiba/PR

Leonardo Palhares Prizon
leonardoprizonufpr@gmail.com
Universidade Federal do Paraná,

Introdução

A pesquisa se estruturou com o escopo de compreender as relações constituídas a partir da produção do espaço urbano e metropolitano de Curitiba, que se caracteriza por ser um fenômeno contraditório, conflituoso e excludente. Fundamentada em quatro ocupações urbanas organizadas inicialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Paraná (MTST-PR) - Nova Primavera e 29 de Março, localizadas no bairro São Miguel, e Tiradentes e Dona Cida, localizadas no bairro CIC (ambos na regional Cidade Industrial de Curitiba) – buscou-se também visibilizar a luta desses sujeitos sociais que se articulam, se organizam e se mobilizam na luta pelo direito à cidade e pelo direito à moradia.

Na dimensão da compreensão da crise habitacional e da produção de habitação no Brasil, Rolnik (2015) discute o Minha Casa Minha Vida – Entidades como uma modalidade que surgiu logo após a divulgação do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida a partir da organização de atividades de mobilização pelos movimentos de luta por moradia e pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, que conseguiram após ocupações e manifestações organizadas em diversos estados a criação, ainda em 2009, do programa destinado à produção de moradia por associações, entidades e cooperativas autogestionadas, coordenadoras do projeto desde a proposta de intervenção habitacional ao agente financeiro até o desenvolvimento de todas as etapas de construção - arquitetura, engenharia, gestão dos recursos financeiros, organização e orientação das famílias beneficiárias (PINHEIRO, 2018, p. 38-39).

A financeirização da moradia a partir do Programa Minha Casa Minha Vida – incorporado a uma lógica de reprodução do capital - encontrou nesse momento, como contraponto, a organização de movimentos e ativismos sociais urbanos de luta por moradia (associações, cooperativas e outras entidades) com uma nova possibilidade de pensar a provisão habitacional no Brasil a partir do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PINHEIRO, 2018, p. 16-17).

O Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades representa uma possibilidade de combate ao déficit habitacional, ainda que incipiente, no sentido em que:

permite que os futuros beneficiários, potencialmente selecionados e conhecidos antes dos processos de obra, participem dos projetos e das obras, conheçam os terrenos e seus entornos, opinem na concepção, acompanhem o modo como os recursos são empregados na execução das obras, apropriem-se dos excedentes que resultam de bons processos de compra e contratações e reinvestam-nos na melhoria da qualidade das moradias (RIZEK et al, 2015, p. 174).

A partir da discussão sobre a produção da moradia, a reflexão sobre o déficit habitacional em Curitiba perpassa um discurso de invisibilização desse problema perante o

próprio discurso de planejamento urbano. Albuquerque (2007) discute a criação de um ideário sobre a metrópole que reduz, camufla ou deixa uma lacuna sobre o tema da habitação. Nesse sentido, torna-se evidente que a cidade apresenta uma produção do espaço caracteristicamente desigual, pois

foi “funcional” o discurso da “cidade-modelo”, na medida em que, enquanto o discurso difundia a ideia de que em Curitiba o planejamento urbano havia dado certo, a questão habitacional evidenciava, porém que Curitiba, como qualquer cidade brasileira, não havia fugido ao padrão de crescimento desigual, à periferização da população de baixa renda e ao processo de favelização (ALBUQUERQUE, 2007, p. 14).

O déficit habitacional envolve também discussões, além das problemáticas já desenvolvidas, a questão da população mais atingida por ele. Royer (2013, p. 163-164) destaca que o déficit habitacional brasileiro está concentrado sobretudo na faixa de até dois salários mínimos, o que, em 2007, representava 73,4% do total no Brasil. Nesse sentido, dialeticamente, coloca-se em análise a provisão do parque habitacional brasileiro a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, que abrange, sobretudo, a faixa 2 (em número total e percentual), que representa aproximadamente a faixa de renda de 2 a 3 salários mínimos na conjuntura nacional.

Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivos compreender o processo de urbanização de Curitiba, articulado à urbanização brasileira, e de seu planejamento urbano - amplamente propalado pelo Brasil e pelo mundo -, a partir de suas contradições e inconsistências, sobretudo no que se refere à questão habitacional; entender o que se entende por déficit habitacional, quais suas dimensões, componentes e seus reflexos sobre Curitiba e sua região metropolitana; e como as políticas urbanas (em questão, as políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e da modalidade Minha Casa Minha Vida Entidades), que são constituídas como possibilidade de combate a esse déficit, são apropriadas e dinamizadas pela economia capitalista e pelo mercado de habitação e/ou pelos movimentos e ativismos sociais.

Propõe-se também como objetivo da pesquisa a compreensão da provisão de habitação do programa Minha Casa Minha Vida por faixas de renda em Curitiba, o que pode, como hipótese, estar diretamente relacionado com o não atendimento do MCMV aos moradores das ocupações. Nesse sentido, buscou-se a análise dos dados socioeconômicos produzidos pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba sobre os moradores das ocupações e também dos dados do MCMV na provisão do parque habitacional curitibano.

Para compreender essa realidade conflituosa e contraditória a partir de um problema habitacional e de seus reflexos sobre uma parte da população socioespacialmente segregada, coloca-se como escopo, a partir da realização dos questionários e dos dados levantados pela COHAB – CT, compreender, com base na amostra levantada, quantas famílias das ocupações participam das listas de inscrição da COHAB – CT e há quanto tempo elas estão cadastradas aguardando retorno.

Materiais e métodos

A pesquisa foi dividida metodologicamente em duas fases diferentes para atender dois objetivos principais. O primeiro objetivo, teórico, foi desenvolvido no sentido da realização de leituras e revisão bibliográfica sobre a realidade da produção do espaço urbano de Curitiba e região metropolitana e suas problemáticas, como o déficit habitacional, histórico das ocupações consideradas irregulares, relação do planejamento urbano com essas questões, espacialização periférica das ocupações, entre outras questões, e sobre a produção do espaço urbano a partir da provisão de moradia por políticas habitacionais, com ênfase sobretudo no Minha Casa Minha Vida e no Minha Casa Minha Vida - Entidades e seus desdobramentos no contexto nacional e local, o déficit habitacional como problema e realidade curitibana e a relação com as ocupações que são a espacialidade de estudo, consideradas como a materialização dessas questões.

O segundo objetivo está relacionado com a pesquisa e levantamento e produção de dados em si. Neste sentido, objetivou-se o levantamento e a análise de dados elaborados pela Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional e pela COHAB – CT e a aplicação de questionários com 87 famílias das ocupações 29 de Março e Dona Cida, a fim de se compreender a condição de moradia anterior às ocupações e a participação ou não da lista de inscrição da COHAB – CT para a inclusão nas políticas habitacionais gerenciadas no município e o tempo de espera, entre outras questões associadas à compreensão da realidade socioeconômica dos moradores.

A aplicação de questionários com os moradores das ocupações, sobretudo na Dona Cida e na 29 de Março, onde se estabeleceram relações de maior proximidade com as famílias em uma fase anterior da pesquisa com a realização de entrevistas para compreender a realidade, a cotidianidade e a trajetória dos sujeitos envolvidos com o movimento de luta por moradia, tem como fundamentação a compreensão da condição anterior de moradia das famílias, sobretudo relacionada à metodologia de definição de déficit habitacional da Fundação João Pinheiro, e, ao mesmo tempo, a relação com as políticas habitacionais do município, evidenciando a importância da reflexão sobre o tempo das famílias em listas de espera de programas habitacionais, como a da COHAB – CT, que realiza na cidade a provisão habitacional do Minha Casa Minha Vida e de outras formas de financiamento, como o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Curitiba (FMHIS).

Resultados e discussões

Em relação aos questionários realizados, dentre as 87 respostas obtidas sobre a condição anterior à mudança para as ocupações das famílias, obteve-se um total de 84 respostas em que a condição de moradia são correspondentes ao que a Fundação João Pinheiro entende por déficit habitacional e inadequação de domicílios, representando aproximadamente 97% da amostra, enquanto as outras famílias que representam os 3% da amostra estão relacionadas com processos de migração para a metrópole curitibana ou com outra condição de moradia não considerada na tipologia definidora de déficit habitacional.

Nesse sentido, foi identificado que 71% das famílias viviam em condição de ônus excessivo com o aluguel, 24% em condição de coabitação familiar, 4% e 1% em habitação precária e adensamento excessivo, respectivamente. A partir desses resultados, compreende-se que há uma correspondência entre o déficit habitacional em Curitiba e região metropolitana com a produção, crescimento e adensamento constantes das ocupações estudadas, evidenciados sobretudo pela comparação com os últimos dados sobre o déficit habitacional, de 2015, que destaca o ônus excessivo com aluguel, a habitação precária, a coabitação familiar e o adensamento excessivo total e relativo, nessa ordem, com 66,1%, 17,2,3%, 15,3% e 1,4%, como os componentes do déficit da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

A evidência da condição anterior de moradia como ônus excessivo com aluguel apresenta também uma relação intrínseca com a questão do aumento recente do desemprego no contexto nacional, que teve reflexos diretos sobre a renda familiar de grande parte das famílias que se deslocaram para as ocupações, como levantado nos questionários, que destacou que aproximadamente 36% dos moradores que responderam os questionários estão desempregados, sobretudo nas duas ocupações em que foram realizados os questionários, 29 de Março e Dona Cida, que começaram a ser constituídas em 2015 e em 2016, respectivamente, e explicitam a lógica das transformações sociais recentes ocorridas no Brasil.

Na análise dos dados históricos produzidos pela Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional entre 2007 e 2015, nota-se também que houveram grandes variações em relação aos valores totais e relativos, sobretudo entre 2008, que teve a menor taxa durante esse período, com 5,7% e 2015, ano do última série publicada, com 6,2%, ou 54.826 para 71.663 do valor total para o espaço urbano. Contudo, a própria instituição lançou uma nota em março de 2017 mencionando que a recessão no país estava diretamente relacionada com o aumento do déficit habitacional, sobretudo em decorrência do aumento do gasto excessivo com aluguel e com a diminuição da provisão habitacional pelo programa Minha Casa Minha Vida.

Dentro da discussão da provisão habitacional pelo Minha Casa Minha Vida em Curitiba destacando-se os dados sobre a produção histórica da Companhia de Habitação Popular (COHAB-CT) entre 2008 e 2017, observa-se um grande decréscimo na produção, sobretudo entre 2013, que teve uma produção total de 4.954 unidades e 2017, com 643 unidades. Essa relação também se dá a partir da compreensão de um momento político, econômico e social em que houve um encolhimento da produção habitacional em todo o país, como aponta a Fundação João Pinheiro (2017), destacando uma redução de 400 mil unidades no Brasil entre 2013 e 2015.

A partir dos questionários, foram obtidos dados sobre o tempo que os moradores estão ou estiveram na lista de espera da COHAB para o sorteio de unidades habitacionais, em que se destaca que quase 70% das famílias fizeram o cadastramento geral e o tempo de espera até 2 anos representa 31%; entre 3 e 5 anos 25%; e mais de 6 anos 14%, enquanto as famílias não cadastradas representam aproximadamente 30%. Esses dados indicam dois

elementos importantes para a compreensão do gerenciamento da produção habitacional atualmente em Curitiba e a relação com as ocupações urbanas.

O primeiro elemento evidenciado está diretamente relacionado à falta de informação ou ao descrédito que as famílias com mais tempo na lista de espera têm em relação à possibilidade de obtenção da casa própria, pois foi notado que grande parte delas que tem o cadastro na lista de espera na COHAB não sabem que há a necessidade de renovação anual do cadastro, como em algumas famílias com até 20 anos de lista de espera aguardam o sorteio da moradia sem a renovação. Enquanto outras respostas obtidas destacaram que uma parte também considerável das famílias não renovam o cadastro na COHAB por entenderem que as possibilidades de serem sorteadas são cada vez mais ínfimas, encontrando nas ocupações uma nova possibilidade de reprodução da vida cotidiana.

Em relação aos 30% dos moradores que responderam que não têm cadastro na COHAB, cruzando os dados com a ocupação que moram, percebeu-se que 64% das famílias são moradoras da ocupação Dona Cida, que teve seu início do processo de ocupação em 2016. Em contrapartida, a maior parte das famílias cadastradas na COHAB, sobretudo na ocupação 29 de Março, respondeu que o período de cadastramento na lista de espera foi quando a COHAB passou registrando as famílias diretamente nas ocupações, logo após a ocupação do terreno onde encontram-se atualmente. Nesse sentido, há um destaque para a reflexão sobre a desarticulação da própria Companhia de Habitação Popular em relação aos novos moradores e a nova ocupação após 2016, onde não houve a realização de um cadastramento geral como havia sido feito anteriormente.

Na reflexão sobre a produção habitacional que vem sendo realizada no Brasil em um contexto geral e especificamente em Curitiba, cabe destacar também a importância de alguns avanços e conquistas obtidas pelo programa Minha Casa Minha Vida, desde 2008, como destacado na literatura, mas há diversas críticas sobre o predomínio do financiamento habitacional voltado para as modalidades do Minha Casa Minha Vida diretamente relacionadas às maiores faixas de renda e aos empreendimentos associados ao mercado imobiliário, enquanto em Curitiba e região metropolitana não houve a concretização de nenhum projeto habitacional a partir da modalidade Minha Casa Minha Vida - Entidades. De forma complementar e contraditória, há um destaque para o projeto do Residencial Nova Primavera, organizado e estruturado a partir da união de entidades sociais e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Paraná (MTST-PR), antigo Movimento Popular por Moradia (MPM), que teve sua continuidade obstaculizada em decorrência de alguns fatores, como os cortes recentes no programa, que de modo geral está associado ao contexto político-econômico do país como já destacado anteriormente, mas também com uma conjuntura política municipal, articulada à má vontade dos governos locais no desenvolvimento do projeto e aos imbróglis fundiários do terreno ocupado, e com as dificuldades de financiamento e estruturação do projeto no âmbito da própria Caixa Econômica Federal.

Nessa discussão também percebeu-se que o projeto do Residencial Nova Primavera teve uma contribuição importante da construtora que era a anterior proprietária do terreno

ocupado pela ocupação Nova Primavera, que foi posteriormente transferido para a prefeitura. A partir disso, notou-se que até mesmo em uma modalidade do Minha Casa Minha Vida em que há a proposta de repasse de recursos e do financiamento para movimentos sociais, associações de moradores, cooperativas ou outras entidades sociais para elaboração, planejamento e execução do projeto, há uma relação direta com o mercado imobiliário, representada por essa empresa de empreendimentos residenciais, o que explicita uma lógica de acumulação de capital a partir das políticas habitacionais.

Considerações finais

A partir dos resultados, compreende-se que há uma correlação entre a constituição e o crescimento de ocupações urbanas, como as estudadas, que foram inicialmente estruturadas por movimento social e que atualmente apresentam uma dinâmica de expansão espontânea, atendendo as demandas atuais, com a noção de déficit habitacional e de inadequação habitacional, problemática histórica e pouco discutida ou combatida de forma efetiva em diversas cidades, como em Curitiba. Nesse sentido, destaca-se que a condição de moradia representada pelo ônus excessivo com aluguel, coabitação familiar, adensamento excessivo no domicílio e/ou habitação precária representam motivações para o deslocamento de famílias para as ocupações urbanas, sobretudo as que encontram-se impossibilitadas de manter a reprodução da vida cotidiana com o pagamento de altos valores de aluguéis e encontram nas ocupações uma possibilidade de sobrevivência com o menor comprometimento da renda familiar.

Os resultados também demonstraram que o contexto econômico, político e social nacional, sobretudo a partir do momento de transformações sociais importantes iniciado em 2016 teve e tem um grande reflexo sobre diversas dimensões que interseccionam a cotidianidade das ocupações, a (re)produção do espaço urbano a partir da produção habitacional e as políticas públicas, sendo evidenciado por um panorama em que o aumento do déficit habitacional está diretamente relacionado com a diminuição da provisão habitacional e com a diminuição dos financiamentos em políticas habitacionais no contexto de Curitiba e também, como observado pelos dados obtidos com a realização e análise dos questionários, em um contexto em que se destaca o desemprego ou a realização de atividades de “bico” como única fonte de renda familiar.

No que tange à provisão habitacional, o caso do Residencial Nova Primavera demonstra duas situações recorrentes e já relatadas na literatura, que se relacionam a dois aspectos fundamentais na compreensão da produção de habitação por políticas públicas no Brasil atual: a maior importância do financiamento de outras modalidades do Minha Casa Minha Vida em relação ao Minha Casa Minha Vida - Entidades, que põe em centralidade o papel dos movimentos e ativismos sociais concomitante ao objetivo de se desvincular da lógica da produção de moradia a partir do mercado, mas, ao mesmo tempo, reflete a importância do próprio capital financeiro-imobiliário na relação com a produção de habitação de interesse social, destacado pelo papel da construtora Damiani, antiga proprietária do terreno, na elaboração e execução do empreendimento, o que demonstra

que também no MCMVE há influência das dinâmicas imobiliárias, tendo como consequência a reprodução da lógica do capital da mesma forma que é observada no mercado formal de moradia.

A questão do próprio crescimento e adensamento das ocupações e dos processos de novas ocupações, que tem uma trajetória iniciada em 2012, com a Nova Primavera, depois 2015 com a 29 de Março e Tiradentes e em 2016 com a Dona Cida, além das discussões já evidenciadas sobre o aumento do déficit habitacional, especialmente entre 2008-2009, que teve o menor índice histórico de déficit habitacional registrado, e 2015, com os últimos dados publicados pela Fundação João Pinheiro, com a produção habitacional empreendida pela Companhia de Habitação Popular trazem luz às discussões realizadas sobre o planejamento realizado em Curitiba, que como destacado na literatura e exposto a partir dos dados obtidos e do caso das ocupações urbanas, invisibiliza toda uma problemática relacionada à habitação, pondo em discussão a questão do não cumprimento do direito à habitação e, conseqüentemente, do próprio direito à cidade e refletindo uma urbanização excludente e desigual articulada às outras dimensões da reprodução do capital.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CAMARGO, Camila Moreno de. MCMV Entidades: outras interações reguladas pelo mercado. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo: **Anais do XVII Enanpur**, 2017.

FERREIRA, Regina Fátima. Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil. In: LAGO, Luciana C. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012, p. 116-136.

IBGE. **Curitiba - Censo**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/pesquisa/23/27652>>. Acesso em 15 mar. 2018.

JOÃO PINHEIRO, Fundação. **Déficit habitacional aumenta com a recessão**. 2017. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/fjp-na-midia/3785-1-3-2017-deficit-habitacional-aumenta-coma-recessao>>. Acesso em 12 jul. 2018.

_____. **Déficit Habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares**. Belo Horizonte: FJP, 2017. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/723-estatisticas-informacoes-3-deficit-habitacional-16-08-2017versao-site/file>>. Acesso em 12 jul. 2018.

_____. **Entre 2014 e 2015, o déficit habitacional aumentou em 20 dos 27 estados brasileiros**. 2018. Disponível em

<<http://fjp.mg.gov.br/index.php/fjp-na-midia/4163-20-4-2018-entre-2014-e-2015-o-deficit-habitacional-aumentou-em-20-dos-27-estados-brasileiros>>. Acesso em 12 jul. 2018.

PINHEIRO, Cassi Ane. **A produção do espaço urbano no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades**: o caso da Associação dos Moradores Sem Teto de Conselheiro Lafaiate/MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2018.

RIZEK, C. S.; SANTO AMORE, C.; CAMARGO, C. M.; Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios. In: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Ed. Contexto, 2015, p. 165-183.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2013.

Direito à cidade e ocupações urbanas: uma crítica ao planejamento urbano de Curitiba (PR)

Vanessa Amy Takahashi Ozawa
vanessaamyozawa@gmail.com
Universidade Federal do Paraná

Introdução

A cidade capitalista é marcada por contradições e conflitos que se desenvolvem como reflexos das ações de diferentes instâncias de poder, seja econômico-financeira como política, e são reproduzidas na escala dos sujeitos sociais, de suas vivências e trajetórias. A lógica que predomina na produção do espaço urbano para a ordem hegemônica é estruturada em fundamentos de acumulação e produção de excedentes que configuram a desigualdade e injustiça sócio-espacial, com os investimentos em infraestruturas direcionadas a locais de maior potencial lucrativo para o mercado imobiliário e financeiro, criando zonas segregadas e zonas privilegiadas.

O cenário de crise urbana no país apresenta-se como resposta da falta de planejamento urbano e da desqualificação da racionalidade no processo de urbanização e controle do crescimento da cidade. No entanto, se tratando da esfera municipal, Curitiba (PR) se diferencia pelo alarde de cidade-modelo em termos de planejamento e inovação urbanos, como idealizado num discurso pautado pelo marketing que homogeneiza a realidade da cidade para promovê-la, discurso este afirmado e legitimado por diferentes grupos como acadêmicos, técnicos e cidadãos (ALBUQUERQUE, 2007, p.17). O problema da habitação, com o crescimento de ocupações de terrenos mesmo com um elevado número de vazios urbanos na Região Metropolitana de Curitiba, é funcionalmente ocultado pela ideologia dominante, que proporciona pelo discurso a segregação de vidas periféricas que não possuem o direito de uma moradia digna e de equipamentos coletivos públicos de qualidade, mascarando o enredo da falta de políticas públicas e habitacionais.

A apropriação do espaço pela materialização do valor de uso configura-se como enfrentamento à lógica capitalista, e numa conjuntura dos movimentos por reforma urbana e ocupação de terrenos ociosos, a autoconstrução de habitação e rede de infraestrutura pelos próprios moradores corresponde a uma ação contraproducente à macroestrutura que impossibilita a justiça espacial. Tal modo de apropriação é a manifestação de uma produção social pelos sujeitos que se politizam na resistência, uma prática que, se não mascarada pela ordem hegemônica para manter a imagem de uma cidade sem conflitos, é condenada pela ausência de legitimidade daquilo que os governos, em paralelo com o sistema jurídico, estabelecem como o ideal de existir.

Por essa perspectiva, propõem-se a questionar a realidade urbana de Curitiba, revelando as desigualdades pelo olhar daqueles que encontram nas ocupações um modo de resistir à precariedade e às ações verticais do poder público. Assim, delinea-se uma recorte de estudo que procura analisar os fundamentos do planejamento urbano na cidade capitalista, reiterando as contradições no discurso de direito à cidade, tanto no plano institucional de promoção de acesso a bens e serviços e reforma urbana, como na possibilidade de outras práticas espaciais para uma outra realidade urbana.

Num contexto de produção do espaço cada vez mais visado pelo mercado privado, sugere-se que o poder das forças hegemônicas estão para além da materialização de uma cidade desigual em termos de infraestrutura e serviços, mas também como forma de reprodução social de classes, de *status quo* e de destituição das representações dos indivíduos. Diante disso, questiona-se a potencialidade real da promoção de espaços de participação política como forma de democratizar o

planejamento urbano, evidenciando outras práticas não heterônomas para o fortalecimento dos sujeitos e para a transformação do espaço urbano.

Objetivos

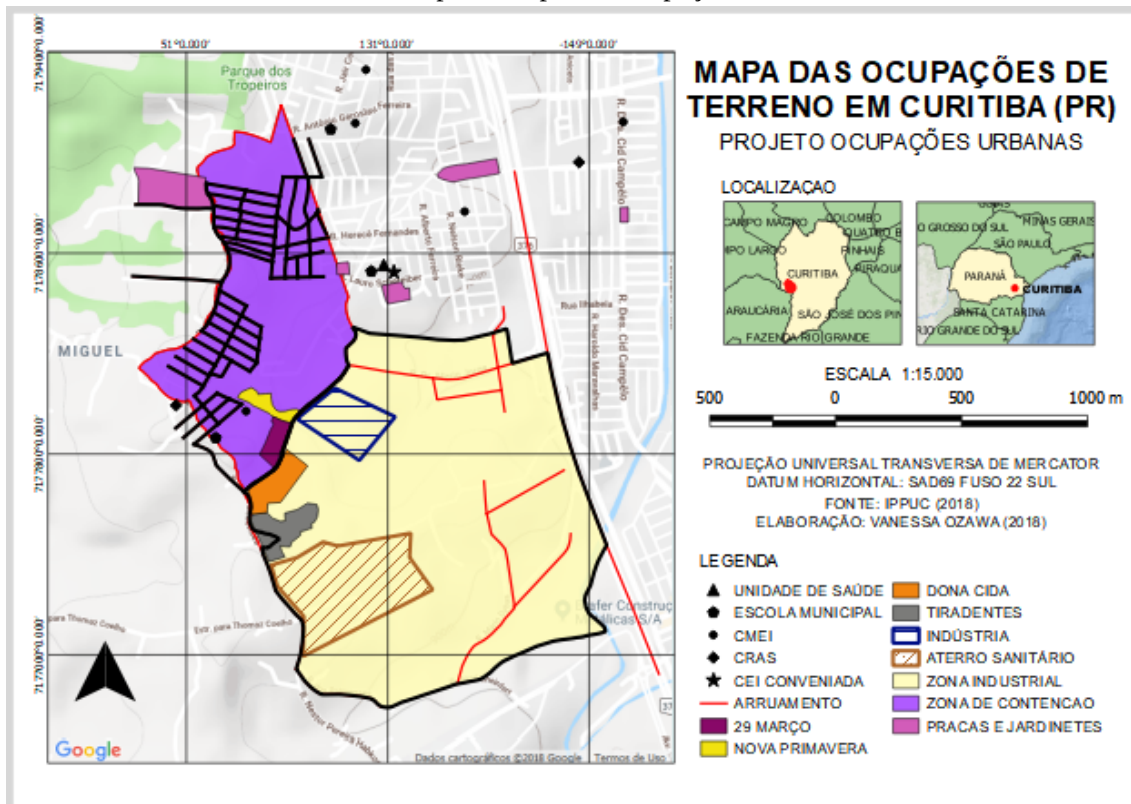
Diante da perpetuação de desigualdades e injustiças socioespaciais na cidade, o presente ensaio tem como objetivo elucidar o tema da crise urbana de Curitiba e as injustiças espaciais, através de uma análise sobre a origem e os princípios norteadores do planejamento urbano que sinalizam intencionalidades e uma ordem capitalista. Além disso, busca-se investigar a atuação do poder público nas ocupações urbanas Dona Cida, 29 de março, Nova Primavera e Tiradentes, localizadas na regional CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contraposição às práticas espaciais dos moradores da comunidade, como possibilidades de transformações da realidade cotidiana com a idealização de construção de espaços coletivos de uma praça de lazer, uma “Casa da Criança” e uma associação de moradores.

Materiais e métodos

A metodologia consistiu em um aprofundamento teórico sobre a temática de urbanização, dinâmicas metropolitanas, políticas habitacionais, planejamento urbano, Direito à Cidade, e no levantamento de informações institucionais da COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) e sobre os instrumentos urbanísticos como a Lei de Zoneamento, o Plano Diretor Municipal de Curitiba e Estatuto da Cidade, realizando-se também a análise da ação judicial de reintegração de posse da Dona Cida para investigar a viabilidade de regularização fundiária.

Foi realizado mapeamento de localização das ocupações pesquisadas com o *software* QGIS, evidenciando a Zona Industrial e Zona de Contenção onde estão inseridas, de acordo com a Lei 9800/2000. Identificou-se também equipamentos e infraestrutura pública, disponibilizado pelo site do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba).

Mapa 1. Mapa das ocupações urbanas.



Fonte: A autora (2018)

Numa dimensão de pesquisa participante, após uma etapa de realização de entrevistas manteve-se o contato com a ocupação da Dona Cida e 29 de março para a construção do espaço coletivo da Pracinha, idealizado como local de lazer e esporte para as crianças e jovens moradoras da comunidade. Para a elaboração de um projeto para a Pracinha foram realizadas oficinas de desenho com as crianças para que elas participassem da construção e se identificassem com o local, além de conversas e reuniões com os coordenadores e as famílias que vivem nas ocupações.

Imagem 1. Oficina de desenho com as crianças.



Autoria: Raziela Vecchi (2018).

Imagem 2. Assembleia dos moradores.



Autoria: Heloísa Mocelin (2018)

Resultados preliminares

Através da análise da ação judicial da ocupação Dona Cida, foi possível constatar os imbrólios jurídicos que tardaram a expectativa para uma regularização do terreno às famílias que ocuparam o imóvel de propriedade privada em 16 de setembro de 2016, situado à Estrada Velha do Barigui, no bairro CIC, em Curitiba. O poder público apareceu nas ocupações urbanas reproduzindo práticas de um planejamento desigual, com a repressão e ameaça de expulsar famílias em defesa do direito civil de propriedade, que encontra-se num patamar acima do cumprimento da função social da cidade postulados no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade. Ademais, como analisado na ação judicial, a omissão do poder municipal se dá para além do direito à moradia, com o descumprimento de leis de proteção de idosos, mulheres gestantes e crianças que compõem grande parte dos moradores das ocupações e tiveram a sua integridade ameaçada pelo interdito proibitório. Decorrente de tais fatores, pode-se concordar com Rodrigues (2016), que afirma que o planejamento urbano não possibilita a justiça espacial por conta da materialização da propriedade privada da terra, e as políticas públicas buscam diminuir tensões, desde que não interfiram na acumulação de capital.

O processo de acumulação capitalista tem se reinventado na cidade através da manutenção do solo urbano como mercadoria e valor de troca para expansão do lucro. Condicionada aos dispositivos do mercado capitalista e pela lógica da propriedade da terra, o espaço urbano está assim organizado, e se desenvolve expressando uma ordem e uma ideologia da reprodução do capital, o que se refletirá nas práticas de planejamento da cidade. Segundo Garnier (1976, p.2):

A pesar de las opiniones de los ideólogos oficiales, el "desorden urbano" no es más que la otra cara de un orden, el orden capitalista. Este está sometido a unas leyes que nada tienen que ver con las de la naturaleza, tales como la lógica del beneficio, las reglas del mercado y de la competencia, la tendencia a acumular la plusvalía, generada por el trabajo explotado. En "nuestras" sociedades, estas leyes rigen el conjunto de las actividades productivas.

O planejamento urbano portanto não deve ser visto como uma externalidade do capitalismo, ao passo que é originado por ele, como pode ser visualizado no processo de transição do

feudalismo na Inglaterra pela materialização dos *enclosure acts*, que “possibilitaram a consolidação do capitalismo ao projetar sobre o espaço um mecanismo dialético de acumulação por desapropriação (BUITRAGO, 2010, p. 167, tradução nossa), desarticulando formas de vida para articular outras conforme a ideologia capitalista, mediante formas de reprodução social. Outrossim, o planejamento urbano pode ser pensado como a atuação de um biopoder que controla o tempo, normatiza gostos e estabelece necessidades, funcionalidade, fragmentação e hierarquização dos espaços (ALVAREZ, 2013, p. 68).

O modelo heterônomo de planejamento efetiva a ilusão da participação popular, perpetuando um *status quo* de modo a legitimar a diferença entre o poder político e as classes sociais por uma atuação simbólica, onde as vivências dos participantes e as experiências concretas que se esquivam de uma fácil verbalização se esgotam na perícia discursiva dos planejadores com concepções lógicas e modelos abstratos (RANDOLPH, 2007).

O Direito à Cidade pleno como “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante), o direito à apropriação (bem distinto à propriedade)” assim entendido por Lefebvre (2001, p.135) é uma ideia força para reinventar a vida social urbana. Em contraposição, o direito à cidade nos moldes do planejamento urbanístico acabou por se tornar uma ideologia, isto é, um discurso institucional que justifica e legitima a manutenção de forças hegemônicas, em uma perspectiva pragmática e utilitarista que se esgota no interesse pela propriedade e numa agenda de demandas de acesso a equipamentos e serviços, sendo respostas que caminham a um outro rumo do que teorizado pelo autor - a ideia de revolução urbana.

As ocupações urbanas têm se firmado em contraposição a essa conjuntura como possibilidade de outras práticas de planejamento que subvertem às estruturas hegemônicas por outras representações de espaço e transgridem em parte uma ordem essencialmente capitalista da cidade, instituídas no limite do possível por ações alternativas e transformadoras (LIMONAD, 2014), reapropriando um espaço como e para a transformação das necessidades do cotidiano, ou seja, por uma outra territorialização marcada pelo contrapoder e resistência (SOUZA, 2010).

A seguir, é possível caracterizar o atendimento das ocupações em termos de equipamentos públicos, a uma distância de 1.000m, segundo dados da COHAPAR.²⁰ Embora as ocupações apresentem postos de saúde e escola nas proximidades, através da realização de entrevistas com os moradores das ocupações constatou-se que o acesso é dificultado, principalmente às crianças que precisam frequentar creches pois é necessário enfrentar longas filas para serem matriculadas, e os serviços de saúde encontram-se sobrecarregados. Ressalta-se a carência de áreas de lazer e centros comunitários em todas as ocupações, o que estimulou os moradores a criarem esforços para a autoconstrução da “Casa da Criança”, “Pracinha” e “Associação dos Moradores”.

²⁰

Não há dados da ocupação da Dona Cida pela COHAPAR.

Tabela 1: Equipamentos públicos a uma distância de 1.000m

Equipamentos públicos a uma distância de 1.000m	29 de março (São Miguel - CIC)	Nova Primavera (São Miguel - CIC)	Tiradentes (CIC - CIC)
Posto de Saúde	SIM	SIM	SIM
Escola	SIM	SIM	SIM
Centro de Educação Infantil	SIM	SIM	SIM
Centro Comunitário	NÃO	NÃO	NÃO
Áreas de Lazer	NÃO	NÃO	NÃO
Outro	Câmbio Verde; Armazém da Família, UEI	Câmbio Verde; Armazém da Família; CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil); UEI	UEI (Unidade de Educação Integral)

Fonte: COHAPAR (2017)

A idealização dos espaços coletivos como uma escola e uma praça de lazer acaba por configurar uma forma de ressignificação do espaço afirmando o valor de uso, colocando em evidência o direito à apropriação da cidade, pela elaboração de projetos autogestionários com a participação de toda a comunidade, sem a resignação do urbanismo heterônomo colonizador da vida cotidiana, para a criação de um espaço onde as famílias se identifiquem. A Pracinha será o primeiro espaço construído e se consolidará, de acordo com a demanda dos moradores, como forma de fortalecer as vivências de crianças e jovens, buscando amenizar a segregação e a realidade precária a que estão submetidas em termos de serviços e equipamentos públicos de educação, lazer e esportes.

Considerações finais

As famílias, restritas à periferia urbana com o uso da cidade formal apenas para o trabalho, encontram nas ocupações de terrenos ociosos uma estratégia para lutar pelo direito à moradia e buscar dialogar com diferentes esferas de poder não apenas em argumentos, mas também com seus corpos, de modo a encontrar soluções temporárias ou permanentes para a transformação da realidade. Diante das injustiças espaciais, que também se constituem pela falta de equipamentos e serviços públicos de qualidade para além da moradia, coloca-se em questionamento a atuação do poder público e do planejamento urbano para a realização da demanda dos moradores, frente às estruturas econômicas e financeiras dominantes que configuram o território para a reprodução do capital no urbano.

A leitura acerca do direito à cidade provocou a reflexão de um novo paradigma para a compreensão da realidade e das lutas urbanas, já que esta se tornou uma ideologia pelas instituições e está restrita a função social da propriedade, que “acaba legitimando a propriedade privada como mecanismo de absorção das mais valias sociais, introduzindo no entanto um princípio de equilíbrio e de justiça nessa distribuição das mais-valias capturadas.” (informação verbal). O planejamento urbano origina-se e se mantém como funcionalidade do capitalismo e da perpetuação de desigualdades, não indicando uma possibilidade de transformação concreta da realidade. A existência das ocupações urbanas representa portanto uma prática insurgente e subversiva de se pensar uma reforma urbana, ainda que no plano do direito à cidade da ideologia do planejamento entendido pelo acesso a bens e serviços, mas que ao materializar práticas que transformam os sujeitos envolvidos, viabilizam outras realidades sociais e espaciais.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”.** 2007
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. In: **CIDADES - Revista Científica.** São Paulo, v. 6 n. 16, 2012, p.62-85
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Edição Nº 133, de 11/7/2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 24/03/2018.
- BUITRAGO, A. S. **Hacia el origen de la planificación: territorio, enclosure acts y cambio social en la transición del feudalismo al capitalismo.** Ciudades 13, p. 165-181, 2010. Disponível em: <<http://upm-es.academia.edu/AlvaroSevillaBuitrago>>. Acesso: 12 ago. 2018.
- _____. **Urbanismo y reproducción social: una introducción a su historia.** Ciudades 80, 2012.
- _____. Hegemonía, gubernamentalidad, territorio. Apuntes metodológicos para una historia social de la planificación. Universidad Politécnica de Madrid. In: **EMPIRIA, Revista de Metodología de Ciencias Sociales.** Nº 27, 2014, P. 49-72
- CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 8 ed. - São Paulo: Contexto, 2005.
- CARLOS, A.F.A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011. 157 p
- CARLOS, A. F. A., et. al. **Henri Lefebvre a utopia do direito à cidade.** Instituto de Estudos Avançados da USP. 18 jun. 2018. Informação verbal.
- COHAPAR. **SISPEHIS — Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná: Curitiba.** Disponível em <<http://www.portal.cohapar.pr.gov.br:81/PEHISPUBLICO/listaFormularios.php?idFormPrincipal=oBRPyLN=VpnJhQeP8fXGBPETPQT66jnNPtcC0eo>>
- CURITIBA. **Uso do Solo: Lei 9.800 e Leis Complementares da Legislação de Uso do Solo.** 2015. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/lei_9800_e_complementares.pdf>. Acesso em 12 ago. 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999, 150p.
- _____. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. Centauro Editora. São Paulo (2011), 145 p.

LIMONAD, E. Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil?. In: Ester Limonad; Edna Castro. (Org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, v. 1, p. 80-99.

LIMONAD, E. BARBOSA, J. L. **Entre o ideal e o real rumo à sociedade urbana - algumas considerações sobre o 'Estatuto da Cidade'**. GEOUSP, no. 13, 2003, pp. 87-106; em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp13/Geousp13_Limonad_Barbosa.htm> Acesso em: 12 ago. 2018.

GARNIER, J. P. Planificación Urbana y Neoliberalismo. In: **Geo Crítica: cuadernos críticos de geografia humana**. Universidade de Barcelona, ano 1, nº 6, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. LEI Nº 14771/2015. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2015/00175701.pdf>>. Acesso em: 24/03/2018.

_____. LEI N.º 9.800/2000. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. 2014. Disponível em <http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/lei_9800_e_complementares.pdf>. Acesso em: 24/03/2018.

_____. PROPOSTA DE LEI DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. 2017. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/ldz/arquivos/proposta/Texto%20da%20Proposta%20de%20Lei%20Zoneamento.pdf>>. Acesso em: 24/03/2018

RANDOLPH, R. . Subversão e planejamento como práxis- uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: Ester Limonad; Edna castro. (Org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2014, v. 1, p. 40-57.

_____. Do planejamento colaborativo ao planejamento subversivo?: Reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. Scripta Nova (Barcelona) , v. 245, p. 85-98, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24517.htm>>

RODRIGUES, Arlete Moysés. Políticas Públicas no Espaço. In: **CIDADES - Revista Científica**. São Paulo, v. 13, n. 22, 2016, p.41-69

SOUZA, M. L. "Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta." In: **Revista Cidades** 7.11 (2010). p 13-47.

_____. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Escritos de divulgação científica e análise política. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 246p

_____. Introdução: **A 'nova geração' de movimentos sociais urbanos e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto**. Cidades (Presidente Prudente) , v. 6, p. 9-26, 2009.

Contrarracionalidades pela sobrevivência: O planejamento ascendente no cotidiano da Ocupação Vila Soma (Sumaré/SP)

Anderson Sabino²¹
andersonsabino27@gmail.com
Licenciado/Bacharel UNICAMP

Introdução

No presente texto pretendemos contribuir à compreensão sobre dinâmicas do cotidiano na Ocupação Vila Soma, localizada em Sumaré, situando-a, inicialmente em seu contexto metropolitano e como encontra-se na cidade, posteriormente, analisando práticas que apontam para um planejamento ascendente, próprio dos moradores atuantes da ocupação.

A metodologia do trabalho constituiu-se de levantamento bibliográfico que perpassou teorias sobre o espaço urbano, a metropolização de Campinas, dados secundários como do IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA) e prefeitura de Sumaré, levantamento de notícias e decisões judiciais sobre a ocupação e execução de trabalhos de campo com entrevistas, principalmente, com o atual grupo de coordenação.

Segundo Milton Santos (2009 [1990]) o Estado age unificando capitais para criar novas economias de aglomeração e novas acessibilidades (estruturas atribuídas ao espaço físico) para prover mobilidade a empresas hegemônicas. A metropolização corporativa, base metodológica da qual partimos para conceber a urbanização, pode ser entendida como o conjunto de fenômenos, frequentemente carregados de forte intencionalidade, que promove a constituição de metrópoles tão desiguais quanto as que temos no mundo subdesenvolvido, sobretudo no Brasil. Milton condensa da seguinte forma a definição de metrópole corporativa:

A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais conduzem à formação do fenômeno a que chamamos de metrópole corporativa, voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas e considerando os demais como questões residuais. (SANTOS,2009 [1990]: 106)

Entre as questões residuais, encontramos a política habitacional por exemplo, tratada de modo setorialista, ora direcionada fomentando o espraiamento das cidades e a

²¹ Trabalho em parte derivado de pesquisa efetuada no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia – Instituto de Geociências da Unicamp, 2017.

especulação imobiliária, ora como integrante de política econômica anticíclica implantada na década passada.

Em ambos os casos a provisão de moradias para os mais pobres assentou-se em empreendimentos em maioria afastados e desprovidos de serviços essenciais, enquanto os poderes públicos em todos os níveis dirigem esforços em prover às grandes firmas, em todos os níveis, melhores condições físicas e fiscais. Num contexto de urbanização, sobretudo metropolitana, como este, as lutas organizadas por moradia a partir de ocupações devem ser vistas como pertencentes ao reino das possibilidades e não da criminalidade como municípios e judiciário frequentemente o tratam.

A moradia como direito é expressamente tratado na legislação brasileira, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto das Cidades de 2001, no entanto, o assunto ainda é especialmente problemático no Brasil. Raquel Rolnik sublinha o fato de que “na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição”. (ROLNIK, 2015: 13).

Para tratar as contrarrazões, pensamos em formas planejadas de atuação dentro de relações horizontais (2012 [1996]) e entendemos como formas de “adaptação criadora à realidade existente” (SANTOS, 2012 [1996]: 309).

A Vila Soma resiste desde 2012 em área de cerca de 1,5 mi m² abandonada por empresa falida (Soma Equipamentos) e endividada desde os anos 1990 em Sumaré-SP, periferia da Região Metropolitana de Campinas. Abordamos a seguir seu contexto metropolitano e municipal e abordamos alguns elementos que consideramos importantes formas de contrarrazão populares que questionam os rumos do planejamento hegemônico como as formas de protesto de rua e organização interna.

Contextos metropolitano e municipal

A Região Metropolitana de Campinas, oficializada apenas nos anos 2000, é estudada aqui por sua expansão ligada à descentralização da indústria paulistana e pela leitura de sua periferização, onde, aumentado sobremaneira o tecido urbano, se encontram as facetas de uma população empobrecida que é excluída do mercado formal de terras, ao passo que grandes vazios especulativos marcam a forma como o espaço condiciona a própria ação humana: a especulação e o abandono de espaços são convites para ação reivindicatória de movimentos urbanos por moradia.

Atualmente é composta por um aglomerado de 20 municípios, sendo eles: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Totalizando uma área de 3.792 Km² e uma população de 2.976.433 habitantes (AGEMCAMP, 2017).

Inicialmente entreposto mercantil, parada de tropeiros, posteriormente o mais importante núcleo do complexo cafeeiro, a região de Campinas criou "as bases para o futuro dinamismo da agricultura, para a eficiente infraestrutura de transporte e para a qualidade da rede urbana do que viria a ser, mais tarde, a atual RMC" (CANO & BRANDÃO, 2002: 400-401).

A urbanização da Região de Campinas se dá no tecido da região concentrada (SANTOS, 2013 [1993]; SANTOS & SILVEIRA, 2001), espaço que carrega características ligadas ao processo de industrialização e de "consolidação da hegemonia paulista" (SANTOS & SILVEIRA, 2001: 43).

A partir de 1970, intensifica-se fortemente o desenvolvimento urbano na região de Campinas. Esta década foi um marco de mudanças no Estado de São Paulo, devido, principalmente, ao fato de na capital "reduzir-se significativamente o desempenho de sua tradicional função industrial e desenvolverem-se nela funções e papéis novos" (GONÇALVES & SEMEGHINI, 2002: 28), a fim de inserir-se profundamente no sistema econômico e social globalizado.

Entre os anos 80 e 90 se verifica uma expansão horizontal da mancha urbana da região. Nascimento (2013: 68), ressalta que neste período as crises econômicas tiveram papel importante na redistribuição demográfica uma vez que a população mais carente passa a

se instalar predominantemente em áreas de municípios com menor preço da terra urbana em comparação aos dois principais centros regionais (Campinas e Americana): na periferia "longínqua" de Campinas, no extremo sudoeste da cidade e em seu prolongamento em direção aos municípios vizinhos de Sumaré, Hortolândia e, mais recentemente, Monte Mor; nas proximidades de Americana, em Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa; e, em centros economicamente emergentes, como Indaiatuba e Paulínia. Essa redistribuição dos fluxos migratórios contribuiu, portanto, para a conformação de um verdadeiro processo de "periferização" em escala metropolitana, conformado pelo crescimento mais acelerado da população urbana em municípios do entorno de Campinas.

Esta expansão para Oeste e para Sudoeste contribuiu para o entendimento de que o que ocorria era efetivamente um processo de metropolização. Ana Paula Mestre (2009) periodiza o processo de periferização de Campinas em três fases: 1940-1969 (início de lógicas planejadas de expansão); 1970-1989 (intensificação de modernizações, crescimento econômico e favelização); 1990-2009 (período marcado pelas ocupações organizadas). Esta abordagem é fundamental para compreensão também da periferização metropolitana. A seguir se pontuará elementos que nos embasem até a problemática enfocada.

Ao final dos anos 1940, é importante a implantação do Aeroporto de Viracopos, vetor de modernizações e de expansão do tecido urbano campineiro no sentido sul. A partir dos anos cinquenta cresceu vertiginosamente o número de grandes plantas industriais instaladas e com elas o aumento de loteamentos lindeiros à rodovia Anhanguera. "Entre os novos loteamentos aprovados e instalados entre os anos 1950 e 1960, apenas 10% deles eram servidos de infraestrutura básica" (MESTRE, 2009: 14).

Esses eventos institucionais no município de Campinas e a crescente valorização da terra pela especulação imobiliária foram importantes para a consolidação de periferias intra e extra-municipais, levando à emancipação de cidades a partir de seu território e à aceleração da ocupação desses espaços que aproveitaram as vantagens locacionais da proximidade com Campinas e o menor preço de seus terrenos. Sumaré, se emancipou do território de Campinas em 1953.

O extravasamento do município-sede da metrópole gerou “eixos de expansão periférica” (CANO & BRANDÃO, 2002: 406) como Sumaré, Santa Barbara d’Oeste e Americana. A rápida e dinâmica expansão da agricultura, serviços e indústria “não logrou absorver a totalidade dos intensos fluxos demográficos que se dirigiram para a região, gerando um processo de periferização das camadas sociais de menor poder aquisitivo” (CANO & BRANDÃO, 2002: 403).

Na década de 1970, Sumaré (que incluía Hortolândia, emancipada em 1991) e Americana passam a ser também grandes receptoras de indústrias e pessoas na região, tendo, conseqüentemente, crescimento populacional intenso.

Lopes (1988: 41 apud RIZZATTI, 2014: 87) argumenta que “fator indutor da periferização de Campinas foi a política fundiária adotada pela COHAB-Campinas em meados da década de 70, que iniciou a construção de conjuntos habitacionais em localizações onde o custo da terra era menor por ser mais distante da área urbana”.

Às margens da Rodovia Anhanguera fez-se importante área de urbanização do município de Sumaré em desconexão ao centro da cidade. A ocupação dispersa do território de Sumaré teve início em seu núcleo central e seus arredores até 1949. Na década seguinte um pouco se alarga a ocupação central, mas tem destaque o surgimento de loteamentos à beira da Rodovia Anhanguera, regiões do Matão e Área Cura. Entre 1976 e 1982 se percebe um crescimento anormal da mancha urbana, ainda de forma espalhada, adensando levemente alguns vazios deixados, mas crescendo principalmente ainda nas proximidades com Campinas, Paulínia e a Rodovia Anhanguera.

Para os pobres é negado o acesso ao mercado formal pela conjunção perversa entre baixos salários e seguida valorização da mercadoria terra. Inserida numa situação de periferização metropolitana, Sumaré já apresentava dados preocupantes de favelização desde a década de 80, como alertam Cano & Brandão (2002), “dados da Prefeitura para 1989 (incluindo Hortolândia) indicavam a existência de 80 núcleos de favelas, localizados em áreas públicas (áreas verdes de loteamentos) e beiras de córregos, abrigando 13.500 habitantes” (2002: 177).

Sumaré, cidade da porção noroeste da região metropolitana, é um espaço periférico onde concentram-se inúmeros casos de habitação precária, favelização em massa espalhada por diversas e dispersas porções da cidade. Todas as ocupações são reflexos da atuação da classe trabalhadora que, à margem do mercado formal de terras, busca com suas próprias mãos construir unidades habitacionais, em outras palavras: exercem novos usos em territórios até então vagos e produzem espaço autonomamente. A Ocupação Vila Soma é uma dessas, mas que se diferencia por seu grande tamanho, expressão e planejamento.

Contrarracionalidade em prática

A ocupação “significa ‘liberar’ o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa de autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)” (ROLNIK, 2015: 377). Trata-se de um processo de confrontação constante, um reclame de certo grau de “liberdade” pela classe superexplorada que pretende retirar de seus gastos os aluguéis insuportáveis ou situações de coabitação.

Entendemos, como Rodrigues, que “as ocupações demonstram mais uma vez que a busca do onde e do como morar implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência, que desmistifica o mito da apatia dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1989: 46). Além disso, “a resistência à hiper-modernidade, ao avanço do capitalismo globalizado, expressa compromissos com o conhecimento do território e a valorização do espaço banal, especialmente relevante para a ação não-hegemônica” (RIBEIRO, 2004: 203).

Helena Rizzatti, afirma que “importante elemento de diferenciação das favelas e de demonstração do fortalecimento das contrarracionalidades: a necessidade de planejamento necessária para a instalação de ocupações em terras urbanas” (RIZZATTI, 2014: 170). e com a visão de Guilherme Boulos, atual coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), para promover a mesma diferenciação. Para ele “as favelas são, em geral, produtos de ocupações não organizadas, onde os moradores vivem nas piores condições e sujeitos a todo tipo de adversidade” enquanto “ocupações organizadas por movimentos populares, além de serem resultado da falta de alternativa de moradia, trazem muitas vezes valiosas lições para uma nova lógica de organização do território urbano.” (BOULOS, 2012: 61).

Esta diferenciação é um dos pontos de partida para compreendermos a mudança nos rumos da produção de habitações pelos mais pobres na cidade.

Pode-se delimitar 3 fases para compreensão das estratégias e eventos que permitem a existência da Vila Soma. A primeira fase vai até meados de 2015, quando iniciou-se a ocupação do terreno. Os proprietários da massa falida acumulavam dívidas gigantes, sendo de IPTU (mais de R\$ 15 mi), trabalhistas (R\$ 2,5 mi), com a Fazenda Nacional (R\$ 90 mi) e com a Fazenda Estadual (R\$ 60 mi). Para se ter noção do problema, o terreno é avaliado em cerca de R\$ 94 mi, valor que saldaria as dívidas trabalhistas, mas nem de longe o conjunto dos débitos.

No aspecto jurídico, 3 dias depois de ocupada a área, foi distribuída ao juizado local uma ação cível movida pelo representante da massa falida da Soma e Vifer solicitando uma liminar de reintegração de posse. O pedido foi atendido 5 dias depois, uma agilidade impressionante, quando em 05/07/2012 o Juiz André Gonçalves Fernandes, da 2ª vara cível de Sumaré determinou saída das famílias, algo que foi prorrogado inúmeras vezes pela interposição de recursos.

Em 2014 ocorreu a abertura de um GT (Grupo de Trabalho) onde a ideia passa a ser a busca por uma solução consensual. Este grupo era formado por defensora Carolina Dalla

Valle Bedicks, representantes da Prefeitura, do Governo do Estado – via CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano) –, da Presidência da República, da Caixa Econômica Federal e lideranças do próprio movimento, via Associação de Moradores. Numa das reuniões do GT, representante da COHAB sugeriu realocação da população pelo Programa MCMV-Entidades. A prefeita afirmou não dispor de terras públicas para realocação e deixou por conta dos moradores sua própria sorte, mas exigia contrapartidas urbanísticas para instalação de equipamentos públicos, caso se concretizasse a construção. Em nota a prefeita afirmava que “os atuais invasores poderiam ser diretamente beneficiados nos conjuntos habitacionais viabilizados por eles mesmos, sem a necessidade de inscrição no programa municipal de habitação” (SUMARÉ, 2014, web). Este e o esvaziamento do GT criado pela própria prefeitura são apenas alguns dos exemplos da truculência com que o governo municipal de Cristina Carrara (PSDB) tratou a ocupação desde seu início.

A própria forma como a ocupação e seus apoiadores se articulam para encontrar soluções como o PMCMV indica um planejamento ascendente que força os poderes públicos.

A consolidação de uma coordenação engajada, aproximação de advogados populares, aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a prática de uma estratégia de mobilização nas ruas marcam o início da segunda fase. Destaca-se também a tensão com uma ordem de reintegração de posse que por muito pouco não se cumpriu.

No ano de 2015 diversos foram os atos públicos de protesto movidos pela Ocupação, diversas também foram as datas marcadas para reintegrações de posse (3/07/2015 – 14/09/2015 – 14/12/2015) até que, enfim, uma ordem, provavelmente inadiável em primeira e segunda instâncias, foi marcada para o período entre 17 a 22 de janeiro de 2016.

Como atitudes de resistência prática frente à crítica situação, tem-se o acorrentamento ao prédio onde mora a então prefeita de Sumaré por vários dias, uma denúncia da defesa com a Defensoria diretamente na Corte Interamericana de Direitos Humanos, constituição de um cinturão de advogados preparados para o embate, construção de barricadas, escudos e ferramentas improvisadas como armas pelos próprios moradores, diversas, numerosas e muito volumosas passeatas pela cidade de Sumaré. A reintegração de posse não se efetivou devido a decisão favorável a recurso da Defensoria Pública do ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal de suspender a ordem três dias antes de seu início.

Após a suspensão da ordem, delimita-se um período de permanência (2016-momento atual), fase em que ocorre um redirecionamento das energias da população, agora movimento organizado, no sentido de, não mais concentrar-se exclusivamente em evitar um despejo, mas também em conquistar melhorias efetivas para a vida na própria ocupação.

Outros aspectos contrarracionais que apontam para um planejamento ascendente passam pela própria atribuição da coordenação. Atualmente a coordenação passa pelos cuidados de 2 coordenadores gerais, que administram a sede, fazem trabalhos cotidianos e atendem a todos os moradores em suas mais diversas solicitações. Desde necessidades básicas como alimentos, roupas, remédios, até o fornecimento de comprovantes de endereço que são impressos na própria sede e servem para que os moradores façam uso dos equipamentos básicos de saúde e educação das proximidades. Como lhes é negado acesso a serviços concessionados (água, luz, telefone), a execução dos comprovantes de endereço já marca uma atitude de rebeldia, de marcação de presença, mesmo que isso gere nos empregadores e em muitas pessoas da cidade um certo estranhamento preconceituoso.

Considerações finais

Verifica-se que a partir de 1970 as regiões periféricas do entorno de Campinas passaram por um adensamento industrial e populacional movidos pelo menor preço da terra, pela proximidade com Campinas e pelo bom acesso à fluidez da malha rodoviária.

De maneira geral, a partir dos anos 90 “eclodem as ocupações organizadas de terras urbanas, conduzidas por movimentos sociais engajados que incorporam os vazios urbanos (áreas privadas e de loteamentos irregulares)” (MESTRE, 2009: 33). Mestre aponta que 44% dos atuais loteamentos irregulares de Campinas foram ocupados na década de 1990. Situamos a Vila Soma como um acontecimento partidário de uma tendência maior, isso justifica nossa abordagem metropolitana.

A existência de ocupações na região (que se diferem das favelas pelo planejamento prévio) é, portanto, fenômeno recente. Helena Rizzatti aponta que a resistência praticada nas ocupações é necessária devido à “rarefação dos sistemas de engenharia nos diversos meios ambientes construídos das grandes cidades e metrópoles” (RIZZATTI, 2014: 8).

As contrarracionalidades que dão suporte a essa resistência de existir e permanecer, são frutos das necessidades impostas a essa população, são portanto, caracterizadas pela decisão de resistir às ordens de reintegração de posse relatadas, organização cotidiana, formas de protesto e todas as atitudes que envolvem se manter numa área com escassez e ausência de equipamentos públicos de qualquer espécie, portanto, conseguindo por conta própria energia elétrica, água, etc.

A reforma urbana, a que moradores da Vila Soma se prezam fazer, começa pelo peso de prover função social a uma propriedade até então ilegalmente fragmentadora da cidade por seu abandono, e avança nas entrelinhas de seus improvisos e conquistas.

Bibliografia

BOULOS, Guilherme Castro. **Por que Ocupamos?** São Paulo: Scortecci Editora, 2012.
CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2002.
GONÇALVES, Maria F.; SEMEGHINI, Ulysses C. Uma metrópole singular. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, Rovena (Orgs.). **Livro**

- verde:** desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002. p. 27-51.
- LOPES, Doraci Alves. **O movimento da Assembleia do Povo e a Crítica da ‘Marginalidade’**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas, 1988.
- MESTRE, Ana Paula. **Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas**. (Mestrado) IG/UNICAMP. Campinas, 2009.
- NASCIMENTO, Ederson. **As Desigualdades Socioespaciais Urbanas Numa Metrópole Interiorana: Uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de Exclusão/Inclusão social**. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester; MOREIRA, Ruy. (orgs.). **Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad/ CNPq, 2004, p.194-211.
- RIZZATTI, Helena. **O Recente Processo de Urbanização da Cidade de Campinas-SP (1990-2014): As ocupações urbanas – um estudo dos usos do território da Região Sul**. (Mestrado) IG/UNICAMP. Campinas, 2014.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1989.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo, 2015.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1993].
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1996]. 384p.
- SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa e Fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, Secretaria do Estado da Cultura, [1990], 2009.

Políticas de inovação, parques tecnológicos e a importância do território: o caso do Parque Tecnológico de São José dos Campos

Thiago Chiquetto Rubem²²

tchiquetto@gmail.com

Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Introdução

Este estudo explora a relação entre a proximidade geográfica como um ativo relevante nas atividades de inovação das empresas de alta tecnologia e a política de credenciamento de Parques Tecnológicos do Estado de São Paulo, denominado Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec/SPAI). Tal política foi implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado de São Paulo (SDECTI) no início dos anos 2000 para incentivar e apoiar a implementação de Parques Tecnológicos.

A análise dos resultados obtidos é fundamentada em três elementos considerados importantes para compreender a importância do território neste estudo, sendo eles: a literatura, as políticas públicas, e os Parques Tecnológicos. A literatura dá maior importância para o território e para os Parques Tecnológicos, do que para as políticas públicas. No caso o Parque Tecnológico de São José dos Campos, aborda a questão do território, sobretudo, a proximidade geográfica, como ponto fundamental para o desenvolvimento das empresas instaladas, enquanto que as políticas públicas, trabalham mais a questão do desenvolvimento tecnológico e do fomento à inovação, focando principalmente no incentivo nas atividades de PD&I dessas empresas, onde aparece poucas vezes a questão do território, como sendo um atrativo importante.

Objetivos

O objeto de pesquisa analisado é o Parque Tecnológico de São José dos Campos, o primeiro a obter o credenciamento definitivo pelo SPTec. A relevância da pesquisa está baseada na argumentação de que a proximidade geográfica é um ativo importante para as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de empresas instaladas em Parques Tecnológicos.

Desta forma, entender a relação entre a argumentação conceitual e seus desdobramentos na formulação e implementação de políticas públicas se faz relevante. O objetivo central consiste na verificação acerca da relação entre o argumento conceitual adotado (proximidade geográfica) como um ativo relevante nas atividades de PD&I das

²² Pesquisa Científica concluída no ano de 2017, pelo aluno Thiago Chiquetto Rubem, do Instituto de Geociências da UNICAMP, com orientação da Prof^a Dra. Janaina Oliveira Pamplona da Costa do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências da UNICAMP.

empresas de alta tecnologia frente à formulação e implementação da política que resultou no SPTec. A pesquisa produz um breve histórico da formação do Parque Tecnológico de São José dos Campos, assim como o estado da arte quanto às características fundamentais deste Parque, como os principais atores instalados e aqueles que se relacionam institucionalmente com o referido Parque. Ainda, a pesquisa aborda a missão institucional, o modelo de instalação e prospecção de empresas principais áreas de atuação e a relação entre a discussão conceitual e a legislação que sustentou a implantação do Parque desde sua instalação no território de São José dos Campos.

Metodologia

A metodologia esteve dividida em quatro etapas:

1. Criação de um banco de dados qualitativo sobre as legislações relacionadas ao SPTec e ao Parque Tecnológico de São José dos Campos a partir dos decretos do SPTec.
2. Análise sobre como a temática da proximidade geográfica foi tratada na legislação pertinente à criação do Parque.
3. Levantamento aprofundado e caracterização dos principais atores presentes no Parque Tecnológico.
4. Realização de entrevista junto ao gestor do Parque Tecnológico de São José dos Campos acompanhando orientadora.

Resultados preliminares

A relação da proximidade geográfica relacionada com as empresas, principalmente aquelas do setor de alta tecnologia, se faz importante devido às relações que estas empresas conseguem estabelecer umas com as outras, no qual, podem criar redes, desenvolver sinergia, e um ambiente favorável para o fomento da inovação, e a proximidade geográfica é um fator fundamental para garantir o sucesso das empresas.

O termo inovação é compreendido, de acordo com o Manual de Oslo como sendo, “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005: 55).

Nestas áreas de aglomerações de empresas tem-se facilitações de interações entre os diferentes atores, resultando em processos tanto de competição, como também de cooperação, principalmente a que está vinculada a troca de conhecimento, essa troca de conhecimento, ocorre em com maior frequência quando se tem a presença de institutos de pesquisa, universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O objeto do presente projeto que foi analisado e estudado é o Parque Tecnológico de São José dos Campos, esta escolha se deu pois este Parque foi o primeiro a obter o

credenciamento de maneira definitiva pelo SPTec. Sendo importante objeto de estudo para entender como as políticas públicas contribuem para o fomento da inovação, relacionadas com a proximidade geográfica.

As empresas que estão localizadas próximas de uma região desenvolvida, como é o caso da cidade de São José dos Campos, que apresenta um aglomerado de empresas de diferentes setores em seu território, e a formação de um *cluster* com empresas que são voltadas para uma mesma área, que no caso é a aeroespacial, onde, muitas se encontram próximas umas das outras, se beneficiam da oferta de mão-de-obra, podendo ser especializada ou não, mas em grande maioria especializada. Esta mão-de-obra especializada vem em grande maioria das universidades mais próximas, e também da região. Além disto, em áreas de grande aglomeração de empresas, ocorre o transbordamento de conhecimentos e tecnologias, chamado de *spill-overs*, devido às relações estabelecidas de proximidade territorial, assim como, com os atores que se encontram no local.

Essa integração contribui para a cadeia produtiva de modo geral, ajudando economicamente, e auxiliando em processos de inovação, com trocas de conhecimentos, entre eles, o conhecimento tácito. (SUZIGAN, 2005)

Um ponto importante na questão da localização das empresas no espaço geográfico, além das interações colaborativas, e troca de conhecimento, existe também a questão da competitividade, criando uma competição entre os territórios, o que resulta na forma da organização industrial e também empresarial.

“Nesse sentido, verifica-se também a capacidade de determinado território endogeneizar o desenvolvimento através de estruturas cooperativas, por exemplo: 1) entre empresas; 2) entre governo e empresas; e 3) entre universidades e empresas. Assim sendo, nota-se que o sistema produtivo flexível revitalizou o papel do território.” (BALDONI, 2015, pg. 29).

O espaço geográfico, no sentido do estudo realizado por Baldoni, se faz intimamente ligado com a questão da Geografia da Inovação, estabelecendo relações com o desenvolvimento tecnológico, tendo como elemento importante a cultura empreendedora, e também a inovação e os seus processos, que contribuem para a aproximação de empresas, num mesmo lugar, sendo então importante se estudar a proximidade geográfica, como um fator de inovação. (BALDONI, 2015).

Relatório de visita ao Parque Tecnológico de São José dos Campos

O Parque Tecnológico de São José dos Campos tem organização espacial em diferentes ambientes, que abrigam em maio de 2017, 320 empresas estas que se encontram na situação de residentes, associadas e instituições de ensino e pesquisa.

De acordo com a entrevista realizada com Luiz Carvalho, gestor do Parque, no qual

afirma que o Parque Tecnológico de São José dos Campos é o maior complexo de inovação e empreendedorismo do Brasil. A estrutura do Parque se encontra na seguinte maneira, existem dois centros empresariais com pequenas e médias empresas, um centro empresarial com grandes empresas, uma incubadora de empresas do próprio Parque e também duas incubadoras que estão vinculadas, um APL com empresas da área do segmento de TIC, um APL com empresas do segmento aeroespacial e defesa, cinco Centros de Desenvolvimento Tecnológico, três laboratórios multiusuário, um escritório de negócios, três galerias do empreendedor e a cidade universitária, que conta com três instituições de ensino e pesquisa.

O Parque foi criado em 2009, através da iniciativa da Prefeitura de São José dos Campos, e sua administração é realizada pela Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, sendo então uma organização social (OS), privado, sem fins lucrativos. E uma das principais características deste Parque que também o ajuda a se destacar, é que este foi o primeiro a ser credenciado pelo Sistema Paulista de Parques Tecnológicos.

O território do Parque é de 25 milhões de m², e de área construída, tem-se 25 mil m². Nos Centros I e II, se encontram as empresas de pequeno e médio porte, que realizam atividades relacionadas a P&D. O Parque também oferece às empresas espaço físico e infraestrutura básica para que possam se instalar, e além disso, contam também com serviços na área de capacitação, marcas e patentes, supply chain, desenvolvimento de projetos, informações e consultoria sobre programas de financiamento à inovação, marketing, logística, propriedade intelectual e oportunidades de networking.

Os Centros de Desenvolvimento Tecnológico são uma particularidade do Parque, que conta com 4 CDTs, onde cada um conta com uma empresa ou instituição âncora apresenta demandas tecnológicas a serem desenvolvidas pelos demais integrantes do CDT, dentre eles, tem-se o Centro de Inovação Tecnológica em Saúde (CITS), o Centro de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação Midiática (CDTIC), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Aeronáutica (CDTA), e o Centro de Desenvolvimento Tecnológico para a Construção Civil (CDTCC)

As incubadoras de empresas tem importante papel no crescimento de novas empresas, no Parque, participam a Incubadora de Base Tecnológica Aeronáutica (Incubaero), a Incubadora da Univap e a Incubadora de Negócios do Parque Tecnológico, e estas apresentam programas de acompanhamentos das empresas incubadas, garantindo que estas possam se desenvolver.

O Parque já reuniu investimentos na ordem de R\$ 1,9 bilhão, no qual R\$ 500 milhões foram de origem dos recursos públicos, enquanto que R\$ 1,4 bilhão foram privados. 6 mil pessoas transitam diariamente pelo Parque, 60 empresas residentes no Parque, 10 instituições de ciência e tecnologia, 120 empresas associadas ao APL Aeroespacial, 70 empresas associadas ao APL TIC Vale, 32 empresas incubadas, 30 microempresas nas Galerias do Empreendedor, 4 auditórios e 3 salas para locação para eventos. E conta ainda com 250 doutores, 4000 alunos e 1500 colaboradores.

Um dos diferenciais do Parque é o preço para as empresas se instalarem e

permanecerem ali, além disso, tem-se também o ambiente de sinergia, de cooperação, no qual o próprio Parque ajuda as outras empresas, sendo um dever deles, buscando contribuir cada vez mais com a infraestrutura, o relacionamento, e outras necessidades que possam surgir.

Quadro 3: Resumo de alguns decretos

Legislação: número	Data	Resumo do objetivo da lei
Decreto nº56.636 Estadual	01/01 /2011	Artigo 2 - I. Tem como objetivo a gestão de políticas públicas voltadas para o fomento da inovação tecnológica e garantir o crescimento econômico de maneira sustentável do Estado, como, por exemplo, fortalecer os arranjos produtivos locais e o empreendedorismo
Decreto nº56.636 Estadual	01/01 /2011	Artigo 40 - III. A Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial tem como objetivos a formulação de políticas públicas de desenvolvimento econômico que sejam compatíveis com as características locais e regionais, estimulando assim a formação de espaços empresariais, incubadoras, e a criação de projetos que estimulem o desenvolvimento de arranjos produtivos locais.
Decreto nº54.196 Estadual	02/04 /2009	Artigo 2º. “Os parques tecnológicos consistem em empreendimentos criados e geridos com o objetivo permanente de promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica, estimular a cooperação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas e dar suporte ao desenvolvimento de atividades intensivas em conhecimento.”
Decreto nº54.196 Estadual	02/04 /2009	Artigo 3º. Os parques devem ter como principais objetivos, o estímulo ao desenvolvimento, a competitividade e o aumento da produtividade, assim como incentivar as interações entre as universidades, empresas e instituições de pesquisas, e também apoiar as atividades de pesquisa.
Decreto nº54.690 Estadual	18/08 /2009	Artigo 2º. O Sistema Paulista de Inovação Tecnológica tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável do Estado pela inovação tecnológica, estimulando projetos e programas especiais articulados com o setor público e privado, poderá ser integrado pelos seguintes órgãos, entidades e instrumentos: aquelas que se enquadram como Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo - ICTESP, assim como aquelas que se enquadram como Agência de Inovação e Competitividade, agência de fomento, SPTec e a Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica.

Fonte: Elaboração própria

Considerações Finais

O projeto atendeu os objetivos que foram propostos, no qual foi possível constatar que a proximidade geográfica é um ativo importante para as empresas se instalarem em determinado lugar, assim como, para contribuir com o seu crescimento e fomento dos processos de inovação. Foi possível chegar a esta conclusão pois de acordo com os dados analisados, como, por exemplo, as leituras realizadas nas revisões bibliográficas e também a visita ao Parque Tecnológico de São José dos Campos, e através da entrevista, foi possível ver de maneira empírica a questão do território. Vale lembrar que o posicionamento do Parque em relação ao projeto de pesquisa é totalmente institucional.

Este projeto buscou realizar um estudo entre os três atores principais para entender a importância do território, sendo eles a literatura, as políticas públicas, e os parques tecnológicos. A partir disso, entendeu-se que a literatura dá uma maior importância para o território do que as políticas públicas, existe também uma comunicação mais próxima entre a literatura e os parques tecnológicos, no caso, o Parque Tecnológico de São José dos Campos.

Estes, abordam a questão do território como sendo fundamental para o desenvolvimento das empresas, enquanto que as políticas públicas, trabalham mais a questão do desenvolvimento tecnológico e do fomento à inovação, focando principalmente nas empresas, onde aparece poucas vezes a questão do território, como sendo um atrativo importante.

Bibliografia

- ASHEIM, B. T. & GERTLER, M. S. 2004. **The Geography of innovation: Regional Innovation Systems**. In: FAGERBERG, J., MOWERY, D. C. & NELSON, R. R. (eds.) The Oxford Handbook of Innovation. New York: Oxford University Press.
- BALDONI, L. 2015. **A estratégia empreendedora da Unicamp para a consolidação do Parque Científico e Tecnológico**. Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- BOSCHMA, R. 2005. Editorial: **Role of Proximity in Interaction and Performance: Conceptual and Empirical Challenges**. *Regional Studies*.
- BOSCHMA, R. & MARTIN, R. 2010. **Introduction- The New Paradigm of Evolutionary Economic Geography**. In: BOSCHMA, R. & MARTIN, R. (eds.) The Handbook of Evolutionary Economic Geography. First ed. Cheltenham: Edward Elgar.
- CHAGAS JUNIOR, M. D. F., CABRAL, A. S. & CAMPANÁRIO, M. D. A. 2011. **Firmas Integradoras de Sistemas, suas Capacitações e Fontes de Tecnologia – O Caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer)**. *Revista de Ciências da Administração*, 13, 63-87.
- FREEMAN, C. 2002. **Continental, national and sub-national innovation systems - complementarity and economic growth**. *Research Policy*, 31, 191-211.
- GARCIA, R. 2000. **Experiências de Clusters em Setores de Alta Tecnologia: o Caso da**

- Região de Campinas, São Paulo.** V Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza, Ceará: Sociedade Brasileira de Economia Política.
- GARCIA, R. 2012. **Resenha: The Handbook of Evolutionary Economic Geography.** *Revista Brasileira de Inovação*, 11, 233-240.
- LASTRES, H. M. M. 2007. **Avaliação das políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil e proposições de ações.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- MAZZUCATO, M. 2014. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** Companhia das Letras.
- OCDE 2005. **Manual de Oslo: Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação.**
- PAMPLONA DA COSTA, J. 2015. **Network (Mis)Alignment, Technology Policy and Innovation: The Tale of Two Brazilian Cities.** SPRU Working Paper Series, 14, 1-41.
- PEREIRA, G. R. 2008. **Política Espacial Brasileira e a Trajetória do INPE (1961-2007).** Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- SAXENIAN, A. 1990. **Regional Networks and the Resurgence of Silicon Valley.** *California Management Review*, 33, 89-112.
- STEINER, J. E., CASSIM, M. B. & ROBAZZI, A. C. 2008. **Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
- SUZIGAN, W. 2000. **Industrial Clustering in the State of Sao Paulo [Online].** Centre for Brazilian Studies, University of Oxford/ Working Paper CBS-13-00 (E). Available: <http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/suzigan13.pdf>.
- SUZIGAN, W., CERRÓN, A. P. M. & DIEGUES JÚNIOR, A. C. 2005. **Localização, Inovação e Aglomeração: o papel das instituições de apoio às empresas no Estado de São Paulo.** *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, 19, 86-100.

EIXO 9

**Geografia Política, contextos sociais e
interações espaciais**

O Estado e a política da urbanização: nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Porto Príncipe

Guerby Sainté
UNICAMP

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo analisar primeiramente o papel do Estado na estruturação do espaço urbano e posteriormente promover um debate sobre a estrutura urbana da área metropolitana de Porto Príncipe no Haiti. O propósito foi estabelecer novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, após os desastres naturais ocorridos a partir do terremoto de 2010, e da mudança na direção dos fluxos migratórios do território haitiano, em virtude da descentralização dos serviços públicos e privados, da ampliação de redes urbanas no território haitiano, e das dificuldades na supressão das necessidades básicas nas mais importantes regiões do país, ocasionados pelo processo de urbanização exacerbado durante as décadas finais do século XX e no começo do século XXI.

Palavras-chave: Espaço urbano; Rede urbana; política urbana; Descentralização.

L'ETAT ET LA POLITIQUE DE L'URBANISATION: UNE NOUVELLE PERSPECTIVE POUR LE DÉVELOPPEMENT SOCIOÉCONOMIQUE DE LA VILLE DE PORT-AU- PRINCE

Résumé

L'objectif principal de ce travail est d'analyser le rôle de l'État dans la structuration de l'espace urbain et de promouvoir un débat sur la structure urbaine de l'aire métropolitaine de Port-au-Prince en Haïti. Le but était d'établir de nouvelles perspectives de développement socio-économique, suite aux catastrophes naturelles survenues après le séisme de 2010 et l'évolution des flux migratoires du territoire haïtien due à la décentralisation des services publics et privés, l'expansion des réseaux urbains dans le territoire haïtien et les difficultés à supprimer les besoins essentiels dans les régions les plus importantes du pays, causées par le processus d'urbanisation exacerbé au cours de ces dernières décennies du XXe siècle et au début du XXIe siècle.

Mots-clés: Espace urbain; Réseau urbain; politique urbaine; Décentralisation.

Introdução e objetivos

O objetivo da pesquisa é analisar o papel do estado dentro da política de urbanização tendo a cidade de Porto Príncipe capital do Haiti como estudo de caso, e posteriormente propor um debate a respeito de uma nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico e socioespacial nessa cidade.

Segundo o relatório da ONU (2016) o processo da urbanização das cidades é essencial para o crescimento e desenvolvimento social e de suma importância para a transformação socioeconômica, e na geração de riqueza das cidades e dos países emergentes. Cabendo como tarefa de cada cidade um planejamento adequado nesse sentido. Mas, a própria ONU se esquece que, embora a urbanização tenha o potencial de

tornar as cidades mais prósperas, é mais provável que ela aumente o tamanho da paisagem urbana e crie dificuldades de administração dos bens e serviços públicos.

O processo da urbanização das cidades ao redor do planeta foi acelerado durante a globalização mundial. Porém, este fato causou mundialmente impactos de ordem socioespacial, políticos e econômicos. Desta maneira, a cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, não ficou imune a esse processo e causas. Tal como Benko (1994), “a globalização da economia metropolitana na economia regional caminha de par com o estabelecimento de uma nova organização territorial que aparece, o mesmo tempo, como o efeito e como uma causa do desenvolvimento geral”. Para análise de Singer (1985), o crescimento da população urbana agrava a problemática da urbanização acarretando escassez de habitações levando ao aparecimento de cortiços e favelas, saturações de via do serviço de transportes, insuficientes dos serviços urbanos como abastecimento de água e esgotos, que atende cada vez menos a população total, falta de leitos hospitalares. Facilita-se um crescimento contínuo de desemprego, delinquência e da poluição socioambiental.

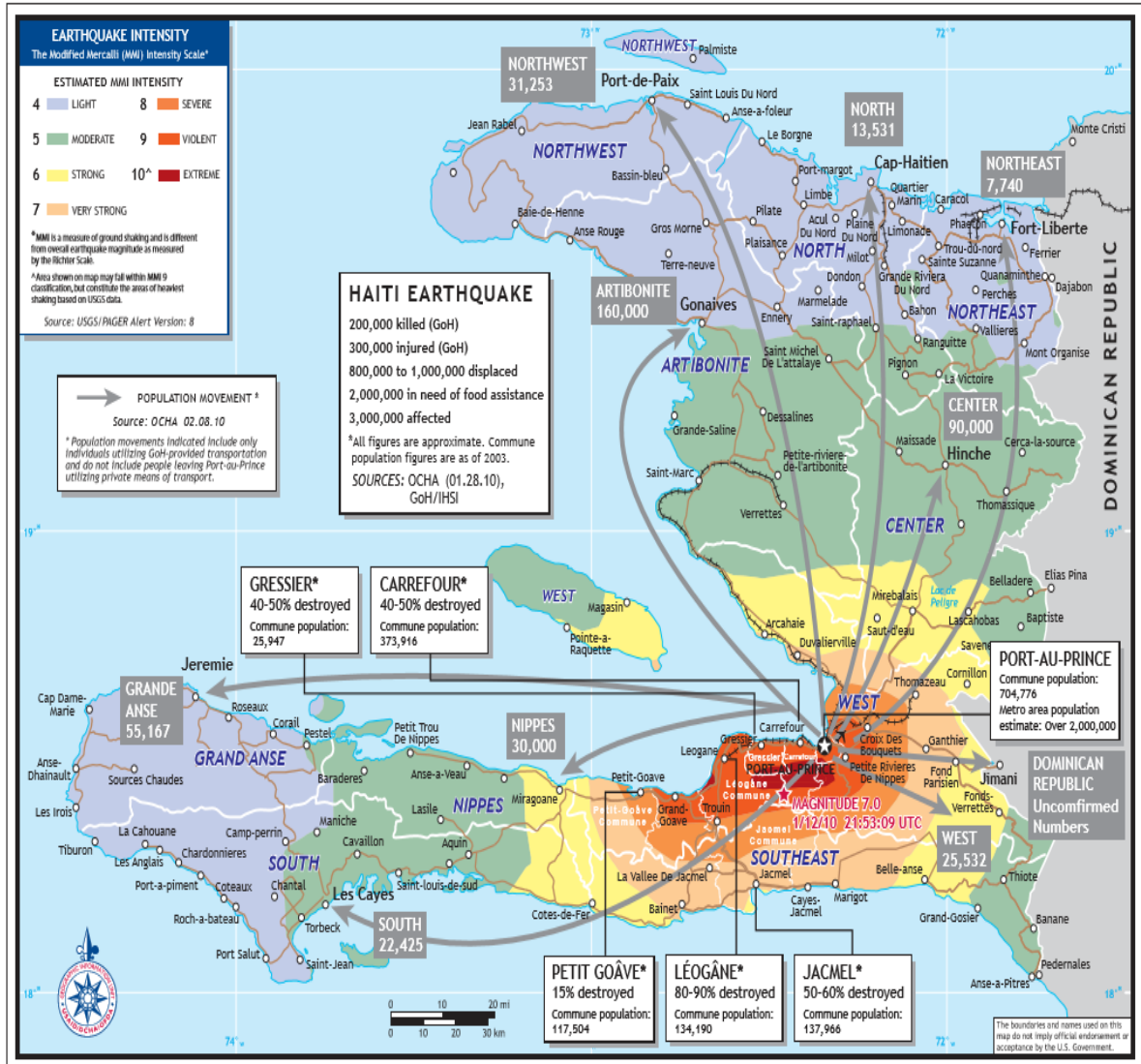
Métodos

Este trabalho tem como metodologia o levantamento bibliográfico de trabalhos científicos, como dissertações e teses, livros, artigos científicos sobre a temática em questão. Para esta tarefa utilizamos o apoio das bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no campus da cidade de Campinas-SP, dos sites de acervos de obras públicas na internet, de materiais de órgãos internacionais como o da ONU (Nações Unidas), assim como de órgãos oficiais do governo haitiano e dos dados estatísticos produzidos por este país.

Resultados e discussão

Logo depois o terremoto de 2010, o Estado deve tomar uma nova medida para reestruturação de um sistema de planejamento para que o Haiti tenha uma nova possibilidade para uma mudança socioeconômica, e também elaborar novo plano de reconstrução da cidade. Sendo assim, depois desse período, o Estado precisa colocar em prática as normas e métodos que permitam as pessoas moradoras das margens dos rios e com casas danificadas a aplicar aquilo que foi estabelecido, minimizando os riscos de desastres para esta parcela da população. Como consequência dessa tragédia grande parte das pessoas deixaram a área metropolitana de Porto Príncipe em direção das suas cidades de origem (Figura 1), o Estado deve aproveitar essa possibilidade para criar mecanismo de investimento referindo aos problemas caóticos tais como habitação, educação, saúde e transporte coletivo e à desorganização social que são sempre um dos pontos culminantes na criação de transtornos diários no meio da sociedade haitiana, por falta de um novo projeto ou planejamento urbano, que é indispensável para o crescimento da economia, com a participação e integração da sociedade no processo da reconstrução deste país.

Figura 1. Terremoto de 12 de janeiro de 2010 – deslocamento da população haitiana para sua cidade.



Fonte: USAID, 2010.

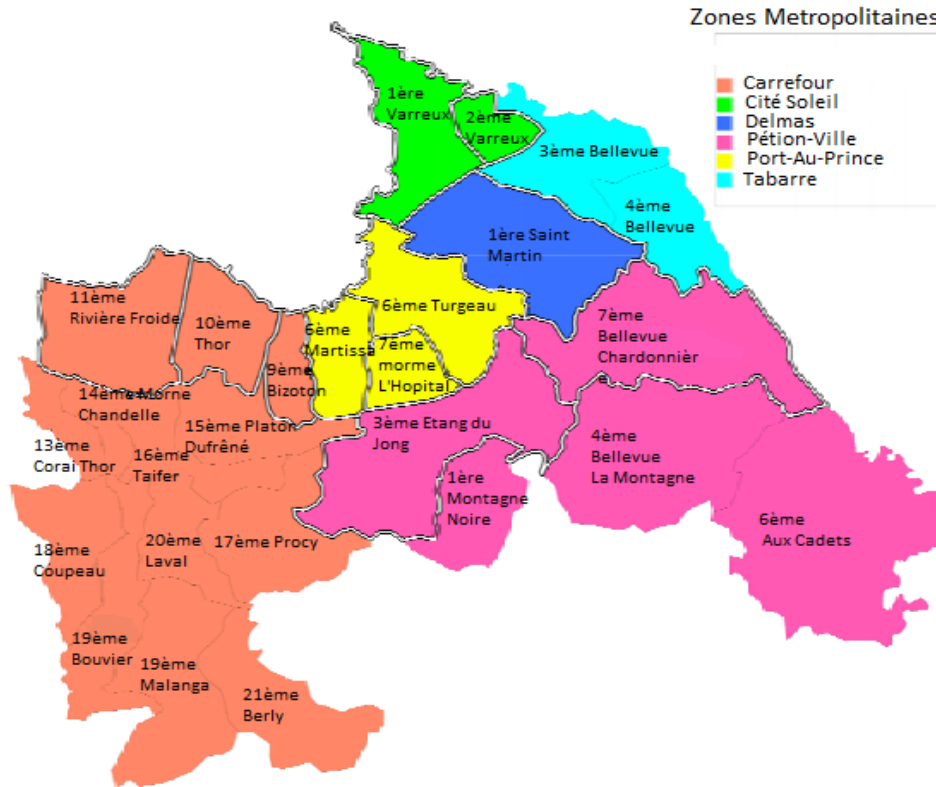
Cano (2011), defende que o Estado deve pensar num plano de descentralização e de desconcentração de empresas, de serviços, de produção, ou de recursos públicos, como um procedimento através do qual uma quantidade de bens, ou seja, materiais ou imateriais passariam a transitar fisicamente de uma localidade para outra por meio da rede estabelecida para facilitar a circulação do mercado local, regional e nacional. O Estado pode desenvolver uma política urbana para fazer crescer a produção nacional na medida de responder as necessidades básicas da população nacional, e essa política aplicada permite que a economia nacional volte-se para dentro, por meio de circulação interna da mercadoria. Por isso, o Estado deve pensar num plano global e nacional para dinamizar a economia urbana de maneira específica com o intuito de transcender os limites urbanos através de uma dinâmica social, política e econômica.

O sistema urbano nacional é fortemente desequilibrado e dominado pela área metropolitana de Porto Príncipe, onde habitam em torno de 65 % da população urbana do Haiti, com mais de 2.5 milhão de habitantes (CIAT, 2014). A região metropolitana de Porto Príncipe é formada por cinco municípios como Porto Príncipe, Delmas, Pétion-Ville, Carrefour, e Kenscoff, como mostra na figura 2.

O espaço urbano da capital do Porto Príncipe se transformou devido a reestruturação da infraestrutura do país. No entanto, o centro desta cidade permanece como sede das funções administrativas e políticas, também continua como o principal centro das atividades comerciais do Haiti. Porém, esta cidade enfrenta vários problemas que as vezes prejudica as atividades de circulação do município. Devido a estas dificuldades, houve transferências de vários serviços públicos e isto permitiu um crescimento da construção das sedes de empresas privadas e de construção de fábricas ao longo das rodovias da Região metropolitana de Porto Príncipe (GODARD, 1988).

No cenário atual, uma das principais particularidades dos países do Terceiro Mundo é o cunho corporativo de suas metrópoles e de sua urbanização. Sendo que a ação na modernidade recente obriga dos países periféricos um impulso de equipamentos mais intenso e extenso do que as modernizações precedentes. Daí, Esses conjuntos de esforços exigem portanto, uma quantidade de recursos empregados na construção das infraestruturas econômicas, na medida que o processo de integração do país à acumulação atribuí-se em detrimento dos investimentos sociais demandados por uma demografia e uma urbanização alucinante. De fato, como uma quantidade insuficiente de firmas são exclusivamente funcionadas, em escala nacional, as infraestruturas assim instaladas, a modernização resultante é seletiva, deixando fora dos privilégios uma parte relevante da atividade urbana e da população (SANTOS, 2009).

Figura 2. Mapa da região metropolitana do Porto Príncipe.



Fonte: USAID (2009).

Na compreensão de Schmidt (1983) pode ser afirmado que na política urbana à nível de circulação, o Estado deve impulsionar condições que exigem a construção de redes de comunicação mais rápidas, redes que proporcionam a ampliação de unidades produtivas cujas vantagens sejam monopolísticas. Com isso devemos compreender a política para incentivar à instalação de projetos de conglomerados, reduzindo os custos de transportes e de meio de comunicação, posteriormente mencionados pelo Estado como meio para colocar em evidência o processo de desenvolvimento através da criação de empregos suplementares. Porém, a política da urbanização da cidade passa a ser alvos políticos, com objetos políticos tendo como principal foco a organização e a satisfação das demandas públicos além de responder às demandas sociais da natureza urbana. Baseando-se nesta análise, Santos (2002) argumenta que o processo de globalização da produção, a articulação predomina sobre a produção, assim, os fluxos possuem uma grande relevância para a explicação de uma determinada situação. Entretanto, o próprio modelo geográfico determinado pela circulação, mais extensa, densa, e mais numerosa, mantém o comando da transformação de valor do espaço.

Neste contexto, a função do comando devida a essas configurações superiores de produção não material, acaba sendo provocando uma consequência na integração gradativa do país às novas exigências da vida internacional. Todavia, o dado organizacional que representa o espaço como fluxos estruturadores do território, isto seria um espaço pode

ser usados como os fluxos de matéria que desenham o esqueleto do sistema urbano (SANTOS, 2009).

Nesta perspectiva, é necessário ter planos estratégicos para o desenvolvimento urbano poder usar como uma base para consulta dos atores locais, regionais e nacionais fundados nos acordos necessários para uma ocupação local e nacional, e com a preocupação de dar uma resposta mais rápida às necessidades e na mobilização dos conhecimentos nacionais e internacionais concedidos. De fato, a execução e a formulação dos planos de gestão estratégica e do crescimento urbano pode cooperar para o fortalecimento das políticas de descentralização dos órgãos centralizados. Ao ressaltar que os modelos de planos estratégicos de desenvolvimento urbano são necessários para promover as cidades e favorecem o desenvolvimento econômico local, regional e nacional sustentáveis e socialmente inclusivos na cidade (MPCE,2010).

Visto que ainda as necessidades de espaço se modificam em função dos requisitos da produção quanto na circulação mais exigente da rapidez. Cotidianamente, o espaço tem que estar mais preparado para cada tipo de produção. Assim, a cidade, de tal forma que ela era, deixa de ser lugar apropriada para a produção contemporânea, vindo aumentar as diferentes áreas como técnica e cientificamente construídas para responder a esses clamores que a sociedade necessitada. Isso se atribui simultaneamente através da criação de novas vias de circulação para que a produção possa passar com velocidade, numa situação em que a economia do mundo se torna cada vez mais uma economia de fluxos (SANTOS, 2009)

Contudo não poderia ficar de fora uma participação da sociedade nesses planos estratégicos, para que os anseios da população sejam considerados e debatidos na concepção das possíveis medidas de atuação do Estado, de uma maneira que as vozes do povo sejam ouvidas. Portanto, propor medidas sem a participação popular implicaria numa imposição dos interesses dos governantes e das classes dominantes do país.

Desse modo, Schmidt (1983) enfatiza que a política urbana deve ser relacionada a evolução determinada pela necessidade de uma totalidade social. Neste contexto, a intervenção do Estado no meio urbano que é um dos instrumentos complexos destinados a remover os obstáculos, reais ou possíveis, completa a socialização do espaço urbano, bem como um instrumento de controle político que seja capaz de gerar aumentos de poder para as classes dominantes. A política urbana, como uma política específica, é assim, um meio de integrar ambas dimensões, a economia e a política, de uma forma social histórica.

Segundo Cano (2011), o Estado pode adotar uma fórmula simplista de descentralização nos municípios para atrair as indústrias nos diferentes setores do país, ao repensar as adequações das regiões metropolitanas, e também preparando uma nova perspectiva de adequação das áreas de menores dimensões em outras cidades, a fim de antecipar o agravamento dos problemas que persistiram nas grandes áreas metropolitanas e que vem gerando a degradação de cidades de porte médio.

Além disso, a região metropolitana pode estar inserida em uma nova postura política e poderia passar por um processo de revitalização das questões de finanças públicas e

favorecendo a reconstrução das linhas mais gerais de uma efetiva e dinâmica política de localização das atividades econômicas do país. Neste contexto, o processo de adequações das regiões metropolitanas, deve ser visto com outro olhar na gestão das finanças e dos gastos públicos e também montar um plano urbano que dê conta dos reais interesses da coletividade e não daqueles decorrentes dos determinantes dos lucros imobiliários, que também podem participar no processo de viabilização para resolução dos problemas urbanos.

Na análise de Rochefort (1998), a estrutura apresentada nas atividades coletivas poderiam ser estabelecidas para cada acumulação de pessoas que consigam responder as necessidades básicas da sociedade situada na área urbana e também nas periferias. Sendo que essas atividades apresentam uma estrutura que pertence exclusivamente em cada categoria funcional nas cidades metropolitanas. Embora a única precaução tomada como medida, é assegurar que as pessoas ou populações residentes trabalhem realmente na cidade, e não se desloquem cotidianamente para garantir as atividades de outra aglomeração. Com isso, a noção de rede urbana regional acarreta uma ferramenta relevante na constituição de base tanto na geografia das cidades quanto na geografia regional para a demarcação da área metropolitana devido a concentração das atividades econômicas. Ao possuir unidade na dinâmica econômica da estrutura da geografia urbana torna-se a rede regional da qual era essencial relocalizar cada cidade para interpretá-la de maneira concreta. Em razão a isso, esta rede deve estabelecer a estrutura para um novo recorte regional para a área metropolitana.

Na proposta de Santos (2002) a realidade das redes estabelecidas nas grandes cidades têm de ser vista como o produto da condição contemporânea das técnicas, assim, para fazer funcionar as redes da cidade que é formada através da verticalização dos fluxos de pontos acarretando elemento regulador nas diferentes escalas geográficas, em virtude deste aspecto cabendo renovar e recria as horizontalidades do espaço da contiguidade. A partir dessa série de relação, deve-se perceber que a racionalidade emerge das condições do mundo contemporâneo, além de ansiar a difusão da racionalização de hegemonia nos diversos aspectos da vida econômica, política, cultural, social, que conduz a instalação da racionalidade da própria construção do território.

Assim, uma nova perspectiva de mudança socioeconômica na área metropolitana de Porto Príncipe tem como desafio atender a tudo que foi mencionado acima. Portanto, como percebido, tal tarefa não é das mais fáceis, como ocorre em qualquer grande área metropolitana mundial, o desafio haitiano ainda torna-se mais complexo, ao observamos o cenário atual do país cuja a sua própria soberania é limitada constantemente pelas grandes potências mundiais que direciona para onde cada financiamento tem que ser destinado, impedindo o Haiti de governar a si próprio.

Considerações finais

A região metropolitana de Porto Príncipe enfrentou recentemente um período conturbado em sua história, tal como o resto do país, ela foi abalada por sucessivos desastres naturais e sociopolíticos, desde o terremoto de 2010, passando por tempestades até uma ocupação militar de seu território que ainda está em vigor. Dado a essa questão, é possível que o Estado reveja o seu projeto de planejamento urbano sob uma nova perspectiva de futuro como uma oportunidade de uma maior inclusão e integração da sociedade haitiana na participação de tais projetos como um dos atores regionais e nacionais na criação deles.

Para a realização dessa tarefa o Estado deveria investir na criação de redes que permitam a circulação mais eficiente de mercadorias e fluxos, de modo que essa circulação de bens materiais e imateriais possam ser alcançados por todos os indivíduos do país, não ficando concentrados em um único ponto central. Nesse sentido, é de suma importância que aja uma descentralização dos serviços oferecidos, mas também, o descongestionamento das grandes empresas e indústrias e dos serviços públicos sensíveis para que o povo das áreas mais afastadas ou das periferias consigam acessar não somente as necessidades básicas e de serviços.

De tal maneira, com essa nova política de desconcentração urbana, a sociedade de tais áreas mais distantes do centro urbano principal do país teria a possibilidade de não deixar a sua cidade em busca de serviços na área metropolitana. Com essa descentralização, a sociedade de tais áreas, conseguiriam ter acesso também a uma maior oferta de emprego e de desenvolvimento local. Sem dúvida, é necessário que toda uma série de infraestrutura seja desenvolvida para que dê suporte logístico nesse processo de revigoração dos locais menos atendidos historicamente pelas administrações anteriores no Haiti, permitindo que cada departamento possa ter uma maior autonomia e poder de decisão sobre o que fazer com o seu próprio capital.

Referências bibliográfica

- BENKO, Georges. Organização econômica do território: Algumas reflexões sobre a evolução do século XX. In. SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. DE, SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.51-71.
- BIDEGAIN, Gabriel. **Distribution spatial de la population haïtienne et pole de croissance**. FNUAP / UNFPA, 2010.
- CANO, Wilson. Ensaio sobre a crise urbana do Brasil. Editora: **Unicamp**, Campinas, SP, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. Editora: **Ática**, São Paulo, 1989.
- DUVAL, Carline Joseph. **Coissance des villes en taille e en nombre: Causes et consequences**. XXVII^e congrès internacional de la population organise par l'Union Internationale pour l'étude Scientifique de la population (UIESP). Basan, Coreia do Sul, Port – au-Prince, 2013.

FORUM URBIN NATIONAL: Construire la ville., n.1.,2014, Karibe, Port-au-Prince. **1º fórum urbain national...** Port-au-Prince: CIAT, 2014.

ONU.UN.HABITAT. World Cities Report 2016: **URBANIZATION AND DEVELOPMENT: emerging futures**, Nairobi, Kenya, 2016.

ROCHEFORT, Michel. Redes e sistemas: ensinado sobre o urbano e a região. Editora: **Hucitec**, Paulo, SP, 1998.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. Editora: **Hucitec**, São Paulo,1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Editora: **Edusp**, São Paulo, 2002.

SAINTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: caso de São Paulo. 2º Ed. **Editora da Universidade de São Paulo**, 2009.

SCHMIDT, Benicio Viero. O Estado e a política urbana do Brasil. Editora: **UFRGS**, 1983.

SINGER, Paul. Economia politica da urbanização. Editor: **Contexto**, São Paulo, SP, 1998.

SOJA, Edward. Geografias Pós-Modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Editor: **Zahar**, Rio de Janeiro, 1993.

A Parceria Estratégica Sino-brasileira E A Inserção Chinesa Na Região Do Matopiba

Paloma Guitarrara
paguitarrara@hotmail.com
Unicamp

Introdução

O final da Segunda Guerra Mundial representou um importante marco para a estrutura econômica global, uma vez que os seus desdobramentos conduziram à redefinição do sistema monetário e financeiro internacional assim como o estabelecimento de dois polos ideológicos que compuseram a conjuntura política internacional por pouco mais de quatro décadas, fazendo surgir dinâmicas socioespaciais díspares e relativamente isoladas umas das outras que, num futuro próximo, estariam envoltas em disputas diretas pelo protagonismo econômico. Trata-se aqui dos Estados Unidos e da China, sendo o processo que tornou esta a principal economia asiática e atualmente e uma das mais importantes nações em desenvolvimento, conforme descreve a literatura, um dos nossos objetos de análise no presente trabalho.

A China viveu um longo período de isolamento com relação às nações vizinhas e a potenciais parceiros comerciais tanto em decorrência de questões de ordem política e diplomática que tiveram origem ainda na sua era imperial, quanto em função do seu alinhamento ideológico durante a Guerra Fria, que a aproximou da União Soviética e de países do Leste Europeu, mas a deixou cada vez mais distante de alguns países do Norte, principalmente dos Estados Unidos, assim como do Brasil. No caso brasileiro, foram feitas algumas tentativas de aproximação durante a década de 1960, mas o fato de o nosso país estar sob um regime ditatorial totalmente avesso à ideologia comunista em voga na China dificultou o avanço de qualquer projeto conjunto, tendo sido o diálogo restabelecido apenas na metade da década de 1970.

Os anos setenta são particularmente importantes para ambos os países em termos de rearranjo territorial: enquanto o Brasil passava por um novo processo de expansão de suas fronteiras agrícolas, com o avanço da produção para porções do Cerrado no Centro-Norte do país, tem início na China de Deng Xiaoping uma série de reformas estruturais que vão redefinir o papel político e econômico desse país no cenário internacional, reformas essas pautadas pela relativa liberalização da sua economia e pela rápida urbanização e industrialização que tiveram, como consequência, dentre outros, o esgotamento das terras férteis e a redução da área total disponível para cultivo, de um lado, e o aumento da demanda por alimentos e a diversificação na dieta de sua população, de outro. É na convergência desses diferentes contextos nacionais que se encontra o ponto central de nosso trabalho.

Objetivos

O principal objetivo do trabalho é a apresentação e discussão da inserção chinesa através da importação direta de commodities agrícolas e projetos de infraestrutura – na maior parte das vezes diretamente ligados às cadeias produtivas do agronegócio – a serem desenvolvidos na região do MATOPIBA, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e que se localiza na porção Centro-Norte do território nacional, para onde se direcionou nas últimas três décadas o processo de expansão da fronteira agrícola brasileira, procurando analisar quais as suas consequências para a dinâmica espacial daquela região.

Quanto aos objetivos específicos, nosso artigo se volta para: a apresentação de um breve resgate histórico para o entendimento do contexto em que se dá o surgimento de uma China cada vez mais demandante de novos produtos agrícolas, notadamente de grãos; análise da aproximação e a reaproximação entre o Brasil e a China, sobretudo no campo comercial, e compreensão das transformações na pauta exportadora a partir do início dos anos 2000, quando o país asiático se torna um dos principais consumidores das *commodities* agrícolas brasileiras; apresentação de dados referentes aos fluxos de grãos estabelecidos entre a região do MATOPIBA e a China e, finalmente, apresentar quais são os principais projetos e empreendimentos a serem desenvolvidos com a participação do capital chinês na área de estudo.

Metodologia

Para a composição do presente artigo, debruçamo-nos inicialmente sobre as principais produções escritas a respeito da temática abordada, a saber: livros, tanto voltados ao entendimento do desenvolvimento da economia chinesa quanto aqueles que se voltam à análise do papel do agronegócio na fase atual do capitalismo e as formas de expropriação dele derivadas, perpassando pela expansão das fronteiras agrícolas e a formação do MATOPIBA propriamente dita; relatórios produzidos por instituições como o Conselho Empresarial Brasil-China (referido aqui a partir de agora como CEBC) que se dedica ao mapeamento dos investimentos realizados por empresas chinesas no Brasil, assim como dos novos acordos comerciais e quaisquer outras operações que estejam no mesmo escopo; e relatórios dedicados aos casos de inserção do capital internacional nos campos brasileiros, como aqueles produzidos pela Rede DATALUTA.

No que tange aos dados quantitativos que apresentaremos no trabalho, destacamos quatro fontes consultadas: China Statistical Yearbook, do qual fizemos uso dos números referentes à população chinesa para constatar os movimentos do crescimento populacional; Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que, em sua sessão sobre a China, disponibiliza uma série de dados que nos auxiliaram na análise da estrutura fundiária chinesa, da produção, da área plantada e do consumo de grãos naquele país. Outra fonte de dados por consultada foi a Concórdia, do Ministério das Relações Exteriores, o qual disponibiliza uma série de documentos e acordos assinados

entre o Brasil e outras nações, buscando com isso estabelecer uma espécie de linha temporal dos principais acordos que foram estabelecidos entre nosso país e a China. Em se tratando da compra e venda de *commodities* agrícolas, utilizamo-nos da base de dados ComexStat, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a qual traz a especificação por Estado do total exportado. O período selecionado é o que vai de 2000 a 2017. Por fim, identificaremos alguns dos principais empreendimentos que possuem participação direta do capital chinês que estão sendo realizados ou têm planos de serem realizados nos limites dos estados que compõem o MATOPIBA a partir dos relatórios bimestrais disponibilizados pelo Ministério do Planejamento em seu site.

Resultados Preliminares China Em Transformação

Assim como quando da análise da evolução de qualquer contexto nacional, não podemos ignorar as diversas conjunturas políticas e econômicas que se instalaram na China e que conduziram o país ao cenário observável nos dias atuais, sobretudo em se tratando do estudo do ordenamento espacial. Tendo em vista que nosso trabalho se interessa pela maneira como se desenvolve a necessidade pela importação de produtos agrícolas em escalas sem precedentes para aquele país, convencionamos tomar como ponto de partida para a nossa exposição o período maoísta, que vai de 1949 até 1976.

Um dos principais aspectos desse período, que podemos extrair a partir da literatura sobre a economia chinesa, é a relevância dada para a industrialização, sendo a maioria das políticas elaboradas no intervalo de tempo supracitado voltadas a um processo rápido e intenso de desenvolvimento industrial. Não obstante a priorização da construção de um parque industrial nacional, é preciso fazer a ressalva de que esse processo se dava de forma extremamente concentrada espacialmente: em função da maior concentração populacional que se constata no território chinês na sua porção leste, e pelo fato de ser a sua única saída para o oceano, a indústria chinesa passa a se concentrar nesse faixa territorial, o que, por conseguinte, leva à também aglomeração urbana que passa a surgir nesse local. Dito de outra forma, a concentração da indústria determina a transformação no uso da terra em boa parte do território chinês considerado de maior potencial agrícola em decorrência das condições geomorfológicas e climáticas, o que trará consequências irreversíveis no longo prazo.

É quase consenso na literatura que a atividade agrícola que passou a se desenvolver na China de meados do século XX se focava mais no suprimento de matérias-primas para a indústria do que para o abastecimento propriamente dito. Esse fato se torna ainda mais evidente quando Naughton (2007) e Brown (1995) descrevem a transferência de mão-de-obra que é feita da zona rural para a urbana, ainda que houvesse um esforço do Estado em manter parte da sua população no campo. Diante disso, o que podemos concluir é que as políticas levadas a cabo para a viabilização de um setor industrial de peso acabou por promover o aprofundamento das desigualdades espaciais, o que leva ainda ao agravamento das desigualdades sociais.

Um episódio emblemático e catastrófico do que foi a transferência de recursos está no curto intervalo em que foi implantado um conjunto de medidas que ficou conhecido como Grande Salto Adiante (1958 – 1960), sendo esse episódio o da Grande Fome, que vai de 1959 até 1961. Ao passo em que a indústria pesada se desenvolvia e exigia cada vez mais mão-de-obra, a produção absoluta de grãos decaía, seguindo essa tendência também para o montante de terras cultivadas, fatores esses que levaram ao encolhimento da produção de alimentos no período e, por conseguinte, ao desabastecimento da população. É esse cenário encontramos uma das principais bases para o entendimento da crescente posição que a China iria assumir no mercado global de *commodities* agrícolas, indo de encontro às conclusões de Brown (1995) de presença de uma memória intrínseca à psique chinesa do período mais severo de escassez conduzindo, de acordo com o autor, a uma busca contraditória entre a autossuficiência no setor agrícola e a constante expansão da indústria (BROWN, 1995, p. 102).

É preciso que ressaltamos ainda outro processo que se desenrola simultaneamente à industrialização que é a ampliação das áreas urbanizadas. Tomando o final da década de 1970 como ponto de partida, uma vez que representa a transição entre diferentes períodos da história econômica chinesa, adentrando agora em uma era de consolidação de sua indústria e de maior liberalização, tendo quadros mais claros que indicam a transformação no uso do solo, constata-se uma perda total na área plantada com grãos de 6,8 milhões de hectares entre 1978 e 1998 (USDA, 2010). Considerando apenas a cultura da soja, temos que a produção variou de 7.940 mil toneladas em 1980 para 10.227 mil toneladas no final dessa década, atingindo um pico produtivo de mais de 12 milhões de toneladas em 1987. Contrariamente a esse padrão, a área plantada foi de 7.227 mil hectares no início dos anos 80 para 7.718 mil hectares em 1995, fechando a década com 8.057 mil hectares. Observamos uma oscilação no total plantado com soja durante o período destacado, fato que pode ser verificado em quase todas as demais culturas praticadas na China (USDA, 2010).

Sendo assim, um dos problemas derivados da redução das áreas disponíveis para o cultivo agrícola é a maior exigência daquelas terras que estão em uso, levando à sua saturação e esgotamento químico (HOERING; SAUSKIMAT, 2011), tendo em vista que a população chinesa não cessou de crescer desde meados do século XX, com exceção do caso já citado da Grande Fome. Em termos absolutos, os números saltam de 962.590.000 em 1978 para 1.259.090.000 habitantes em 1999, o que representa uma taxa de 1,46% ao ano (China Statistical Yearbook, [s.d.]). Para além do acréscimo já esperado na demanda de alimentos que o crescimento populacional implica, há outro fenômeno que é destacado na literatura, sobretudo por Brown (1995), que são os novos produtos que são inclusos na dieta da população chinesa nesse período, fruto, dentre outros, do novo modo de vida que se desenvolve nos meios urbanos e da variação positiva dos salários das famílias chinesas (BROWN, 1995, p. 45).

A transformação que tem maior relevância para a nossa discussão sobre o papel do capital chinês no agronegócio nacional é o aumento de consumo de proteína animal que

eleva a demanda de grãos no país, os quais são utilizados para a manutenção do estoque vivo através da produção de ração. A produção de carne na China salta de 8.563 mil kg em 1978 para mais de 60 mil kg no início dos anos 2000 (USDA, 2010), apenas para citar um exemplo de como se dá a variação desses estoques e, por conseguinte, das dimensões que a demanda por grãos vão adquirir em função desse fenômeno. Não podemos deixar de pontuar que esse é apenas um dos padrões que vão induzir à necessidade de importação de *commodities* agrícolas por parte da China, tendo ainda a influência do padrão de produção dos agricultores que, em decorrência da demanda crescente por outros produtos vegetais que previamente não se encontravam na dieta da população, acabam por ver mais vantagens comerciais na sua produção e deixam de lado a produção de grãos, ainda intensamente controlada pelo Estado (HOERING; SAUSKIMAT, 2011).

Em suma, podemos identificar nos anseios de industrialização da China as origens dos percalços atuais que aquele país vem enfrentando com a agricultura, mais especificamente com o abastecimento interno de grãos, notadamente a soja. Mais do que resultado de políticas que colocavam o setor secundário como prioridade, Hoening e Saskimat (2011) apontam que a agricultura também foi “sacrificada”, para usar um termo dos próprios autores, pela liberalização que teve início no final da década de 1970 e culmina, nos anos 2000, com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) que, de acordo com os referidos autores, leva o país a reduzir as barreiras para a importação de produtos agrícolas em função do acesso ao mercado mundial de seus produtos manufaturados (HOENING e SAUSKIMAT, 2011, p. 11). Utilizando-nos da análise feita por Zhang Xioashan (*apud* HOERING e SAUSKIMAT, 2007, p. 22) pesquisador do *Institute for Rural Development* da Academia Chinesa de Ciências Sociais, pode-se dizer que a China agora, enfrentando uma escassez de terras e de água para a irrigação – um dos recursos que é desviado para as cidades, em decorrência do aumento da atividade industrial –, o país se torna dependente das terras e recursos hídricos de outros países, dentre eles o Brasil.

Os Caminhos que Levaram à Parceria: Breve Contextualização da Parceria Estratégica Brasil-China

As relações bilaterais entre Brasil e China são tão antigas quanto se possa imaginar, tendo início ainda na segunda metade do século XIX com a assinatura do “Tratado de amizade, comércio e navegação” no dia 24 de agosto de 1882. Deste ano até 1962, ambos os países estabeleceram uma série de acordos e tratados que propunham a cooperação em diversas áreas, não se restringindo apenas à esfera do comércio. Exemplo disso é o primeiro acordo de cooperação cultural assinado no ano de 1946, que futuramente acaba sendo visto como uma “ameaça” à política nacional, conforme veremos na sequência.

A década de 1960 é particularmente conturbada quando se analisa as relações diplomáticas entre o Brasil e a China, o que se dá muito em função do contexto político externo, por um lado, e das mudanças radicais no regime político brasileiro no ano de

1964. Temos, por conta do seu alinhamento ideológico para com a extinta União Soviética, o isolamento político da China no cenário internacional, o que se agrava ainda mais por conta da Revolução Cultural que dura uma década (1966 – 1976). Por outro lado, tem-se em curso no Brasil a instalação de uma Ditadura Militar, que, na tentativa de afastar as ameaças que a ideologia comunista poderia representar, acabam por interromper quaisquer tipos de relações entre Brasil e China.

Conforme relata Biato Júnior (2010), sete anos após o golpe militar há uma tentativa de reaproximação entre ambos os países, simbolizada pela visita de uma comitiva de empresários à famosa Feira de Cantão, organizada desde 1957. Diante de um cenário internacional em transformação, no qual mesmo os Estados Unidos ensaiavam uma reaproximação com o país asiático, havia no Brasil a consciência de que uma nova postura perante a China era necessária (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 40). É apenas dois anos mais tarde, em 1974, que há a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e China, não sem um clima de desconfiança que cessa apenas dez anos mais tarde, tendo em vista o rápido crescimento econômico chinês e a oportunidade que o Brasil teria, então, de intensificar os fluxos de mercadorias para aquele país (BIATO JÚNIOR, 2010).

A primeira metade da década de 1980 é marcada pelo início das parcerias no setor de infraestrutura, com grande destaque para o setor hidrelétrico. Centrando-nos no comércio de mercadorias, o Brasil que era um grande fornecedor de produtos manufaturados para a China vai perdendo esse papel gradativamente em função do desenvolvimento da indústria pesada no país asiático, o qual, agora, tem sua demanda por matérias-primas como o minério de ferro no topo de seus interesses comerciais (BIATO JÚNIOR, 2010). Conforme tratamos anteriormente, a década de 1980 representa ainda o início das dificuldades de atendimento da demanda interna por produtos agrícolas, passando a China a adquirir o montante complementar do exterior, passando o Brasil a ser um de seus principais fornecedores.

Sendo assim, focando apenas na agricultura, o impulso que a venda de *commodities* sofre a partir da década de 1990 ainda não é suficiente para que os investimentos diretos (IED) nesse setor por parte de empresas chinesas tivesse alguma relevância para o cenário nacional. No entanto, o relatório produzido pelo CEBC em 2012 indica que a realização de IED passa a ser promovida pelo governo chinês como uma forma de aprofundar as reformas em curso no país, assim como de servir de apoio ao atendimento de sua demanda por produtos primários (CEBC, 2012). Nesse cenário, em 1993, acontece a formalização da Parceria Estratégica Brasil-China, se tornando o setor agrícola um dos principais alvos dos comerciantes e empresários chineses (BIATO JÚNIOR, 2010).

Fator escasso no seu país, a China demonstra grande interesse no mercado de terras brasileiro, com a expectativa de ampliar a oferta de grãos para o seu próprio abastecimento e satisfazer sua demanda crescente por grãos. No entanto, é apenas em 2003 que os primeiros indícios ou registros de aquisição de terras por chineses no Brasil vão aparecer, restringindo-se as parcerias, nesse setor, apenas ao escoamento de produtos como a soja, o milho e o algodão. É a Chinatex Corporation uma das primeiras companhias chinesas a

investir em terras agrícolas no Brasil no ano em questão (OLIVEIRA, 2015). Interessada em ampliar sua produção, conforme levantamento feito por Oliveira (2015), a empresa se mostrava ainda interessada na compra de terras para a construção de silos de armazenagem e terminais portuários (OLIVEIRA, 2015, p. 9).

As informações reunidas por Oliveira (2015), junto de levantamento por nós realizado, indicam que os investidores chineses têm preferência por áreas de recente expansão da fronteira agrícola, sendo o caso dos Cerrados do Centro Oeste e Centro Norte do Brasil, onde se encontra a região do MATOPIBA. Um dos empreendimentos mais antigos de compras de terras acontece justamente no Tocantins, onde a Zhejiang Fudi Agriculture Company em parceria com a Hilongjang State Farm Company adquirem uma fazenda de 16.000 hectares entre 2007 e 2008. Em função das dificuldades de gerenciamento e manutenção, no entanto, a Fudi revende sua parcela para a Chongqing Grain Group em 2011 (OLIVEIRA, 2015, p. 10). De acordo com o autor, a empresa que abriu mão das terras o fez para se concentrar na comercialização (importação) e na produção em seu próprio país (idem, p. 10).

Sendo assim, passemos à análise dos dados referentes à inserção chinesa na região do MATOPIBA, uma vez que tem se observado um movimento crescente de projetos a serem realizados naquela região, não apenas de compra de terras mas principalmente relacionados à movimentação de cargas e ao escoamento da produção de um modo geral, o que transforma de maneira definitiva o ordenamento espacial daquela região e as dinâmicas sociais que ali se desenvolvem.

Inserção Chinesa no Matopiba

Quando nos voltamos ao estudo das diferentes maneiras através das quais se dá a inserção do capital chinês nos estados que compõem o MATOPIBA, podemos dividi-las em três frentes de análise: a aquisição direta do produto, a compra de terras e os investimentos diretos, sendo estes, para o presente trabalho, considerados aqueles realizados em projetos de infraestrutura e logística. Antes de partirmos para a apresentação dos dados, frisamos que são resultados preliminares de pesquisa de Mestrado que ainda se encontra em andamento.

Pensando na aquisição direta, daremos preferência à soja, que é atualmente o principal produto de importação chinesa produzido na área referida. A China adquiriu, entre 2000 e 2004, 159.139 toneladas de soja provenientes apenas de dois estados da região: Maranhão e Tocantins. A partir de 2005, entretanto, os quatro estados passam a fornecer o produto. A partir de 2010 é a Bahia que lidera as exportações, tendo, entre 2010 e 2014, enviado 5,5 milhões de toneladas ao país asiático. O segundo lugar fica com o Maranhão, que exporta pouco mais de 3 milhões de toneladas no mesmo período. Os anos de 2015 e 2016 experimentam uma queda no envio de soja à China, principalmente 2016 em função do cenário econômico interno do país asiático. Considerando a região do MATOPIBA, são enviados ao todo, 4,57 milhões de toneladas de soja para a China em

2015, valor que chega a 2,3 milhões no ano seguinte. Em 2017 há uma rápida recuperação desses índices, tendo havido um escoamento de 5,5 milhões de toneladas, dos quais 41,9% provenientes da Bahia. Em menor escala, a China também consome a carne bovina produzida no Tocantins: foram 182 toneladas adquiridas em 2017 após um hiato de 17 anos devido a barreiras fitossanitárias impostas pelo país asiático à carne brasileira. Em 2000, foram adquiridos 26 toneladas de carne (COMEXSTAT, 2018).

Com relação à compra de terras, conforme destaca Oliveira (2015), há dificuldades de obtenção de dados que, muitas vezes dependentes de trabalhos de campo para sua obtenção, não são revelados pelas empresas. Dentre várias fontes que vimos utilizando, optamos por apresentar aqui os dados levantados pela Rede DATALUTA. Os relatórios produzidos em 2015 e 2017 revelam diretamente três empresas com capital chinês que adquiriram terras nos estados do MATOPIBA: Bahia Speciality Cellulose S.A. na Bahia, destinada ao monocultivo de árvores; a Chongqing Grain Group, no mesmo estado, para o plantio de grãos e a COFCO Agri na Bahia para o plantio principal de cana-de-açúcar. Há ainda os empreendimentos da Chinatex, previamente citada, da Sanhe Hopefull que foram identificados pelo relatório mas sem a localização dos empreendimentos (DATALUTA, 2015; 2017).

Por último, destacamos alguns dos principais projetos de infraestrutura que estão sendo desenvolvidos por empresas de capital chinês nos estados do MATOPIBA: o primeiro deles é a construção de um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) em São Luís (MA) pela empresa China Communications Construction Company (CCCC). Há também na Bahia um projeto de construção portuária, mas este em conjunto com a Bahia Mineração (Bamin). Temos ainda um subprojeto da FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) que consiste na integração com o Porto de Ilhéus (Bahia) e de expansão da Ferrovia Norte-Sul, que amplia o número de produtores no raio de alcance da nova malha ferroviária, beneficiando produtores dos estados do Centro-Oeste do país para a região Norte, de onde partiria até o Peru, encontrando, então, saída para o Oceano Pacífico, conforme descreve reportagem da Folha de S. Paulo (WIZIAK, 2016). Os noticiários locais indicam ainda a realização de missões empresariais no Piauí e no Tocantins para a realização de futuros investimentos. No ramo energético, os boletins do Ministério do Planejamento identificaram investimentos em produção e transmissão de energia com linhas que cruzam parte dos estados do MATOPIBA, como a ampliação das linhas já presentes no Piauí.

Considerações Finais

Diante dos dados aqui apresentados, podemos concluir por ora que a China tem se apresentado como um dos principais agentes externos transformadores da estrutura espacial das principais regiões produtoras de grãos do Brasil, em especial daquela por nós estudada, o MATOPIBA. Contudo, o que apresentamos aqui é uma pequena parcela de uma gama de investimentos chineses que estão em fase de implantação em outras porções do território nacional com um único propósito, qual seja a dinamização das cadeias produtivas de grãos e a facilitação do escoamento do produto para o seu país, visando principalmente o atendimento da demanda interna por grãos que cresce exponencialmente desde meados do século XX, demandando uma longa caminhada de estudos e análises, principalmente face às incertezas que nos são apresentadas atualmente diante do cenário internacional, que traz no seu centro as tensas relações comerciais entre China e Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

- BIATO JR, Oswaldo. *A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre Gusmão, 2010. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf>.
- BROWN, J. L. *Who Will Feed China? Wake-up Call for a Small Planet*. New York: W.W. Norton & Company, 1995.
- DATALUTA. Relatório – Brasil 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_relatorio_brasil_2015_publicado2016.pdf>.
- DATALUTA. Report – Brazil 2016. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_en_2017.pdf>.
- COMEX STAT. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/en/home>>.
- COMPANHIA Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/>>.
- HOERING, Uwe; SAUSMIKAT, Nora. *Agriculture in China: Between self-sufficiency and global integration*. Essen, Germany: Asienstiftung / German Asia Foundation in cooperation with the EU-China Civil Society Network, 2011. Disponível em : <https://www.eu-china.net/uploads/tx_news/Agriculture_in_China_-_Between_self-sufficiency_and_global_integration.pdf>.
- MINISTÉRIO do Planejamento. *Boletim Bimestral de Investimentos*. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/boletim-bimestral-de-investimentos>>.
- NATIONAL Bureau of Statistics of China. *China Statistical Yearbook*. Disponível em : <<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>>.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Massachusetts Institute of Technology, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. Chinese and Other Foreign Investments in the Brazilian Soybean Complex. In: *BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS), Working Paper* 9, 2015. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/bicas_working_paper_9_oliveira.pdf>.

WIZIAC, Julio. China quer construir ferrovia atravessando o Brasil. Folha de S. Paulo, 26/11/2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1938331-china-quer-construir-ferrovia-no-brasil.shtml>>.

UNITED STATES Department of Agriculture. China Agricultural and Economic Data. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/data-products/china-agricultural-and-economic-data/>>.

A integração na América Platina: uma análise das disparidades regionais

Maria Carolina Graciano Sugahara²³

carolsugahara@hotmail.com

Graduanda em Geografia – UNESP Rio Claro/IGCE

Introdução

A América Platina, região pertencente à América do Sul localizada na Bacia do Rio da Prata²⁴, compreendendo os países Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi um campo fértil de tensões e hostilidades entre portugueses e espanhóis na época colonial. Caminhando para a autonomia política após os conflitos testemunhados na Europa com as guerras napoleônicas, a América Platina procurou materializar sua independência através das linhas político-administrativas determinadas anteriormente pela Espanha e Portugal (DORATIOTO, 2012). No entanto, novas circunstâncias políticas e territoriais foram se estabelecendo, culminando na balcanização da região e em rivalidades regionais (NOGUEIRA, 2015).

É importante compreender que a Bacia do Rio da Prata é a região de maior potencial geoeconômico de todo subcontinente (NOGUEIRA, 2015), uma vez que “possui uma superfície de 3.200.000 km² e 18% da área total da América do Sul” (OLIVEIRA, 2008, p. 61) e é formada pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Passando pelo terreno mais fértil do território sul-americano, somado ao clima e ao terreno composto de planícies, a região oferece condições excelentes para a exploração agropecuária e para a navegabilidade e escoamento de mercadorias. Representa, também, uma saída para o mar em direção à costa atlântica sul-americana (NOGUEIRA, 2015), o que torna facilmente entendíveis os conflitos geopolíticos em torno da bacia: a criação do Vice Reino do Prata pela Espanha (1776); a invasão, domínio e construção da Colônia do Sacramento (1678-1679) e anexação da Província da Cisplatina (1821) – o atual Uruguai – pelo Brasil; a Guerra do Prata (1851), entre Argentina e Brasil; e mais importante, a Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que representou uma tentativa do Estado paraguaio, encravado no continente, em conseguir uma saída atlântica. (DORATIOTO, 2012).

Esses conflitos vão acompanhar todo o processo de construção dos Estados nacionais platinos (DORATIOTO, 2012). Apesar das fronteiras fluviais estarem atualmente

²³ Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) da Geografia e estudante no Programa Institucional de Iniciação Científica sem Bolsa da UNESP (PIBIC – PROPe).

²⁴ Geograficamente, a bacia se estende por cinco países: Argentina (32,3%), Brasil (44,2%), Bolívia (6,44%), Paraguai (12, 7%) e Uruguai (4,4%) (OLIVEIRA, 2015). No entanto, pela falta de material bibliográfico que assegure uma definição própria da América Platina, englobando os aspectos políticos, econômicos e sociais, considerou-se para os objetivos dessa pesquisa apenas o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para a compreensão da América Platina. A exclusão da Bolívia se deu por conta do Estado Boliviano ser um país ambíguo, com uma parte rio-platense e outra andina (AZAMBUJA, 2012), sendo que ela – no que consta a integração econômica-comercial e política – possui mais relações com os países andinos, tais como o Chile, o Peru, o Equador, etc.

estabilizadas, elas continuam a marcar fortemente a geografia política da América Platina. Inicialmente como meio de comunicação e comércio, depois também como fonte de energia, o uso compartilhado das águas fluviais sempre esteve no centro das questões fronteiriças e de integração da região.

Além das condições geográficas peculiares, as assimetrias das sociedades produzidas pelos portugueses e espanhóis resultaram em conflitos políticos entre conservadorismo e modernidade, conduzindo processos de guerras civis, revoluções e golpes de Estado (NOGUEIRA, 2015). Essas assimetrias podem ser verificadas até os dias atuais, dificultando, muitas vezes, a pauta da integração regional. Apesar de compartilharem de um mesmo passado e de desafios políticos e econômicos similares, a integração na América Platina apresentou avanços e retrocessos, marcada por rivalidades e alianças com outras potências, destacando-se, principalmente, as situações de disputa pela preferência dos Estados Unidos.

Nesse sentido, o MERCOSUL foi uma importante contrapartida ao alinhamento norte-americano, já que “representava o desafio de construir uma estratégia de inserção internacional que garantisse margens de ação suficientes para enfrentar as investidas norte-americanas e europeias na América do Sul” (NETO et al., 2014, p. 39). Contudo, é necessário dar a devida atenção às questões referentes ao tratamento de assimetrias econômicas, sociais e políticas entre os países membros, afim de evitar descontentamentos e acordos individuais de livres comércio com países extrarregionais.

Diante dessa perspectiva, é fundamental considerar os efeitos da expansão da maior economia sul-americana – a do Brasil – e o crescente diálogo dos fluxos nas fronteiras com o restante dos países platinos, uma vez que o desempenho brasileiro reflete positivamente ou negativamente nos indicadores macroeconômicos das “pequenas economias” ao redor (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010).

Visto isso, este trabalho elencou algumas variáveis dos países Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, tais como: a) Área total; b) População total; c) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); d) Porcentagem da população total que vive com menos de 1,90 dólar por dia; e) Produto Interno Bruto (PIB); e f) Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar das limitações objetivas deste artigo, essa pesquisa busca ampliar as perspectivas acerca dos desafios de integração econômica regional nos países platinos.

Objetivos

Este trabalho buscou ilustrar a análise acerca das disparidades entre países platinos e os desafios impostos para a integração regional, uma vez que as relações de vizinhança entre esses países correspondem em reafirmação e/ou negação de um projeto político de integração econômica regional.

Metodologia

Como estratégia de pesquisa, foi realizada a fundamentação bibliográfica (livros, teses, dissertações, periódicos, jornais, etc.) acerca dos apanágios centrais dos países envolvidos – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e de seus processos históricos de integração, bem como composição de base de dados retirados de fontes oficiais (FMI, World Bank) e elaboração de tabelas e gráficos, analisados de forma a confrontar as assimetrias estruturais e o desempenho econômico dos países.

Resultados preliminares

A hidropolítica²⁵ do Prata sempre esteve posta como uma questão central no jogo de poder regional e como fator de pacificação da região, tendo a relação Brasil-Argentina como principal vetor geopolítico, já que esses países vão polarizar disputas tanto pela liderança regional como também por áreas de influência, principalmente com relação aos Estados-Tampão (Uruguai e Paraguai), que por conta de seu tamanho reduzido, vão estar sempre oscilando entre os dois países maiores (QUEIROZ, 2011, p. 56).

As rivalidades em torno da bacia prevaleceram até a década de 1960, quando se verifica uma maior perspectiva de comunicação e união, superando a ideia de confrontação (OLIVEIRA, 2015), uma vez que “o crescimento demográfico, a urbanização e o processo de industrialização levaram os países da Bacia do Prata a levantar as possibilidades do uso das suas águas para o fomento do desenvolvimento econômico” (SILVA, 2017, p. 144).

Marcos neste processo são a Declaração de Uruguiana (1961), na qual se abordou a questão do aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas; a publicação da Ata das Cataratas (1966) anunciando os estudos entre Brasil e Paraguai, que resultariam no Tratado de Itaipu, em 1973, e posterior construção da Hidrelétrica de Itaipu; a Declaração Conjunta de Buenos Aires (1967); a Ata de Santa Cruz de la Sierra (1968); e finalmente, o Tratado do Rio do Prata (1969), contribuindo para a busca de um desenvolvimento harmônico e equilibrado entre os países platinos (VILLELA, 1984).

Contudo, em um contexto geral, ao longo do século XX “o desenvolvimento da

²⁵ De acordo com Queiroz (2011, p. 3), o termo *hidropolitica* designa “as dinâmicas multisetoriais, cooperativas e/ou conflitivas, oriundas das relações de interdependência que se estabelecem entre aqueles atores que, em alguma medida, impactam e/ou são impactados pelos usos de recursos hídricos internacionais,” considerando que seus usos atuam como um recurso de estabilidade geopolítica de um dado espaço.

integração sul-americana seguiu tendências guiadas a partir de ordens mundiais vigentes” (PIERI, 2014, p. 41). Principalmente no período da Guerra Fria, marcado pelo contexto bipolar, os países sul-americanos passaram por uma sucessão de ditaduras²⁶ fortemente anticomunistas, o que ampliou as condições de isolamento e a falta de comunicação entre os países. Do ponto de vista geopolítico, tinha-se “um continente completamente fragmentado e com sérios dilemas de segurança” (PIERI, 2014, p. 42). Assim, é apenas com o fim generalizado das ditaduras militares, aliado ao processo de redemocratização na América do Sul, que as rivalidades e ressentimentos históricos entre países deram lugar a instituições de caráter cooperativo e à reaproximação dessas nações entre seus líderes civis (PIERI, 2014, p.27-28).

No caso da América Platina, essa aproximação avançou com o Tratado de Assunção (1991), formalizando a criação do MERCOSUL. Após o fim dos governos militares, os países platinos passaram por uma série de problemas – crise de dívida pública, hiperinflação, alta taxa de juros, desvalorização da moeda, etc. – e a integração regional surge como uma condição para o desenvolvimento (RODRIGUES, 2016). Contudo, como já pontuado, um fator de descontentamento frequentemente manifestado pelos sócios menores, como Uruguai e Paraguai, diz respeito às assimetrias econômicas e políticas entre os países do bloco, principalmente pela posição cada vez maior da economia brasileira a partir de 2003 (SOUZA; BISETTO; BARROS, 2017). Isso por que o MERCOSUL surge em um contexto marcado pelo apogeu do neoliberalismo, a partir de uma visão mercantil do desenvolvimento baseada na criação de um bloco econômico-comercial, marginalizando os aspectos sociais, políticos e estruturais (RODRIGUES, 2016).

Diante disso, verifica-se que as crescentes disparidades entre tamanho e riqueza, muitas vezes determinam em parte a capacidade dos Estados de se beneficiarem com uma maior integração econômica. Isso por que o dinamismo do bloco é em grande parte dependente do comércio bilateral Brasil-Argentina, que explicam 97% do PIB do bloco (PEREIRA, 2011). Ainda, os sócios menores sofrem com as influências externas dessas economias: a desvalorização do real, em 1999, e a crise da Argentina, em 2001, provocou grave impacto na sociedade uruguaia e paraguaia, que dependiam do sucesso das políticas de estabilização dos parceiros maiores (BAUMMAN; MUSSI, 2006).

Alguns indicadores podem ser utilizados para esclarecer essa discussão. Primeiramente, com relação à área: o Brasil é 3 vezes maior que a Argentina, 20,9 vezes maior que o Paraguai e 48,3 vezes maior que o Uruguai. A Argentina, por sua vez, é 6,8 vezes maior que o Paraguai e 15,7 vezes maior que o Uruguai. A grande maioria da população do Mercosul também é brasileira, seguida pela Argentina, Paraguai e Uruguai.

²⁶ Na América Platina, os períodos ditatoriais atingiram todos os quatro países: Brasil (1964-1985), Argentina (1966-1973), Uruguai (1973-1985) e Paraguai (1954-1989).

Tabela 1 – Área total (km²)

Países	População
Brasil	209.288.278
Argentina	44.271.041
Uruguai	3.456.750
Paraguai	6.811.297

Fonte: FMI (World Bank)

Tabela 2 – População Total

Países	Área (km²)
Brasil	8.515.770
Argentina	2.780.400
Paraguai	406.750
Uruguai	176.220

Fonte: FMI (World Bank)

No entanto, diferentemente do que ocorre em outros blocos comerciais (como a União Europeia), no Mercosul não se tem uma proporcionalidade entre tamanho, riqueza e desenvolvimento social (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010). A Argentina e o Uruguai possuem os maiores índices de desenvolvimento humano, com 0,82 e 0,79 em 2015, respectivamente, assim como a menor porcentagem da população abaixo da linha da pobreza internacional – 0,6% e 0,1% em 2015.

Tabela 3 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) (1990-2015)

Países	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Brasil	0,610	0,649	0,685	0,698	0,724	0,754
Argentina	0,705	0,731	0,771	0,782	0,816	0,827
Uruguai	0,692	0,711	0,742	0,756	0,780	0,795
Paraguai	0,580	0,606	0,624	0,648	0,675	0,693

Fonte: FMI (World Bank)

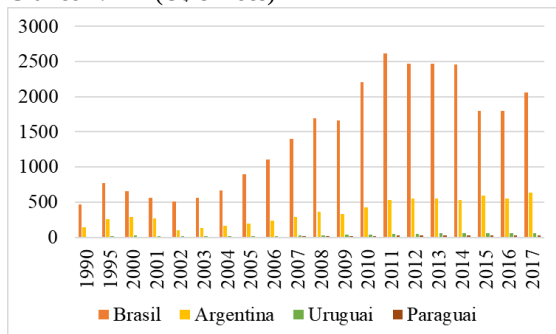
Tabela 4 – Porcentagem da população total que vive com menos de 1,90 dólar por dia (2006-2009; 2011)

Países	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	7,2	6,8	5,6	5,4	4,7	3,8	3,8	2,8	3,4
Argentina	3,3	2,9	2,6	2,6	0,9	0,8	0,8	0,7	0,6
Uruguai	0,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Paraguai	7,9	7,8	4,3	5,8	5	3,3	1,8	2,4	1,7

Fonte: FMI (World Bank)

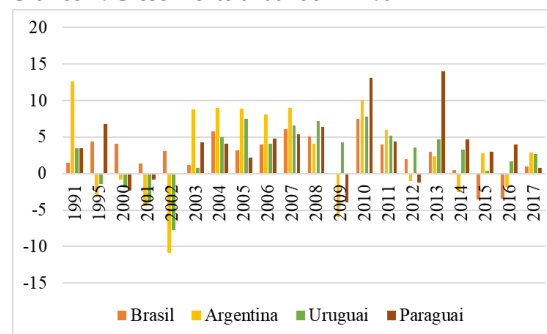
No tocante ao PIB, percebe-se que as discrepâncias no que se refere ao tamanho e volume são imensas. O Brasil atingiu a casa dos U\$ trilhões desde 2005 – em 2011, teve um resultado de U\$ 2,6 trilhões – enquanto o Uruguai e o Paraguai ainda não chegaram nos U\$ 60 bilhões. O Paraguai, menos ainda, sempre com uma oscilação de U\$ 20-30 bilhões. A Argentina é a que mais se aproximou do PIB brasileiro, atingindo U\$ 637, 5 bilhões em 2017.

Gráfico 1. PIB (U\$ bilhões)



Fonte: FMI (World Bank)

Gráfico 2. Crescimento anual do PIB %



Fonte: FMI (World Bank)

Com relação ao crescimento do PIB (%), percebe-se que os “países menores” apresentaram boas porcentagens de crescimento, apesar das oscilações, principalmente durante os períodos de crise dos sócios maiores. Entretanto, observa-se uma tendência de diminuição das taxas de crescimento a partir de 2010. O Brasil, que em 2010 apresentou 7,5% de crescimento (uma rápida recuperação após a crise de 2008), em 2011 já observava 4%, seguido por 1,9% em 2012, 3% em 2014, e 0,5% em 2014. Nos anos de 2015 e 2016, obteve taxas negativas (-3,5% em ambos os anos), voltando ligeiramente com o crescimento de 1% em 2017. A Argentina, após seu desempenho de -5,9% em 2009, obteve níveis de 10% em 2010, 6% em 2011, -1% em 2012 e 2,4% em 2013. A partir de então, testemunhou somente taxas negativas, interrompida por um ligeiro crescimento de 2,7% em 2015.

O Uruguai e o Paraguai mostraram-se sendo os países mais estáveis. Apesar da diminuição dos níveis de crescimento a partir de 2010, o Uruguai foi o único país a apresentar taxas positivas em 2009 (4,2%). Já o Paraguai – com exceção dos anos de 2009 e 2012 – também demonstrou taxas significativas de crescimento em todos os anos após 2003, sendo o único país, além da Argentina, a apresentar valores maiores que 10%.

Embora as assimetrias estruturais ainda representem um problema na integração regional desses países, principalmente no que consta a promoção de políticas, criação de instituições e normas supranacionais (SOUZA; OLIVIERA; GONÇALVES, 2010), as menores economias – Uruguai e Paraguai – obtiveram bons resultados econômicos desde a criação do MERCOSUL. Entretanto, “os notáveis ganhos em termos das relações de troca registrados nos últimos anos foram diferenciados em favor dos sócios maiores” (BAUMANN, 2011, p. 34).

A criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM),

consistiu em uma tentativa de contornar o problema. O Fundo, destinado a financiar projetos infraestruturais, destina recursos à Universidade da América Latina (UNILA), ao Programa de Ação Mercosul Livre da Febre Aftosa (PAMA), à linha de transmissão de energia de Itaipu para a capital paraguaia; e a linha de transmissão San Carlos-Candiota, no Uruguai, além de reabilitação de vias férreas (SOUZA; BISETTO; BARROS, 2017). Apesar disso, o Fundo encontra-se com o orçamento estacionado desde sua criação, em 2004, de US\$100 milhões ao ano, subindo apenas uma pequena porcentagem com a entrada da Venezuela em 2014 – para US\$127 milhões (SOUZA; BISETTO, BARROS, 2017).

Ainda que os países tenham tido um avanço significativo no que consta ao aumento do PIB, dos indicadores sociais, crescimento dos fluxos comerciais, coordenação de políticas macroeconômicas, criação do FOCEM, de canais de negociação, Parlasul, aumento da complexidade nos organismos institucionais, etc., é necessário ainda resolver algumas pendências, tal como afirma Bernal Meza (*apud* RODRIGUES, 2016, p. 12):

Adaptar e fortalecer a estrutura institucional; especificar uma ordem jurídica regional e a aplicabilidade dos regulamentos; (...) valorização do Fórum Consultivo Econômico e Social (...); reforçar o papel da Comissão Parlamentar Conjunta através da sua participação em negociações e articulação com os outros órgãos de decisão com o objetivo de formar um parlamento regional através de eleições diretas; (...) promover a cooperação entre os institutos de pesquisa social para criar indicadores sociais harmonizados que sirvam de base para o desenvolvimento das políticas sociais dos países; finalizar acordos em diferentes áreas (migração, procedimentos, cooperação judicial), para facilitar procedimentos para o cidadão regional (BERNAL-MEZA *apud* RODRIGUES, 2016, p. 12).

O Brasil, despontando como a maior e mais complexa economia, demonstra uma "clara preferência pela manutenção de sua autonomia nessas negociações e opta muitas vezes pelo estabelecimento de alianças com outros países em desenvolvimento nas negociações da OMC" (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVEZ, 2010, p. 8).

Luce (2007), seguindo a mesma ideia de Rui Marini (1973), aponta a presença de um *subimperialismo* brasileiro no continente, uma vez que as perspectivas de integração regional²⁷ dos países menores estariam ligadas ao Brasil – apesar disso não ser acertado ainda no meio acadêmico. Soma-se isso ao fato da internacionalização de empresas brasileiras no continente estar cada vez mais presente (SOUZA; BISETTO, BARROS, 2017). Assim, a permanência e funcionamento do MERCOSUL está fortemente ligada à vontade política do Brasil e à sua decisão de liderança regional, como o centro polarizador da integração na América Platina. Caso o papel do Brasil nesse contexto não seja desempenhado de modo a promover um melhor diálogo político, econômico e

²⁷ Para Luce (2007), entende-se como integração regional o *sistema regional de poder*, no qual os EUA desempenhariam o papel dominante enquanto o Brasil “assume funções de potência regional que busca assegurar uma esfera de influência própria na América do Sul” (LUCE, 2007, p. 8-9).

internacional, corre-se o risco de os países platinos preferirem e buscarem alinhamentos com potências extrarregionais (RODRIGUES, 2016).

A aproximação da China e a sua proposta de firmar acordos de livre comércio com os países membros do bloco é um importante desafio, já que o gigante asiático vem substituindo os Estados Unidos como principal parceiro comercial dos países platinos, o que termina por vincular as economias mais vulneráveis a uma das maiores e mais dinâmicas economias do mundo (PIERI, 2014).

Além disso, as “normas e instituições do MERCOSUL permanecem altamente vulneráveis às mudanças de governos e orientações políticas nos países membros” (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010, p. 8). Durante os anos 2000, pode-se perceber uma maior visão progressista na região, pela confluência de governos de esquerda – ou ligados a um neodesenvolvimentismo – que propiciaram políticas de autonomia em detrimento da dependência de agentes externos. A maior parte do arcabouço institucional de fortalecimento da integração foi criado nesse período. No entanto, a partir de 2016, esse quadro mudou, com o avanço neoliberal em todos os países, com exceção do Uruguai, o que vem gerando certa onda de instabilidade no bloco²⁸. Deste modo, os países membros sofrem com a aparente falta de compreensão de que o MERCOSUL pode ser o promotor do desenvolvimento regional, principalmente por meio de políticas que visem a diminuição das assimetrias entre seus sócios.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, percebe-se que a integração regional na América Platina é essencial para os países que a compõem, considerando todos os fatores históricos, políticos e econômicos que assolam a região.

A superação destes desafios e o aprofundamento da complementaridade entre os países, sobretudo com o Brasil, constitui-se numa possibilidade que determinará o papel da América Platina no século XXI. Isso por que as desvantagens em termos do tamanho reduzido da economia – ou seja, a falta de resíduos positivos quanto ao aspecto da economia de escala – e em termos do difícil acesso aos portos do comércio mundial (como é o caso do Paraguai) somente poderão ser relativizados dentro de uma integração regional efetiva, sendo a única maneira pela qual “países pequenos não fiquem descolados da atual onda de globalização” (KRAUER, 2009. P. 179).

A expectativa é de um processo em que as diversas iniciativas se tornem sinérgicas, ao mesmo tempo em que o enfrentamento da desigualdade, a desconstrução das assimetrias regionais, a construção de uma identidade regional, a instauração de uma complementaridade, cooperação e autodeterminação entre os povos e as nações, a inserção

²⁸ O Uruguai está se afastando cada mais do MERCOSUL, considerando até mesmo uma saída do bloco (EL PAÍS, 2016) e a promoção um acordo bilateral de comércio com a China, enquanto os outros membros estudam fazer alianças com a União Europeia e com o Canadá (EL PAÍS, 2018).

internacional mais soberana e a ampliação da participação de componentes sociais representem um objetivo comum. Este o papel central dos avanços e desafios do MERCOSUL rumo ao desenvolvimento e à integração na América Platina.

Bibliografia

AZAMBUJA, M. C. O reordenamento Sarney-Alfonsín. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 79-85.

BAUMANN, R; MUSSI, C. **Mercosul**: então e agora. CEPAL, 2006.

BAUMANN, R. **O Mercosul aos vinte anos**: uma avaliação econômica. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para discussão n. 1627).

DORATIO, F. A formação dos Estados nacionais no Cone Sul. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 19-43.

KRAUER, J. C. H. **Paraguai**: os desafios de uma economia mediterrânea. In: Ed. Carlos Henrique Cardim. *Diplomacia, Estratégia e Política*. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, nº 10, Outubro/Dezembro, 2009, p. 162-181.

LUCE, M. S. **O Subimperialismo Revisitado**: a Política de Integração Regional do Governo Lula (2003-2007). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, A; OLIVEIRA, I. T. M; GONÇALVES, S.S. **Integrando desiguais**: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

MENDONÇA, H (10 de março de 2018). **Mercosul reage a protecionismo de Trump e busca acordo comercial com o Canadá**. *EL PAÍS*. São Paulo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/09/economia/1520614843_150254.html>

Acessado em 09 de Agosto de 2018.

MARTÍNEZ, M (24 de dezembro de 2016). **Uruxit**: o Uruguai se afasta do Mercosul. *EL PAÍS*. Montevideú. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/23/economia/1482447953_714254.html> Acessado em 09 de Agosto de 2018.

NETO et al. Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: política externa, integração, segurança e energia. In: **O Brasil e as novas dimensões da integração regional**. Walter Antonio Desiderá Neto (Org), Rio de Janeiro. Ipea: 2014.

NOGUEIRA, J. M. F. **América do Sul**: uma visão geopolítica. n. 20. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional - IDN, 2015.

PEREIRA, L. V. **Brasil, Argentina e o projeto Mercosul**: relações comerciais para definir a parceria? *Boletim Macro IBRE*. Comércio Exterior. p. 52-56, 2011.

PIERI, V. S. G. **Dilemas da integração sul-americana**: entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência. 2014. 198 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

QUEIROZ, F. A. D. **Hidropolítica e segurança**: as bacias Platina e Amazônica em

perspectiva comparada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RODRIGUES, B. S. **Mercosul**: 25 anos de avanços e desafios. Rio de Janeiro: SimpoRI. v. 5, n. 1 (2016).

SILVA, L. P. B. 2017. **Hidropolítica sul-americana e a bacia do Prata**: o lugar das sub-bacias em zonas de fronteira internacional. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, A. M; BISETTO, C. S; BARROS, R. Y. V. **Integração regional e as relações Brasil-Uruguai**. In: XXXI Congreso ALAS: las encrucijadas abiertas de América Latina, La sociologia en tiempos de cambio, 3-8 Dezembro, Uruguay, 2017.

VILLELA, A. M. **O Tratado da Bacia do Prata**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 21, n. 81, p. 147-176, 1984.

Geopolítica contemporânea e temas socioespaciais: a atuação do Brasil nas Conferências socioespaciais das Nações Unidas

Charles Serra Tabarin
charles.tabarin@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Introdução

O mundo multipolar pós-Guerra Fria, moldado pela Globalização, trouxe novas facetas para a Geopolítica e, modificou sob o ponto de vista geoestratégico, as táticas dos Estados para obtenção de poder no cenário internacional. A cooperação internacional procura substituir o foco conflituoso do mundo bipolar e os Estados veem, nesse novo paradigma, a possibilidade de alcançar seus objetivos e resultados desejados de novas maneiras, com o uso do *soft power* ou poder brando, que designa a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez de coerção. Fomentar o poder brando pode ser uma das justificativas para que inúmeros países atuem e participem de cúpulas e acordos de cooperação incentivando os direitos humanos, o meio ambiente ou o desenvolvimento.

Atores estatais encaram conferências para tratar de problemas globais como uma plataforma que beneficia a imagem de seu Estado frente à opinião pública e, ir contra a opinião pública e o consenso internacional pode acarretar em perdas à imagem do Estado, provocando desgaste em seu *soft power*. De acordo com Joseph Nye o poder brando é essencial para buscar cooperação multilateral e resolver problemas conhecidos como os malefícios da globalização.

O Sistema das Nações Unidas se coloca como o instrumento de maior alcance para a cooperação internacional a favor do desenvolvimento, seja através de ações, ou por meio de cúpulas sociais, que tratam, entre outras temáticas, do desenvolvimento sustentável, migrações e refugiados, assentamentos humanos e cidades sustentáveis, crianças e mulheres, direitos humanos e população.

Objetivos

Baseado nas novas diretrizes internacionais de participação social dos Estados com a meta de expansão do *soft power*, buscou-se compreender o papel do Brasil nesse novo cenário geopolítico, por meio da análise da participação do país nas conferências sociais da ONU, que compõem fortemente a agenda internacional desde os anos 1990.

Metodologias

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados métodos de pesquisa de coleta de dados primários, considerados aqueles sem tratamento analítico, oriundos de documentos oficiais das Conferências Internacionais, promovidas pela Organização das

Nações Unidas, com o objetivo de mapear a evolução dos debates internacionais socioespaciais.

Realizou-se ainda revisões bibliográficas, análise de conteúdo das posições brasileiras para as conferências, desde a década de 1990, e um exame dos portais governamentais de relações exteriores e suas disposições frente a agenda social internacional.

Foi elaborada uma análise de dados qualitativos e documentos secundários prospectados através de bases de dados internacionais e nacionais, livros, periódicos e entrevistas, com o intuito de observar as críticas, as contribuições e os delineamentos das ações brasileiras no cenário internacional e suas formas de projeção geopolítica.

Por fim, as informações foram sintetizadas e organizadas na confecção do presente *paper*, apresentado no eixo “Geografia Política, contextos sociais e interações espaciais” da XI Semana de Geografia da Universidade Estadual de Campinas.

Resultados

O fim da Guerra Fria, com a extinção da União Soviética em 1991, modificou o cenário global, principalmente no que tange às relações internacionais. O período é marcado pelo fim da disputa ideológica entre o Capitalismo e Socialismo, com a prevalência do sistema capitalista como modo de produção hegemônico, impulsionando o fenômeno da Globalização. O bilateralismo, protagonizado por Estados Unidos e União Soviética, cede espaço ao multilateralismo, e a cooperação se projeta na agenda internacional.

De acordo com Matilde de Souza (2005),

O fim da Guerra Fria certamente abriu espaço para que muitas questões, até então marginais nas relações internacionais, se tornassem alvo de preocupações mais explícitas por parte dos atores relevantes da sociedade internacional (SOUZA, 2005, p. 7).

Ainda de acordo com a autora,

Essas temáticas ganharam maior espaço na agenda internacional entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. Parece não haver controvérsias de que a temática inaugurou, de forma mais visível, a introdução de questões sociais no debate em âmbito global. O que tornou relevante, na perspectiva das questões sociais, é a relação que se estabeleceu entre meio ambiente e desenvolvimento e meio ambiente e direitos humanos (SOUZA, 2005, p. 8).

De acordo com Oliveira e Lessa (2006), os chamados “novos temas das Relações Internacionais” (na década de 1980), que eram tidos como diminutos frente o contexto da guerra fria, passam a compor a agenda internacional contemporânea, “à qual todos os países, inclusive o Brasil, tiveram que se adaptar com maior ou menor dificuldade” (OLIVEIRA; LESSA, 2006, p. 2).

Com aumento desproporcional dos problemas mundiais, entre os quais os envolvendo as cidades, Organizações Internacionais absorvem essa causa e secretários-gerais da Organização das Nações Unidas, entre eles Maha U Thant e Kurt Waldheim, estendem esse debate e as preocupações à organização, viabilizando a Conferência de Vancouver, de 1976. (ANTONUCCI et al., 2009). Dessa forma, "Kurt Waldheim tentou exercer o papel de mediador entre os interesses das grandes potências e os do Terceiro Mundo, inaugurando e participando de uma série de conferências da ONU cujos focos eram os problemas mundiais emergentes (ANTONUCCI et al., 2010, p. 24).

Com isso, compreendemos que a participação das Conferências e a aceitação das propostas nos documentos finais pelos Estados podem ser compreendidas como ação de poder brando, por vias da visibilidade dos valores políticos (valores políticos domésticos e cooperação internacional) e da política externa (diplomacia, multilateralismo e acordos internacionais) de determinado país, como uma fonte de promoção internacional, ao posicionar-se favorável a agendas progressistas.

Além disso, de acordo com Bertha Becker (2005), a geopolítica tem passado por transformações recentes e, se torna um conjunto de ações empreendidas por diferentes atores internacionais, e não mais apenas o Estado. Para a autora, "Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras" (BECKER, 2005, p. 71). A partir da conceituação geopolítica de Becker (2005), podemos inferir que a discussão e decisões tomadas sobre a cidade multilateralmente, pode ser considerada uma pauta geopolítica. Isso porque os Estados e demais atores presentes nas Conferências tomam decisões que afetam no uso do território pelo Estado, indiretamente, por meio de pressões internacionais sobre os direitos humanos e pautas de gestão territorial, nas mais diversas escalas. Dessa forma, o protagonismo em conferências de temas referentes à gestão territorial permite a um Estado influenciar nas políticas nacionais para o território de outro Estado, ampliando sua influência e o soft power.

Sobre o poder brando, num cenário de interdependência complexa estabelecido, Nye coloca que este designa a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez de coerção (NYE, 2009). De acordo com o diplomata José Augusto L. Alves (2001, p. 39), "O "poder" atual, de países em desenvolvimento e de potências econômico-militares, para ter credibilidade internacional, inclui necessariamente, como observa Celso Lafer, o soft power da democracia e dos direitos humanos no plano interno". Direitos Humanos, democracia e oportunidades individuais são valores muito sedutores e causam admiração dos outros e faz com que eles passem a desejar aquilo que você quer. "Sob a ótica da interdependência complexa os estados passam exercer o poder não pela força, mas pela ótica da reciprocidade no sentido de cooperar para gerar ganhos para todos" (CADEMATOR; SANTOS, 2016, p. 6).

José Augusto Lindgreen Alves (2001) ainda traz exemplos participação do Brasil em Conferências da ONU no livro "Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências". Dentre eles destacamos:

- **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92):** o país organizou a “primeira grande negociação multilateral pós-Guerra Fria” e conseguiu conciliar os países do Norte e do Sul, desenvolvendo um consenso (ALVES, 2001, p. 73);

- **II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena em 1993:** aproximação governo e sociedade civil em busca de objetivos comuns, além de ter presidido a conferência;

- **Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, 1994:** os delegados brasileiros desenvolveram intensa atividade em prol do consenso, ajustando os textos dos documentos adotados;

- **Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhague, 1995:** Brasil age junto com a sociedade civil e discorda do Grupo dos 77 (países em desenvolvimento), que apresentava ideias religiosas e não democráticas, naquela conferência;

- **IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz de Pequim, 1995:** grande participação de mulheres brasileiras, que promoveram vários eventos paralelos não-governamentais;

- **II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), de Istambul, 1996:** o Brasil contou com uma das delegações nacionais mais numerosas (cerca de 200 integrantes) e atuantes.

A Política Externa Brasileira é reconhecida internacionalmente como calcada na solução pacífica de conflitos, por meio do Direito Internacional, na soberania e igualdade dos Estados e, pela estabilidade, garantida, segundo Cíntia Souto (2005), por sua operação “com um corpo diplomático qualificado, selecionado por concurso público e treinado nos cursos do Instituto Rio Branco, onde recebe os “paradigmas” da política externa brasileira” (SOUTO, 2005, p. 2). Um dos paradigmas destacados é a participação ativa nos fóruns multilaterais, desde o início do século XX.

Nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria,

A política externa brasileira adotou, nos anos 90 do século XX, o multilateralismo como uma forma de participar da nova agenda da globalização surgida após o fim da Guerra Fria. O Brasil esteve presente nas diversas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) naquela década, responsabilizando-se por temas como direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento, direitos da criança, direitos da mulher, racismo, segurança, entre outros (PEREIRA, 2017, n.p.).

Destaca-se a busca do Brasil em ampliar seu espaço diplomático e econômico, através da presença em fóruns e discussões internacionais. Celso Lafer, ex-chanceler brasileiro, destaca os investimentos brasileiros em um *soft power*²⁹ da credibilidade, “realizados pelo país no correr da década de 1990, ao tratar de maneira construtiva – pela

²⁹ *Soft Power* é a habilidade de um país de influenciar os outros a fazer o que deseja pela atração em vez de coerção (NYE JR., 2004).

participação e não pela distância – os “temas globais” que se inseriram, em novos termos, na agenda internacional, pós-Guerra Fria” (LAFER, 2001, p. 118).

Tiago Rocha (2012) justifica que

o Brasil fazendo uso de um capital político acumulado principalmente por meio de um histórico de resolução pacífica de conflitos, através de sua diplomacia, o ideário do desenvolvimento, o vigor de sua economia, e um legado de multilateralismo, a se projetar como um pleiteante a um ator destacado nas grandes decisões internacionais, que, grosso modo, pode se resumir a materialização desses anseios por meio da conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja candidatura o país já até apresentou (ROCHA, 2012, p.70).

Além disso, de acordo com Shiguenoli Miyamoto (2000),

Para o País, a participação nas conferências, ainda no final da década de 1980, significaria a adequação ao novo ambiente internacional, com a possibilidade inicial de superação de todos os tipos de clivagem, fosse ideológica (Leste-Oeste, já no fim), fosse material (Norte-Sul, ainda presente). Ressalta-se que a participação do Brasil nos organismos multilaterais seria significativa (MIYAMOTO, 2000, p. 8).

Assim teve-se como resultado que o Brasil foi um dos países fundadores da ONU e é um dos seus membros mais participativos. Tem se colocado como porta-voz dos países periféricos, fazendo uma interlocução entre esses e os países centrais. Isso acontece também com as conferências de temáticas sociais, na qual o país acaba tendo mais voz, e toma dianteira, representando interesses dos países em desenvolvimento, atitude que pode ser interpretada como uma medida de projeção internacional, para facilitar o antigo pleito do país por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A projeção brasileira é essencialmente diplomática e ocorre por meio do *soft power*, do multilateralismo. O país teve participação ativa desde as Conferências da década de 1990, sediando a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e lançando bases para as conferências que se seguiram. Em todas as conferências abordadas, pode se ressaltar a contribuição do Brasil como país “construtor de consenso” e intermediador de debates. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o país detém três qualidades necessárias para contribuir com para o sucesso das conferências internacionais: “capacidade de diálogo, diplomacia eficiente e conhecimento técnico”.

O Brasil teve importante papel nas conferências sociais internacionais, a partir da década de 1990, e trabalhou como país mediador, conciliando interesses dos países do Norte e Sul global no pós-Guerra Fria, atitude justificada por uma ampliação do *soft power* brasileiro e aspirações relacionadas ao Conselho de Segurança da ONU.

Concluímos ainda, que o Brasil, em consonância com a projeção geopolítica trazida pelo protagonismo no palanque dos fóruns e discussões internacionais, busca se lançar como um país emergente, parte dos BRICS, potência regional e porta-voz do Sul Global, devido ao prestígio de seu capital diplomático, promovendo um engrandecimento de seu *soft power* e, com isso, amplificar as possibilidades de compor, de forma permanente, o Conselho de Segurança da ONU, obtendo, assim, poder de decisão sobre os principais

eventos internacionais. Contudo, a Cooperação Sul-Sul e o protagonismo brasileiro no cenário internacional sofreram abalos com a turbulência da política interna, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o governo de Michel Temer.

Considerações finais

Com o apresentado, podemos destacar a importância que as temáticas sociais ganham na agenda internacional pós-Guerra Fria, cabendo aos países se adequarem ao novo cenário de multilateralismo.

Entretanto, como podemos analisar no estudo de caso do ativismo brasileiro nas conferências socioespaciais na escala internacional, a participação dos países nesses eventos têm como objetivo o ajustamento de sua agenda às novas demandas da sociedade internacional (e também do Capitalismo em Globalização), assim como uma projeção diplomática global, em um panorama em que os países em desenvolvimento, do Sul Global, podem expressar ao mundo seus interesses. E, além disso, sob um ponto de vista geopolítico, a atuação em conferências que tratam de alguma escala de gestão territorial, permite ao Estado influenciar sobre a organização espacial de outro Estado, garantindo certo poder no cenário internacional.

Dessa forma, conclui-se que a intensa participação brasileira nas temáticas globais da agenda internacional pode ser justificada por um investimento em *soft power*, bem como uma adequação ao novo ambiente internacional que se instala pós-Guerra Fria e por um pleito, desde a fundação da ONU, por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da organização, o que lhe traria um maior prestígio internacional e possibilidades de coordenar a segurança dentro do xadrez geopolítico global.

Bibliografia

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2**. São Paulo, SP: Saraiva; 2006.

ARANTES, Henriqueta. **Discurso do Brasil na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável** (Texto traduzido). Quito, 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/Brazil.pdf>. Acesso em: abril de 2018.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, Abril de 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005. Acesso em: Junho de 2018.

BIAU, Daniel. **A ONU e a Agenda Urbana, uma viagem de Vancouver a Nairobi, Istambul e Medellín**. Suíça, 2012. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/biau_daniel/UN_urban_agenda/UN_urban_agenda_text.html. Acesso em: Setembro de 2017.

CADERMATOR, Luiz Henrique; CAMARGO SANTOS, Priscila. **A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais**. Revista Brasileira de Direito, V. 12, n. 2 (2016). Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília: ConCidades, IPEA, 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/National-Report-LAC-Brazil-Portuguese.pdf>. Acesso: março de 2018.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. Passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília, DF: IBRI, 2001. 430 p.

MATAIS, Andreza. **Para retaliar Equador, ministro faltará a evento**. Portal Jornal Estadão, São Paulo, 12 out. 2016. Blogs Política, n.p. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/para-retaliar-equador-ministro-faltara-a-evento/>. Acesso em: 09 jun. 2018.

MELO FARIA PEREIRA, Aline de. **Desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil: as políticas de gestão dos resíduos sólidos**. Anais do XVI FoMerco. Salvador, UFBA, 2017. Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1507989867_ARQUIVO_ARTIGO.pdf. Acesso em: abril de 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e as negociações multilaterais**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 43, n. 1, p. 119-137, Junho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: abril de 2018.

NYE JR., Joseph. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

ONU BRASIL. **ONU-Habitat Brasil mobiliza gestores e sociedade civil para contribuir com futuro das cidades**. Março de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-habitat-brasil-mobiliza-gestores-e-sociedade-civil-para-contribuir-com-futuro-das-cidades/>. Acesso em: fevereiro de 2018.

REIS ROCHA, Tiago dos. **O Pleito Brasileiro pela Conquista de Um Assento Permanente no Conselho de Segurança da ONU: Uma Crítica a Estratégica Soft Power da política Externa**. Relações Internacionais do Mundo Atual, n.16. p. 67-83, 2012.

SOUZA, Matilde de (org.). **A agenda social das relações internacionais**. Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; 2005.

VIEIRA SOUTO, Cíntia. **Bilateralismo e multilateralismo antes e depois do esgotamento do "Nacionalismo de Fins"**. Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H2-05.pdf>. Acesso em: março de 2018.

WERNA, Edmundo. **As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento**. Espaços & Debates. São Paulo, n. 39, NERU, 1996.

Território usado e economia política: Dinâmicas do ordenamento espacial

Mauricio Moysés
mauriciomoyses88@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências

Introdução

O trabalho tem por objetivo apresentar uma breve síntese dos conteúdos discutidos sobre a problemática direcionada a economia política e sua relação com um conjunto teórico e de método que une as ciências sociais, econômica e geográfica. Por sua vez, atenta-se para uma interpretação das formas que conduzem o ordenamento do território no período atual.

A necessidade de reflexão da totalidade do mundo é uma questão que permeia os estudos geográficos, não apenas pela importância de reconhecer as dinâmicas que integram uma ordem global e outra ordem local, mas para estabelecer quais intencionalidades atribuem razão para a organização social, política, econômica e, sobretudo, cultural oriunda da relação entre agentes e os usos do território. Nos dizeres de Milton Santos (1996, p. 339):

“A ordem global funda as escalas superiores ou externas às escalas do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade”.

Ordem global e local aqui, não serão tratadas apenas como dualidades, mas como uma situação geográfica complementar, contraditória e co-relacionada a medida que uma está submetida a outra. Ações e objetos que tendem a ser global necessitam dos lugares para sua efetivação.

Segundo Ribeiro (2005, p. 12459) “Desta ótica, instaura-se a possibilidade de compreensão dos confrontos entre interesses, projetos e visões de mundo que constituem a densidade (espessura) da vida social”. As ações e os objetos portam normas e regulações que permitem confrontos entre os agentes no tempo presente.

A forma como cada agente atua e usa o território dependerá do projeto político para determinada organização do mesmo, em que as divisões do trabalho estão condicionadas a aceleração contemporânea, e se manifestam de maneira hierárquica e seletiva em diferentes escalas (global, nacional e local) conforme a apropriação técnica e ideológica na atuação dos agentes.

Nas palavras de Brandão (2009, p. 154-155) “há atos planejados de preocupação com um horizonte temporal para além do momentâneo, gerando trajetórias, possíveis vias de desenvolvimento, estruturando opções e alternativas (respostas diversas e concretas a

problemas concretos)” que viabilizam o processo de desenvolvimento e apontam para a classificação e seleção da qual os sistemas de ações definirão os sistemas de objetos no espaço geográfico.

O poder de alguns agentes sobre outros têm uma função decisiva em relação à questão do ordenamento e desenvolvimento de áreas geográficas, por conduzir as intencionalidades e usos dos recursos produtivos para a organização econômica e social em diferentes escalas.

A partir de análise bibliográfica problematizaremos a economia política e sua manifestação espacial, perpassando sobre a concepção que se faz hegemônica de desenvolvimento. Concepção essa, condicionada pelo mercado capitalista de ordem global e outra não-hegemônica, cujas bases estão fundamentadas nos lugares, nos sítios, nas necessidades de sobrevivências dos países e populações mais pobres, oriundos das desordens promovidas pela globalização, com vistas à acumulação de capital.

O trabalho estrutura-se em duas partes: Na primeira: abordaremos a problemática conceitual em torno ação hegemônica do desenvolvimento e ordenamento espacial que segue como tendência; Na segunda: apresentaremos às transformações nos diferentes usos do território a partir do desenvolvimento local com forma de resistência à perversidade capitalista.

Concentração econômica: demanda do mercado global e atuação na perspectiva hegemônica

Consideramos, o território como um território usado, definido por Santos (1996, p. 63) como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e de sistemas de ações”, sinônimo de espaço geográfico, cujos elementos não estão isolados, mas integrados a realidade histórica.

No conjunto desses sistemas de ações e objetos, configura-se um território constituído por todos os agentes (pessoas, empresas e o Estado) que o tem como recurso e abrigo (Gottmann, [1975], 2012). Assim, cada agente no território conduz suas atividades e ações em divisões do trabalho próprias para legitimar sua existência em um espaço cada vez mais artificializado.

A preocupação em buscar uma interpretação da realidade do espaço geográfico e considerar as relações sociais e econômicas na produção, circulação e consumo em diferentes escalas, reside em explicitar a análise e leitura do ordenamento espacial a partir da análise da economia política da urbanização e da economia política das cidades. Compreendida aqui como o funcionamento do capital e do trabalho que dinamizam as relações entre os sistemas de objetos e sistemas de ações.

A análise da economia política da urbanização (próxima à ideia de economia política do território) leva em consideração “uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país” (Santos, 1994, p. 114). A economia política das cidades é a “forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os

diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (Santos, 1994, p. 114). Ambos os planos de análise são inseparáveis e se complementem, por se situarem espacialmente.

A interpretação global e local se evidencia, pois o processo de urbanização se conecta com o mundo por meio das redes, nós, fluxos, da divisão territorial do trabalho, cuja produção se materializa e imaterializa-se nas cidades. Daí a necessidade de se pensar as formas de organização da produção e da divisão do trabalho. Nesse sentido, sigamos para debater maneiras de como o desenvolvimento capitalista deseja e impunemente se faz hegemônico, mas também considerar meios em que a economia lugariza-se e ascende para um desenvolvimento local em decorrência do caráter seletivo e hierárquico de uso do território.

O território usado tem parte de sua base de reprodução uma especialização das funções condicionadas pelas empresas privadas e mediadas pelo Estado, que regulam e determinam quais áreas geográficas terão um conjunto de elementos necessários para o funcionamento mais fluido do mercado capitalista, materializando-se, sobretudo nas cidades.

De acordo como Santos (2001, p. 34), “Cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica”. Na medida em que as empresas empurram a lógica global do mercado para sua reprodução nos lugares, as cidades (dimensão material e concreta dos sistemas de ações) são estruturadas com modernos sistemas técnicos para atender as demandas particulares do mercado, articuladas pelas grandes corporações (monopólios e oligopólios). “Alguma zonas mais propícias para sedear atividades de nível global se tornam autênticos espaços da globalização [...] Na verdade, essas áreas constituem os espaços de eleição global para certos produtos” (Santos, 2001, p. 42).

A inserção de determinadas atividades em porções do território e do espaço urbano, resulta em impactos econômicos relativos nas distintas especializações produtivas e no conjunto de atividades que se acumulam em torno do funcionamento do mercado. “O comportamento do sistema financeiro acaba por ter influência decisiva sobre a dinâmica da economia na medida em que alguns “dinheiros” são privilegiados, enquanto outros são negligenciados, arrastando uns e outros as atividades correspondentes e os lugares onde se situam” (Santos, 2001, p. 46).

Ao atribuir ordens e conteúdos particulares, as grandes corporações privilegiam parcelas do espaço e da população. “As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade de exercício do seu poder. O resto do território torna-se, então, o espaço deixado às empresas menos poderosas” (SANTOS, 2001, p. 38). Criam-se *espaços luminosos* e *espaços opacos* que se concretizam neste modo de urbanização. De acordo com Milton Santos (1996, p. 245-246):

Os espaços luminosos são o “teatro da ação dos vetores da modernidade globalizadora, as frações urbanas que envelhecem podem ser operadas sem maior submissão a tais nexos, escapando à regulação direta dos atores econômicos e

sociais hegemônicos” [...] Os espaços opacos são “áreas menos modernas, tornadas irracionais para os usos hegemônicos”.

O funcionamento das cidades e, sobretudo das grandes cidades, passa a ser regido de forma hierárquica e seletiva, de modo que os objetos técnicos e sociais funcionais são distribuídos profundamente de forma desigual em seções do espaço urbano. O modelo atual reúne forças políticas que são capazes de concentrar os recursos (materiais e imateriais) e os investimentos públicos exclusivamente para o funcionamento das grandes empresas, em detrimento das menores.

Os conceitos de *espaços luminosos* e *espaços opacos* sustentam a busca pela totalidade dos lugares. Esse conjunto dialético nos aproxima dos conteúdos locais da cidade, perceptíveis na especialização dos usos do território para a realização de cada atividade no sistema produtivo. Em grande parte as atividades não estão pautadas para as transformações do mercado interno, mas sim, exteriores aos interesses comuns do território.

A prioridade em que as políticas dos agentes hegemônicos que usam o território (empresas e Estado) visam estabelecer a produção amplamente para o mercado global para exportação. Assim, ampliam as disparidades entre a produção interna para o benefício da nação. As pequenas e médias empresas, em condição desigual de concorrência são ausentadas dos projetos que permitam atender as preocupações de um mercado interno.

As políticas de vertente neoliberal acirram e conduzem ainda mais o caráter seletivo da distribuição geográfica das bases produtivas, cujos bens e serviços tendem a concentrar-se mais nas dimensões *luminosas* do território. O Estado se personifica como um ente regulador das iniciativas de uso privado do território. E a população pobre é quem mais sofre, principalmente com a ausência de políticas de interesse social³⁰, pois os recursos financeiros são destinados exclusivamente para as empresas (Santos, 2001; Harvey, 2004).

A condição acima expõe parte dos diferentes usos do território, definidos por pontos especializados, funcionais e com um sistema de produção modernizado são condicionados pela lógica capitalista a submeter-se na condição de receptor de um modelo externo que usufrui de um circuito interno de produção. Essa seletividade acirra cada vez mais as desigualdades, a pobreza, e o desemprego da população. Tal situação é propiciada pela concentração do capital e do movimento das modernizações no território usado pelos agentes hegemônicos.

Interessa-nos, também reconhecer e interpretar o conjunto dinâmico que constitui as bases econômicas e sociais nas dimensões *opacas* do território, principalmente na escala

³⁰ “Esta versão do capitalismo, desejada imaterial e ubíqua, cria enclaves com dotação máxima de amenidades; impede a sociabilidade interclassista; coloniza a rede urbana através de redes de serviços que destroem a singularidade dos lugares; rompe os pactos sociais que orientavam as políticas públicas inclusivas; aumenta a concorrência intracapitalista, impossibilitando a permanência de atividades econômicas com raízes culturais profundas” (Ribeiro, 2005, p. 12463).

local. Atividades essas que se aglutinam e estão presentes em grande parte do território, praticados pelos agentes não hegemônicos que emergem do caráter residual da modernização, da escassez de recursos, da negação as normas pré-estabelecidas pelo mercado global e da necessidade de sobreviver e resistir nesse sistema de produção. De acordo com Ribeiro (2005, p. 12461) “É desta maneira que o pensamento dominante impõe um sistema de classificação social em que existe a possibilidade do inclassificável, uma categoria residual em ampliação pelo próprio funcionamento sistêmico da versão hegemônica do mercado”.

Superar as tendências capitalista (Brandão, 2009) se faz necessário, pois o território, portador de territorialidades, “demonstra a diversidade de estruturas institucionais, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização sistêmica” (Brandão, 2009, p. 06). E de rompimento com a padronização econômica do capitalismo, em que agentes (sociedade civil, Estado e empresas) atuam em condições díspares no que diz respeito ao acesso e uso de tecnologias, informações, capital e de normas.

Propostas de interpretação das dinâmicas locais e do mundo como possibilidade

Segundo Brandão (2009, p. 169), “o território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflituosidades”. E complementa, “Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), e, portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões” (idem, p. 169).

O autor chama a atenção para a questão do desenvolvimento na escala local e da economia política no espaço vivido, que contemple as ações de todos os agentes e, sobretudo para o desafio de definir a produção social do território sob uma perspectiva não-hegemônica.

De acordo com Santos (1996, p. 315) “impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de revisitar o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados [pois] presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando: os objetos, as ações, a técnica, o tempo”. Conforme Ribeiro (2004, p. 45-46), “o lugar é, então, uma determinada manifestação da tecnicidade exigida pela sobrevivência, de um ativismo da reprodução e de uma resistência do singular e do diverso [...] O lugar é uma expressão da vontade organizadora”.

De acordo com Brandão, para maior dimensão do desenvolvimento devemos nos atentar para a escala local, em que a análise reside na divisão do trabalho. Entendida aqui como uma categoria mediadora, a divisão do trabalho é “capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior” (Brandão, 2009, p. 166).

Cabe-nos uma investigação de renovadas formas de manifestação de usos do território em diferentes escalas nos países periféricos. Como visto o modelo de capitalismo imposto às Nações subdesenvolvidas requer uma maior fluidez para atender as necessidades do mercado global. O processo de acumulação do capital hegemônico no período da globalização se dá de forma hierárquica, mas também conflituosa manifestando-se nos lugares.

As decisões hegemônicas globais de interesse ao mercado são em partes os definidores do ordenamento espacial no território. O conjunto de elementos capazes de modular a maior fluidez do território definirá a função dada a determinadas parcelas do espaço geográfico, perceptíveis na divisão do trabalho. Com isso, deve-se considerar a rigidez desse processo, em que movimentos de luta não-hegemônicos tencionam, travam e disputam os usos que reconfigurarão o território na vivência cotidiana.

Coraggio e Arancibia nos chamam a atenção para a questão social atrelada a economia do território e a necessidade de construir políticas sociais que venham a intervir no processo de produção e distribuição da riqueza, como um programa de ação coletiva na construção da sociedade. A necessidade de interpretação e análise de um *lado oculto da economia capitalista, cujas formas de desenvolvimento faz perdurar outra economia*, uma economia não-hegemônica, em que as forças de coletividade estão nas bases para própria reprodução.

Nas palavras dos autores nos países da periferia do sistema “o processo de acumulação capitalista não é o único “processo econômico” [...] existe uma economia popular da sobrevivência, da subsistência, do rebusque, da solidariedade da vizinhança, dos que passam a mesma situação de exclusão e carência” (Coraggio; Arancibia, 2014, p. 213). Eis que seja oportuna a apreensão de um sistema democrático e participativo para a transformação da vida nos lugares. Coraggio e Arancibia (2014, p. 214) afirmam que, “isto supõe não ver uma economia popular “melhorada”, mas social e solidária ou de trabalhadores, com “alternativa”, como um sistema social novo”.

Um *sistema social novo* requer a mobilização de seus integrantes de forma que supere a subordinação diante à economia do capital subordina a cultura, os ritos e forças dos agentes hegemônicos no capitalismo e ascenda para uma economia do trabalho, cujo Coraggio e Arancibia (2014, p. 13) definem como um *Trabalho Social*:

“O Trabalho social é uma profissão chave para resolver melhor a tensão entre a emergência e a estratégia. Os trabalhadores sociais têm uma larga experiência na prática de intervenção em prol da integração social e particularmente na atenção diante as emergências”, das contradições e desigualdades estruturais do período atual.

Tomando a atividade econômica como parte constituinte da vida social, o Trabalho Social configura-se como “as intervenções relativas à identificação, obtenção do gerenciamento, distribuição e uso dos recursos e a organização de capacidades pessoais, grupais e institucionais na procura da satisfação das necessidades associadas a uma maior qualidade de vida de seus membros” (Coraggio; Arancibia, 2014, p. 214).

Porém, na visão dos autores a possibilidade estratégica de ação do Trabalho Social somente será efetiva em um sistema político democrático e participativo, ou seja, quando o Estado apoia e inclui as medidas propostas pelos trabalhadores sociais como parte integrante das políticas públicas para promover o desenvolvimento local.

Ribeiro (2005) sugere uma articulação das relações sociais que tome como princípio as distintas formas de apropriação e usos do território, a constituição de um mercado oriunda da organização coletiva e do sujeito portador de conhecimentos arraigados aos lugares, corporificado de direitos constituídos no espaço vivido, cuja autora denomina como um *mercado socialmente necessário*.

O mercado socialmente necessário surge da negação as formas de ação do mercado hegemônico, que tende a ser único. Sua reação se projeta na concepção do desenvolvimento local aqui questionada. Segundo Ribeiro (2005, p. 12468) o mercado socialmente necessário enquanto “memória e projeto [é] pensado literalmente de baixo para cima, corporificado e territorializado”. Para a autora, existe,

“uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado [...] O mercado socialmente necessário, calcado em trocas solidárias e realmente inteligentes, pode favorecer o conhecimento do Outro, valorizando a sua humanidade, ou melhor, a igualdade entre todos e o seu direito a reivindicar direitos a partir de sua diferença” (idem, p. 12469).

A organização da economia urbana constitui dessa forma com base nas relações da vida social, no compartilhamento e nas trocas simbólicas entre os agentes. Em que o valor de uso das mercadorias formam os elementos para a transformação do território usado. De forma que enfatize e privilegie as singularidades, a diversidade e direito a igualdade nas práticas culturais coletivas.

Zaoual (2006) nos orienta para a abordagem dos *sítios simbólicos de pertencimento*. Esses uma expressão simbólica e morais das situações econômicas vividas nas práticas cotidianas. Figuradas na noção do *homo situs*. Segundo o autor “Essa noção visa apresentar o homem concreto em sua multiplicidade e sua singularidade. É o homem da situação” (Zaoual, 2006, p. 31)³¹ que se contrapõe a noção de *homo economicus*, implícita no desenvolvimento hegemônico.

Na proposta de método dos *sítios simbólicos* devemos nos ater as diferentes formas de representação dos atores nos lugares, cujo conjunto das especificidades constitui a expressão imaterial pretérita, composta por ritos e mitos que moldam a experiência adquirida nos lugares. “O *sítio* cria seu mundo, organiza-o e se organiza no mesmo movimento. Trata-se de um fenômeno de auto-organização” (Zaoual, 2006, p. 32).

Zaoual (2006) indica que os *sítios* possuem três caixas que integram a experiência coletiva dos atores sociais em um dado meio. Há uma *caixa preta* composta de crenças,

³¹ Nas palavras de Zaoual (2006, p. 50, grifos do autor) “O *homo situs* é um conceito de natureza empírica, na medida em que impõe como imperativo primeiro pensar o homem em situação, conforme toda sua diversidade e sua profundidade. Trata-se de um tipo de *realismo de face humana* tão negligenciado pelas ciências abstratas, como a ciência econômica”.

mitos, valores, revelações, revoluções e sofrimentos. Possui também uma *caixa conceitual* composto por conhecimentos acumulados na trajetória dos atores. E por fim, uma *caixa de ferramentas* que permita mobilizar técnicas, comportamentos e modos de organização. A combinação das caixas revela o todo contido no cotidiano dos sítios simbólicos.

Para Zaoual (2006, p. 34) “Os sítios impregnam o conjunto das dimensões dos territórios de vida: ralação ao tempo, à natureza, ao conjunto espaço, ao habitar, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo”. Dimensões essas que somente são perceptíveis se adentrarmos no cotidiano vivido, das ações e interações locais, das manifestações individuais e coletivas que altera a forma de organização econômica nas escalas de atuação dos agentes.

Se, no capitalismo a tendência é capitalizar todas as relações, culturas e experiências sociais, a ideia de sítio simbólico de pertencimento aponta para uma redução da desordem (aqui interpretada como sinônimo de insurgência local), diante ao ordenamento espacial imposto pelo mercado global. “O sítio é, afinal um mercado invisível de realidade” (Zaoual, 2006, p. 34), principalmente nas áreas *opacas* do território.

As proposições expostas acima nos trazem luz para um debate sobre o comportamento dos agentes no espaço banal e permitem a reflexão e elaboração de uma sociedade pautada na atividade econômica, entendida como um sistema integrado que expresse o gerenciamento e administração dos recursos existentes para atender as necessidades coletivas comum em uma sociedade.

O que temos é uma economia urbana produzida *de baixo* (SANTOS, 2000), pelas populações mais pobres, por um setor popular marginalizado e excluído com características próprias de divisões do trabalho. As relações se estabelecem na afetividade e comunicação entre os agentes e o meio, o que nos faz reforçar a consideração de uma sociedade local com possibilidade de ação e materialidade múltiplas (Santos, 1996).

Os espaços locais que comportam o esforço de método apontado pelos autores estão integrados ao movimento da totalidade do mundo, assim abertos para os fatores externos em distintas escalas e ao mesmo tempo impedindo as possíveis transformações que os depreciem. Como parte da totalidade qualquer atividade está atrelada a sua dinâmica, seja ela de natureza tecnologia ou econômica para cada situação.

As perspectivas do desenvolvimento local nos trazem e atraem para uma concepção não-hegemônica de uso do território, pela forma singular de organização social, a participação de forma deliberativa diante o Estado. Outro aspecto que define as ações estão focadas na valorização da ética, da subjetividade dos agentes e do compromisso com o espaço vivido, com o *saber local* (Santos, 1999).

Considerações finais

O trabalho buscou apresentar uma consideração inicial sobre o território usado a partir das formas de desenvolvimento econômico que moldam o ordenamento e a organização do território, sendo determinando na condução dos processos de urbanização e constituição das cidades, sobretudo as grandes cidades.

Vimos que o sistema capitalista se manifesta de forma hierárquica e seletiva no espaço geográfico, sob o comando do mercado global definido pela ação dos agentes hegemônicos (grandes empresas e o Estado). Esses agentes em suas ações concentram os recursos e capitais para atender a demanda por fluidez exigida pelo mercado, dispensando a atenção para suprir as necessidades de interesses sociais para as áreas e o restante da população.

A produção de escassez, a distribuição desigual das infraestruturas e serviços e a modernização dos sistemas técnicos fomentam a produção de uma pobreza que reside na estrutura do sistema capitalista e se materializa velozmente nas cidades. As cidades nós das redes que conectam o Global ao Local desencadeiam o movimento as outras áreas que seguem a mesma configuração e modo de organização.

Em oposição às ações perversas do capital, há demandas por usos solidários, comprometidos com a vivência e experiências dos agentes não hegemônicos que também usam economicamente o território e possibilitam a atenção para um conjunto alternativo de novos fluxos e relações pautadas na justiça social.

Evidenciou-se um desenvolvimento local em práticas arraigadas aos lugares, ao cotidiano dos pobres comumente nos países periféricos. Sejam, nos *sítios simbólicos de pertencimento* apresentados por Hassan Zaoual, o *Trabalho Social* indagados por Coraggio e Arancibia em uma interpretação voltada para a ciência econômica e a leitura sociológica de Ana Clara Torres Ribeiro a partir do *mercado socialmente necessário* aproximam para a proposta interdisciplinar que une e integra elementos e categorias constituintes na ciência geográfica como forma de interpretar a realidade e as resistências locais arquitetadas no cotidiano.

No período atual, a interpretação geográfica da economia política coloca-se como um projeto de possibilidades, principalmente a imposição das políticas de vertente neoliberal que atinge os corpos com o discurso empreendedor. A contemporaneidade necessita do movimento de reafirmação de outros meio que não seja ao que nos é concedido e suscite uma alternativa via experiência coletiva de trabalho concreto na dimensão espacial cotidiana.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais. Levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. IN: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf>
- CORAGGIO, Jose Luis; ARANCIBA, Inés. Recuperando a economia: entre La cuestión social y La intervención social. **Cuadernos de Trabajo Social**, Vol. 27-1, Universidade Complutense de Madrid, 2014. Disponível em:

- <http://coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/RECUPERANDO%20LA%20ECONOMIA.pdf>
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, [1975], 2012. (Tradução: FAJARDO, Isabela; DUARTE, Luciano).
- HARVEY, David. A acumulação via espoliação. IN: **O novo imperialismo**, São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HASSAN, Zaoual. A ética do desenvolvimento local. O sentido implícito das práticas locais. IN: **Nova economia das iniciativas locais. Uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Lugares dos saberes: diálogos abertos**. In: BRANDÃO, M. Milton Santos e o Brasil. Território, lugares e saberes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território Usado e Humanismo Concreto: o Mercado Socialmente Necessário. Anais do **X Encontro de Geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/41.pdf>
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 2, 1999.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009 [1994].
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 1ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].
- SANTOS, Milton. Uma ordem espacial: a economia política do território. **Revista Geoinova, Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional**, Lisboa, nº 3, 2001. Disponível em: <http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n3-2.pdf>